

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A produção vinícola do Rio Grande do Sul é hoje uma das suas grandes riquezas, em crescente progresso. Sobretudo na região colonial, a cultura da uva cresce em qualidade e quantidade.

RIO DE JANEIRO—BRASIL

SETEMBRO - DEZEMBO, 1949

novas EMBALAGENS

estão sendo utilizadas no
acondicionamento dos Pro-
dutos Nestlé oferecendo
aos milhões de consumidores

novas VANTAGENS

A nova lata - mais larga e
mais baixa do que a anterior -
tem uma abertura bem maior,
permitindo a retirada do pó
com a maior facilidade

A membrana protetora - ante-
riormente de fôlha de flandres
espessa - é agora de alumínio,
podendo ser rompida sem difi-
culdade alguma.



Este pingo de solda, no fundo da lata,
serve apenas para cobrir um pequeno
orifício pelo qual foi retirado o ar que
se achava no interior da lata - depois
de cheia - a fim de garantir melhor
conservação do produto.

COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES

CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA PARA O BRASIL DOS

Produtos Nestlé



Paizagem nos arredores de Curitiba

SUMÁRIO

| | Pag. |
|---|------|
| A Colonização Rural: Prof. Arthur Torres Filho | 3 |
| A Cultura do Trigo em Portugal — Eng ^o Agr. Henrique de Berros | 5 |
| Sisal — Arthur Torres Filho | 14 |
| Tratamento dos troncos das arvores — Cesar Seára | 15 |
| Como tornar efetiva a assistência tecnica social e sanitaria ao pessoal dos — seringais através de missões de assistência aos seringais — Geraldo Goulart da Silveira | 16 |
| Fixação do homem à terra — Rui Torres da Silva Pinto | 19 |
| Alimentação do trabalhador Rural — Honorato de Freitas | 23 |
| Sintese histórica das explorações botânicas no Brasil — Arthur N. Seabra | 24 |
| 1. ^a Reunião brasileira de florestas e produtos tropicais — Geraldo Goulart da Silveira | 26 |
| O conceito clássico de retorno — Fabio Luz Filho | 27 |
| Consultas e informações — Geraldo Goulart da Silveira | 28 |
| Ora, agrônômicos e veterinários — Lincoln Gripp de Moraes | 29 |
| A industria do açúcar — Luis Marques Poliano | 36 |
| 1. ^o Congresso Estadual da industria de laticínios e produtos derivados do — Estado de Minas Gerais | 44 |
| Os Museus nas Escolas Agrícolas | 46 |
| Noticiário da Escola de Horticultura Wencesláo Bello | 47 |

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

| | |
|-----------------------|--------------------------------------|
| Presidente Perpétuo | — DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA |
| Presidente Benemérito | — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES |
| Presidente de Honra | — DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS |
| Presidente | — ARTHUR TORRES FILHO |
| 1.º Vice-Presidente | — LUIZ SIMÕES LOPES |
| 2.º Vice-Presidente | — EDGARD TEIXEIRA LEITE |
| 3.º Vice-Presidente | — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA |
| 1.º Secretário | — FREDERICO MURTINHO BRAGA |
| 2.º Secretário | — ADAMASTOR LIMA |
| 3.º Secretário | — EURICO SANTOS |
| 4.º Secretário | — CINÉAS DE LIMA GUIMARAES |
| 1.º Tesoureiro | — KURT REPSOLD |
| 2.º Tesoureiro | — OTTO FRENSEL |
| Secretário-Geral | — LUIZ MARQUES POLIANO |

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURÍCIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAIS CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

| | |
|---------------------------------------|---|
| ALVARO SIMÕES LOPES | — JOAQUIM CAMARA FILHO |
| ANAPIO GOMES | — JOÃO TJADER |
| ANTONIO BARRETO | — JOSÉ SAMPAIO FERNANDES |
| ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA | — JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA |
| APOLONIO SALLES | — JULIO CESAR COVELO |
| EALBINO DE SOUZA MASCARENHAS | — LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA |
| BEN-HUR FERREIRA RAPOSO | — MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA |
| CARLOS DE SOUZA DUARTE | — MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR |
| DIOGENES CALDAS | — MARIO VILHENA |
| EDUARDO DUVIVIER | — ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO |
| EUVALDO LODI | — OSCAR DAUDT FILHO |
| FABIO FURTADO LUZ | — PAULO PARREIRAS HORTA |
| FRANCISCO SATURNINO DE BRITO FILHO | — PEDRO FONTES |
| GUILHERME EGBERT HERMSDORFF | — PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT |
| HUMBERTO BRUNO | — ROBERTO DE ARAÚJO CARNEIRO CAM- PELO |
| IRIS MEINBERG | — RUI CARNEIRO |
| ISRAEL PINHEIRO DA SILVA | — SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS |
| ITAGYBA BARÇANTE | — SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA |
| J. C. BELO LISBOA | — WALDICK MOURA |
| JERONIMO ANTONIO COIMBRA | — |

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTE ORGAOS :

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgard Teixeira Leite; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jerônimo Antonio Coimbra; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Comissão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Ano LIII

Setembro - Dezembro de 1946

COLONIZAÇÃO RURAL

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Está provado que a vitalidade do ruralismo reside na pequena propriedade; e, sem querermos mencionar o que se está passando na Europa, e mesmo na América. No próprio Brasil, temos a resistência oferecida pelas zonas colonizadas, de que uma das demonstrações mais felizes se encontra na zona colonial do Rio Grande do Sul, hoje base angular de sua economia. Certamente, com a vastidão territorial do Brasil, inadmissível seria se quizessemos vêr nele prevalecendo apenas o regime da pequena propriedade.

Ao adotar uma política agrícola, não poderemos deixar de cogitar da divisão do solo, como meio de lograr produção agrícola mais intensa e econômica em regiões apropriadas.

Muitas são as formas de colonizar, ou melhor, de fixar o homem ao solo. Nos velhos países da Europa o Estado intervém mais para regular a propriedade, estimulando a ação individual e coletiva por meio do crédito; ao passo que, nas nações novas, o programa assume aspecto mais complexo, exigindo a intervenção direta do Estado na divisão da terra e na organização da produção, cabendo-lhe a responsabilidade de toda a obra colonizadora.

Já houve quem dissesse que o latifúndio é dos maiores inimigos da democracia. Se isso pôde ser considerado uma verdade, não será menor o prejuízo resultante da existência de terra inculta junto aos centros de população densa.

O combate ao latifundismo precisará ser feito em concordância com o crescimento demográfico, visto exigir regime intensivo de cultura.

Não é suficiente preocuparmo-nos com a localização de colonos.

O problema da colonização tem aspectos de complexidade bem maiores do que pôde parecer á primeira vista, envolvendo questões de alta responsabilidade técnico-financeira. Registram-se entre nós insucessos de colonias em consequência de má localização das mesmas, dando-se preferência a terras devolutas, fóra, no geral, de meios de transporte e mercados consumidores.

Ao falar em colonização, não nos acóde ao espírito a idéia apenas de estrangeiros, mas, também, a localização de nacionais.

As dificuldades a serem vendidas no aproveitamento das terras exigem estudo cuidadoso dos aspectos social, econômico e técnico.

Parece-nos, em materia de colonização rural, muito significativo, o caso da

VACINAS MANGUINHOS

- CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA
- ANTICARBUNCULOSA (carbunculo hemático)
- CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS (pneumoenterite)

Registros números: 1, 2 e 167 respectivamente na D. D. S. A. do Ministério da Agricultura

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RUA LICINIO CARDOSO, 91 — CAIXA POSTAL, 1420

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO NO
DISTRITO FEDERAL, ESTADO DO RIO e ESPIRITO SANTO

CESAR A. CARDOSO

RUA URUGUAIANA, 33-1.º andar - Caixa Postal, 356 - RIO DE JANEIRO

Algeria, hoje contando com grande produção de trigo e aveia e constituindo, a justo título, legítimo orgulho da capacidade colonizadora da França. Esse exemplo encerra grandes ensinamentos, sabido, como é achar-se esse país em meio natural ingrato pela situação geográfica, pela topografia, pelo clima irregular, exigindo grandes obras públicas de irrigação e outras, como estradas de ferro, portos, etc.

Condições as mais adversas, mesmo em zonas tropicais, não têm impedido a execução, com sucesso, de programas de colonização. Dentre outros fatores, na colonização, deve-se ter em vista: a divisão em lotes e a natureza dos mesmos; a organização dos serviços públicos; o crédito e o cooperativismo; essas são, além de outras, as condições exigidas pela missão agro-social a cargo de núcleo-agrícola.

Não nos esqueçamos ter sido a obra colonizadora incentivada, sistematicamente, mediante instituições de crédito, tendo-se por fim despertar a iniciativa social, julgada sempre útil no auxílio ao poder público.

Cautelosamente, em concordância com o aumento da população do país, criando-se organismos públicos de base financeira estável, precisaremos combater, sem exageros, o latifundismo oportunista, a terra baldia e inculta, representativa do marasmo político e econômico, índice demonstrativo que é, sem dúvida, da falta de energia para o trabalho na alma de um povo.

Protejamos o trabalho agrícola. E, proteja-lo, será valorizar a zona rural, amparando-se o braço incansável dos maiores obreiros do progresso do país.

A cultura do trigo em Portugal

Conferência do Agrônomo Senhor

HENRIQUE DE BARROS

Sob a presidência do Sr. Luiz Simões Lopes, realizou-se, com a presença de numeroso auditório, uma sessão especial na Sociedade Nacional de Agricultura, na qual se fez ouvir o economista Sr. Henrique de Barros, professor do Instituto Superior de Agronomia de Coimbra, e que se encontra entre nós a convite do Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Luiz Simões Lopes, ao abrir os trabalhos, deu a palavra ao agrônomo Sr. Romolo Cavina, que saudou o ilustre visitante, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. Henrique de Barros, antes de iniciar a sua palestra, — leu a mensagem que à Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu a Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal: "Sociedade Nacional de Agricultura do Brasil.

A Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal, organismo representativo da classe dos engenheiros agrônimos portugueses, delega no seu consócio Prof. Henrique de Barros o encargo de a representar junto da prestigiosa Sociedade Nacional de Agricultura a que — preside a nobre e respeitada figura do Prof. Arthur Torres Filho.

Aproveita, com grato e acrisolado prazer, a oportunidade da visita ao Brasil daquele seu consócio para saudar a Sociedade Nacional de Agricultura e para lhe testemunhar, e através dela à classe agronômica e à lavoura do País irmão, o seu muito apreço e o seu vivíssimo desejo de que se estabeleçam e perdurem as mais cordiais e íntimas relações entre os meios técnicos e profissionais da agricultura nos dois países.

Confia em que, da estada no Brasil do Professor Henrique de Barros, resultem os maiores benefícios para o estreitamento das relações inter-profissionais no campo agrícola, e afirma a sua disposição de contribuir entusiástica e devotadamente para que se atinja tão elevado propósito. — Saudações cordiais Lisboa, séde da Sociedade 16 de julho de 1949 — Antonio Vieira de Souza — Presidente. — Manoel Máximo de Castro Nery — Secretário".

A Conferência do Sr. Henrique de Barros prendeu a atenção do auditório durante uma hora e meia, e pode ser assim resumida:

Senhor Presidente, Meus Senhores.

Desempenhada que está a minha missão de entregar a esta Sociedade a mensagem de que era portador, e cumprido que foi o gratíssimo dever de me associar pessoalmente às

saudações da "Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal" — vou ainda ocupar, por breves instantes, a vossa esclarecida atenção, apresentando-vos um sumário informe acerca da produção, do consumo e do comércio do trigo em Portugal.

Partidário, como me tenho manifestado, do intercâmbio científico e técnico entre os nossos dois países — outra coisa não pretendo, neste momento, senão contribuir, modestamente embora, para que tal intercâmbio, a pouco e pouco, da mera aspiração que tem sido, se vá tornando sólida realidade.

A minha estadia entre vós — em condições tão penhorantes dá-me ensejo a que, no setor agronômico, eu possa cooperar nêsse intercâmbio, cujo lema, (afinal bem singelo) resumirei nesta dupla sentença: — dar a conhecer aos portugueses o Brasil Rural; — dar a conhecer aos brasileiros o Portugal Agrícola.

Sei perfeitamente que é meu dever principal o cumprimento da primeira parte dêste programa, e em tal sentido estou agindo, e em breve actuarei com mais extensão e vigor.

Na verdade, em crônicas remetidas para Portugal, e nesta data talvez já publicadas pelo "Diário de Lisboa", eu informei os meus compatriotas dessas duas magníficas realizações da agronomia brasileira que são o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) e a Universidade Rural.

Quanto ao que (gostosamente aliás) estou disposto a realizar — dir-vos-ei que me proponho, mal regresso ao meu país, proferir algumas conferências, perante auditórios interessados nos problemas agrários, e em que darei conta do muito que vi, e do muito mais que aprendi, nas visitas a alguns dos vossos centros de ensino agrícola e pesquisa científico-agraria, bem como a nucleos diversos de produção agro-pecuária.

Repito que sei perfeitamente que o meu dever principal, em face da honrosa posição que me conferiu o vosso ilustre Ministro de Agricultura, é o de informar os portugueses acerca do Brasil Rural.

Hoje, porém, seguindo uma variante nessa missão divulgadora a que resolvi consagrar-me — darei preferência à segunda parte do meu programa, que consiste em dizer aos brasileiros alguma coisa do Portugal Agrícola, dessa velha Nação a quem as aventuras ultramarinas jamais fizeram perder o gosto pela terra e o hábito de a cultivar com amorosa diligência.

A cultura do trigo em Portugal é secular,

anterior certamente à remota fundação da nacionalidade.

E já então, nesses primitivos tempos, não era tarefa fácil, nem desprovida de espinhos, nem liberta da ameaça de constante insucesso.

Ha muito que, no velho continente europeu, passara a época em que a Natureza prodigamente facultava ao homem os bens de que este carecia, sem uma exigência de trabalho em contrapartida.

Na verdade, séculos haviam transcorrido desde que Vergílio escrevera no Canto I das "Geórgicas":

"Foi Ceres quem primeiro ensinou os mortais a revirar a terra com o ferro, quando já lhes faltavam as landes e os medronhos nas sagradas matas, e Dodona recusava o alimento fácil. Em breve as molestias atacam também os trigos; a maligna ferrugem roi os colmos; o cardo preguiçoso eriça-se nos campos; estiolam-se as searas; em lugar delas surge densa sarça de plantas, abrolhos e bardanas, e, manchando os terrenos fabricados com esmero, crescem o joio infecundo e as aveias bravas. Por isso, se não escardeares assiduamente a terra com o rastrol, se não derrubares à foice as plantas que ensombram as tuas culturas, se não espantares com ruídos as aves, se não implorares dos deuses a chuva, pobre de ti! Contemplarás com vão desgosto as fartas parças de trigo dos outros lavradores, e terás de enganar a fome com bolota varejada nas matas".

Prossigamos, porém.

Levar-me-ia muito longe a idéia de historiar, ainda que sumariamente, a produção de trigo em Portugal.

Darei, por isso, apenas algumas notas, quasi inteiramente resumidas dum trabalho meu "O Problema do Trigo", sem outro intuito que não seja o de assinalar os factos mais salientes.

O historiador da agricultura portugueza não tem dificuldade em verificar que, durante séculos, os governantes não seguiram, a respeito do trigo, qualquer política definida, e em observar que, a partir do século XIII, o regime da insuficiência da produção e da necessidade de importar só por excepção deixou de ser regra.

As colheitas escassas e incertas, as comunicações deficientes, a solidariedade nacional ainda pouco vincada, tudo concorria para as constantes penurias de pão. O procedimento governamental era, por isso, de mero oportunismo: impedir a exportação, permitir ou até estimular a importação, tabelar o preço — tais eram as suas finalidades. Durante a dinastia de Aviz, sabem-se ter sido constante e avultada a importação de trigo de França, Flandres, Dinamarca, Castela, Sicilia, Mauritania e Açores. Ao longo desta época e das seguintes, são inumeros os conflitos entre a Municipalidade Lisboaeta e as autoridades provinciais, por estas levantarem obstáculos à remessa de cereais para Lisboa.

As importações não eram apenas consentidas, mas até provocadas, senão forçadas. O grosso da importação (paga a princípio em sal, depois em especiarias e mais tarde em ouro) concentrava-se em Lisboa, daí saindo

para o consumo da cidade, o passadio das armadas da Africa, da India e do Brasil, e para acudir aos lugares do país onde a fome ameaçasse.

Anos houve de verdadeira angústia; os enviados de Lisboa haviam percorrido o país e trazido o cereal que tinham conseguido angariar; eram já grandes as quantidades importadas; apesar disso, de toda a parte afluíam pedidos, quando a capital nem do suficiente dispunha para sustento dos seus naturais.

O ano de 1621 foi terrível, não se colhendo a terça parte da variedade ordinária; em 1630 o trigo escasseou tanto em Lisboa que foi mister adquirir milho urgentemente; no ano seguinte, as dificuldades não foram menores, como o não foram em 1648, 1661, 1692, 1694 e 1711.

Por meados do século XVII, um documento official avaliava em 50 a 60.000 to. a quantidade annual de "trigo do mar que trazem os estrangeiros somente para Lisboa".

A exploração das minas do Brasil causou extrema prosperidade no erario público, facilitando o recurso à importação, a qual passou, de meio desagradável a que não havia forma de fugir, a processo cómodo de resolver dificuldades; a partir de 1720, tornou-se sempre indispensável e foi constantemente favorecida. Em 1722, a Alfândega tributou o trigo importado, o que levou os mercadores estrangeiros a declararem que cessariam os seus fornecimentos; a ameaça apavorou os vereadores de Lisboa e levou-os a pedir ao Rei que não fossem opostos embaraços àqueles mercadores, já que, alegavam, "o trigo é uma mercadoria livre de direito e encargos e em cuja liberdade vai tão interessada a opinião pública". As facilidades chegavam ao ponto de ser preceito hospedar gratuitamente os comerciantes que vinham vender o cereal.

No século XVIII e primeiro quartel do século XIX, a produção não fez senão diminuir e a importação aumentar, calculando-se esta, findas as guerras napoleônicas, em 4 vezes o que era no principio do século XIX.

Em 1821, aparece uma lei criando entraves à compra de cereais estrangeiros, lei que se manteve em vigor durante as décadas iniciais do regime liberal e cuja efficacia, a par aliás de outras causas, foi tão grande que chegou a haver anos em que se exportou trigo.

Em 1837 remodelou-se a lei, ficando a importação sujeita a imposto e permitida apenas até ao limite da quantidade necessária para suprir a deficiência da colheita nacional. Até 1855 raras vezes foi necessário importar. De 1854 a 1888, modificou-se a orientação, e o livre-cambismo presidiu ao comércio externo. As colheitas declinaram. A partir de 1865, foi sempre necessário importar quantidades consideráveis de trigo. De 1889 a 1899, reaparecem leis proteccionistas, cujos principios fundamentais se conservaram até aos dias de hoje. A entrada do trigo exótico não seria autorizada enquanto todo o nacional não tivesse sido adquirido; fixaram-se os preços em função da qualidade do grão (mole ou rijo) e do peso do hectolitro, e obrigaram-se os moageiros a comprar, em determinado prazo e ao preço legal, a quantidade de trigo

nacional que lhes coubesse em rateio; a importação só ficou permitida aos industriais para tal especialmente autorizados, e a licença, em princípio, só era concedida aos que houvessem comprado trigo nacional em quantidade dupla da que pretendessem importar.

A legislação proteccionista teve consequências rápidas sobre a produção nacional que, na média anual de 1900 a 1914, atingia já 220.000 toneladas. Como, porém, o consumo tivesse aumentado bastante, aconteceu que, até 1929, a importação se manteve sempre em nível elevado, atingindo a média anual de 175.000 toneladas durante o período de 1921 a 1929.

Após a promulgação da lei de 99, podem considerar-se as seguintes fases na política do trigo. Até 1914, a lei vigora, embora aditada e corrigida. De 1915 a 1920 é o período de guerra, com as inerentes dificuldades de abastecimento. Liquidadas estas, volta-se à antiga orientação proteccionista.

De 1929 em diante, decorre época caracterizada por energica acção de fomento da produção nacional e modificações na legislação resultantes de nova orgânica corporativa. Inciou-se este período com a vasta actuação de propaganda, auxílio e estímulo oficiais que se denominou "Campanha do Trigo" e cujos 20 anos acabam de ser comemorados no mês transacto.

Os resultados, observados até ao deflagrar da última guerra, foram muito apreciáveis: a importação média anual desceu a 54.000 toneladas e a produção ascendeu a 481.000 toneladas. Os montantes das safras em 1934 (655.000 Ton.) e em 1935 (771.000 Ton.) foram mesmo de tal ordem que excederam o consumo e provocaram a acumulação de "stocks" inundáveis, obrigando a exportar, em 1936, a avultada quantidade de 111.000 toneladas, a preço por sinal muito inferoír ao custo.

De 1936 em diante, as colheitas voltam a diminuir, situando-se, por via de regra, entre 300 e 500.000 toneladas, mais geralmente entre 300 e 400.000. Como o consumo actual orça pelas 500.000 toneladas, correspondendo a uma capitação média de 70 quilogramas por habitante, e como ha que contar com a quantidade necessária para semente, vê-se que a importação continua a ser indispensável, muito embora a contribuição nacional seja digna de nota, excedendo em regra 60% a 70%.

No campo propriamente da organização, o período iniciado em 1930 caracteriza-se pela manutenção, e até reforço da legislação proteccionista anterior e pela adopção das normas corporativas que, no caso especial do trigo, consistiram em confiar a grandes organizações oficiais ou officiosas o comércio do trigo e a orientação da indústria moageira e panificadora. Tais organizações são a "Federação Nacional dos Produtores de Trigo", a "Federação Nacional dos Industriais de Moagem" e o "Instituto Nacional do Pão".

Para definir, com mais clareza, o tipo de política económica seguida em Portugal quanto ao trigo, permitir-me-ei apresentar aqui, em linhas muito gerais, u ma classificação que

estabeleci para os países produtores de trigo.

Compreende dois principais grupos:

- 1.º — Países novos, ainda escassamente povoados, sem tradições agrícolas arreigadas e com boas condições naturais que tornam económica a produção.
- 2.º — Países de velha civilização, muito ou bastante povoados, com tendência à saturação demográfica, e portanto com limitada disponibilidade de terra; além disso: fortemente tradicionais em matéria agrícola.

Ha certa dificuldade em distribuir, por estes dois grupos, apenas por eles, determinados países grandes produtores e, entre estes, a Russia designadamente, que tem muito das características de ambos, e muito mais ainda de características próprias. Todavia, nas suas linhas gerais, esta divisão creio que pode servir.

Os países do primeiro grupo são, essencialmente, exportadores, e tanto mais, como é lógico, quanto melhores forem as suas condições naturais de produção e menor a densidade popularenol. Nêles, a terra abunda, não é ainda rara, no sentido económico da expressão, e vale, por isso, pouco relativamente a sua capacidade de produzir.

O que é raro, é o habitante, é o homem. Compreende-se, portanto, que este seja o melhor termo de comparação para apreciar os resultados da actividade agrícola. Todo o esforço tende, aí, na verdade, a conseguir o máximo rendimento por cada homem empregado na agricultura e não por cada hectare de terreno.

Em tais países, o problema económico essencial consiste em diminuir o preço de custo através da redução dos encargos, e em especial da mão-de-obra. E estes reduzem-se não pela baixa dos salários mas pela cultura em grande escala, pela mecanização das operações culturais, pela boa organização comercial, financeira e cooperativa.

O tipo característico de exploração agrícola define-se aí pela monocultura, ou pela reduzida policultura, pelo emprego dos tractores e das grandes charruas, pela sementeira e pela sachá mecânicas, pelo uso das combinadas, e pela boa organização dos transportes, da armazenagem e da conservação do cereal.

Embora existam entre eles diferenças muito importantes, este 1.º grupo compreende principalmente: os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, a Australia, a Nova Zelândia e a África do Sul e sob determinados aspectos, apesar das muitas reservas que haviam a fazer, também a Russia.

Tratemos, porém, do segundo grupo, já que nêle se pode incluir o meu pas, e é dêste que, hoje, me estou a ocupar em especial.

Compreende tal grupo variadas nações, nem todas muito afins, susceptíveis no entanto de se encararem em globo. De modo geral, abrange todos os países europeus e asiáticos que produzem trigo.

Ora, de tais nações, umas ha que são importadoras sistemáticas, outras importadoras eventuais, outras pelo contrário exportadoras; umas pretendem a todo o custo bastar-se, outras puzeram de parte tal preocupação;

numas, são boas as condições naturais de produção e noutras são más; umas produzem caro e outras barato. Onde existem, se assim é, os traços de semelhança? São, essencialmente, de ordem moral ou, melhor, de fundo psicológico. Para os seus agricultores, a agricultura não é, por assim dizer, indústria, mas arte, não constitui um modo de vida, mas tão somente uma forma de viver, coisas afinal bastante diferentes. A terra tende a rarear e o seu valor venal cresce incessantemente, porque se atingiu a fase em que está concluída a apropriação do solo e generalizada a sua submissão à cultura.

A preocupação de poupar trabalho humano não pode ser levada longe de mais; o factor limitante da eficiência das combinações produtivas passou a ser a terra, e não o homem. Por isso, o que aquilata do resultado obtido é o rendimento por unidade de superfície e não o rendimento por unidade-homem.

O tipo característico da exploração agrícola tende a ser, com muitas variantes embora, o tipo intensivo, diversificado, muito absorvente de trabalho humano e de materiais fertilizantes, essencialmente preocupado com a escôlha das melhores rotações culturais e com o mais perfeito equilíbrio entre os ramos agrícola e pecuário.

Eis aqui, portanto, muito resumidamente, as principais características genéricas deste 2.º grande grupo de países o qual, por sua vez, sub-dividirei em três sub-grupos.

O primeiro sub-grupo inclui os países que são (ou, melhor, que eram até ha pouco) normalmente exportadores, compreendendo principalmente as nações danubianas e a Índia, umas e outra, aliás, atravessando um período de profundas, e imprevisíveis, transformações na sua orientação económica-social.

O segundo sub-grupo abrange os países que são normalmente importadores, e cujos governos se não esforçam porque o deixam de ser pelo menos integralmente. Inclui, designadamente, a Inglaterra, a Irlanda, a Bélgica, a Holanda, a Finlândia, as Nações Escandinavas e a Suíça.

São nações que até certa altura, se preocuparam com o seu auto-abastecimento em pão, algumas chegando até a ser exportadoras, mas que, a partir de dado momento, modificaram a sua orientação agrária. Quanto ao caso especial do trigo, quatro circunstâncias teriam provocado aquela alteração. Em 1.º lugar, o rápido crescimento populacional, acompanhado de enorme expansão industrial, aumentou o consumo interno. Em 2.º lugar, o aparecimento nos mercados europeus dos trigos de além-mar, obtidos a mais baixo preço de custo, demonstrou, tanto aos governos como aos produtores, uns e outros por essa poca crentes no livre-cambismo, o desacerto de insistir em obter um produto que poderia ser adquirido a preço muito menor. Em 3.º lugar, o progresso técnico agronómico tornou evidente que um sistema de agricultura mais intensivo e mais variado, com larga expansão do ramo pecuário, era capaz de originar lucros globais superiores aos conhecidos até então. Por último, a modificação da estrutura agrária tendeu sobretudo à expansão da em-

prêsa agrícola de tipo familiar, intensiva e policultural, e ao desmembramento da grande empresa patronal, cuja vocação é a monocultura.

A ação destes factores conduzia ao abandono da cultura do trigo naqueles solos onde não pudesse ser remuneradora paga à cotação internacional.

Daí resultou, não o abandono da cultura do trigo, mas uma política de seleção das terras e dos climas mais apropriados, bem como um grande aperfeiçoamento da técnica no sentido da intensificação. E' curioso notar, a este propósito, que as mais elevadas produções unitárias verificadas no Mundo são as correspondentes a este mesmo grupo de países, cuja média global, antes da guerra, atingiu 2.400 Kgs. por hectare, chegando, na Holanda, como média de todo o país, ao máximo de 2.940 Kgs.

Falemos, isto posto, do terceiro sub-grupo, ainda incluído no grande grupo dos países de velha agricultura. Define-se essencialmente pela reunião de duas características, afinal antagónicas em estreito sentido económico: produção unitariamente cara, conjugada com objectivos autarquicos pertinazmente prosseguidos.

Abrange, principalmente, a Alemanha, a França, a Espanha, a Italia, a Grecia e Portugal.

São tudo nações que, desde longa data, visam à auto-suficiencia sem que, porém, nenhuma delas a tenha alcançado por forma estável. Anos ha em que conseguem bastar-se; por vezes até obtêm excedentes de produção nem sempre facéis de exportar; mas frequentemente são forçadas a recorrer ao estrangeiro para completar o abastecimento.

O elevado preço de custo é uma das suas características mais notórias. Condições agroclimáticas longe de propicias, quando não adversas; intervenção oficial tendente a estimular, por meios artificiais, a cultura em toda a parte, mesmo nos solos menos indicados; deficiente apetrechamento da maioria das empresas agrícolas em meios materiais e técnicos; eis as razões principais que tornam a produção de trigo unitariamente dispendiosa.

Como é obvio, um único sistema existe, em tal ambiente, de assegurar a sobrevivencia daquelas empresas (e são a grande maioria) que produzem a um custo muito superior às cotações internacionais; e este único sistema consiste em eliminar do mercado interno a concorrência dos trigos exóticos.

Proibição, ou regulamentação estrita, das importações, diferencial aduaneiro compensador, tabelamento do preço interno — são as providências classícas e mtal emergência, às quais podem ser adicionadas (como é presentemente o caso em Portugal) disposições tendentes a centralizar, sob controle direto do Estado, a totalidade do comercio de trigo.

Eis, portanto, tal como se deduzem do contexto genérico e comparativo acabado de expor, as condições típicas, dum ponto de vista social e económico, da cultura do trigo em Portugal.

Por elas se vê que o território continental português não apresenta, por via de regra, boa aptidão para a cultura do trigo — fato atri-

buível, em grande parte, à fraca produtividade do solo, mas ainda mais ao regime irregular das chuvas, caracterizado pela falta de oportunidade das precipitações atmosféricas.

Se alguma vês, portanto, chegar o dia, pelo qual anseiam tantos espíritos generosos, em que a produção agrícola mundial possa ser submetida a um plano geral, obrigando à escolha das culturas melhor adaptadas ao meio; se alguma vês tal dia chegar, é de presumir que o velho Portugal quasi deixe de produzir trigo, para se consagrar inteiramente às suas naturais vocações agrícolas, que são a vinha, a oliveira, a fruticultura, a floresta e os seus produtos (madeiras, lenhas, resinas, cortiças), e a criação de gado.

Enquanto, porém, essa era não fôr atingida, outro remédio não teremos senão o de continuar a produzir trigo, muito embora plenamente conscientes de que o fazemos em luta, e luta difícil, contra um condicionalismo natural e social bastante adverso.

Isto posto, passemos a uma sumaria descrição da cultura, da produção, do consumo e do comércio do trigo no meu país.

Cultura e produção — Praticamente, é lícito dizer que o trigo se cultiva em todo o país, de norte a sul, de ocidente a oriente, embora em certas regiões muito mais do que noutras.

Num estudo em curso à cerca do custo de produção do trigo, começou-se o trabalho pela análise estatística de cada município do país, estabelecendo-se o confronto entre, de um lado, as colheitas de trigo, e do outro lado, as superfícies e a população, isto com o fim de determinar índices da importância do trigo no município. Pois bem, depois de se ter verificado que em todos os municípios se cultivava trigo, chegou-se à conclusão de que, num total de 293, apenas 87 deveriam ser excluídos por apresentarem índices muito baixos.

Vimos já que a produção total, em regra, oscilava entre as 300 e as 500.000 toneladas.

Fi's alguns dados mais precisos:

De 1938 a 1947 a produção média anual do decénio foi de 380.000 toneladas, variando desde um mínimo de 260.000 ton. em 1940, até a um máximo de 510.000 em 1939, valores estes bastantes superiores aos obtidos até 1929, mas sensivelmente inferiores à média de 1928-37 que se aproximou de 500.000 toneladas.

Tomando a produção de todo o período que vai de 1934 a 1947 (14 anos) verifica-se que foi a seguinte a distribuição do trigo colhido:

58% destinado a venda.

27% ao proprio consumo das casas agrícolas.

15% à semente.

O número de produtores de trigo em todo o país, segundo a mais recente estimativa, attingia 251.000, das quais:

200.000 produziam até 1 tonelada apenas.

43.000 produziam de 1 a 5 toneladas.

5.000 produziam de 5 a 10 toneladas.

4.000 produziam de 10 a 50 toneladas.

700 produziam de 50 a 100 toneladas.

500 produziam de 100 a 500 toneladas.

20 produziam de 500 a 1000 toneladas.

e sómente

3 produziam mais de 1000 toneladas.

E' patente, como se vê, o predomínio dos pequenissimos produtores, os quais representam 93% do total.

Sob o ponto de vista da cultura de cereais panificáveis, o país divide-se em três distintas regiões: o Sul, onde largamente predomina o trigo; o Centro Litoral e o Noroeste, onde domina o milho; o Leste e o Nordeste, onde a maior importância cabe ao centeio.

A zona caracteristicamente produtora de trigo é o Alentejo, compreendido entre o Rio Tejo e as Serras do Algarve, embora outras haja bastante produtoras, como os arredores de Lisboa.

E' uma provincia onde predomina a grande exploração, sendo frequentes as propriedades com muitas centenas, e até com bastantes milhares de hectares. O tipo predominante de empresa é o patronal. Nas zonas mais férteis (solos, em geral, de origem miocénica ou d'oritica) a cultura é intensiva, tanto na grande como na pequena exploração, sendo corrente a rotação bienal em que o trigo alterna com uma leguminosa para grão, e dá produções entre 1.000 e 1.500 quilogramas por hectare. Nas zonas menos férteis (granitos, xistos do arcaico, do silurico, do devónico e do carbónico, quartzites, pórfiros, arelas gliocénicas, etc.), ha casos de cultura intensiva, sempre porém em regime de pequena exploração com base na fertilização orgânica, mas a regra geral é a cultura extensiva, caracterizada pelas rotações onde, a par de 1, 2 ou 3 anos com culturas, aparecem 1 ou mais (até 5, em regra) em situação de pousio ou folga. Uma rotação típica é, por exemplo, a seguinte: 1.º ano — pousio lavrado; 2.º ano — trigo com fertilização mineral; 3.º ano — aveia ou cevada, sem fertilização; 4.º, 5.º e 6.º anos — Pousios. Como' melhoramento desta rotação, e com grande benefício, está a usar-se esta outra, em certas regiões e para certos tipos de solo: 1.º ano — Tremoço para sideração; 2.º ano — Trigo; 3.º ano — Aveia ou Cevada; 4.º ano — Serradela (para fêno ou pasto); 5.º e 6.º anos — Pousios. Nestas terras menos férteis, as produções são muito inferiores, oscilando entre 400 e 700 quilogramas por hectare.

Na grande exploração, a técnica cultural encontra-se mecanizada, porém, apenas no que diz respeito às operações de mobilização preparatória do solo que se executam, frequentemente, com tractores de vários modelos, acionando arados de aivecas, dentes ou discos, ou grades de discos e molas. Nas operações subsequentes, todavia, a mecanização quasi não existe, de tal modo que a distribuição de sementes e adubo, as mondas e sachas e por fim a ceifa, são predominantemente executadas a braço do homem. A trilha, porém, é realisada quasi exclusivamente à máquina, nem de outro modo seria possível concluir, em tempo util, a debulha das grandes colheitas obtidas na região.

As operações de seleção mecânica e desinfeção de sementes, e as fórmulas completas e equilibradas de adubação química são do uso, por assim dizer, corrente.

Quanto a formas de exploração, encon-

tram-se a conta própria, o arrendamento e a parceria. De modo geral, as rendas da terra não são muito exageradas, de tal forma que o empresário-rendeiro é capaz de produzir em condições próximas das do empresário-proprietário. A parceria, porém, decorre quasi sempre em condições muito onerosas para o parceiro-cultivador, por motivo de ser exagerada a quota-parte de colheita entregue ao parceiro-proprietário, cuja contribuição se limita, em geral, a ceder a terra.

Num estudo efetuado na principal zona agrícola do Alentejo — a zona de Beja, com 850.000 hectares (dos quais 150.000 semeados de trigo anualmente)—concluiu-se, por exemplo, que os preços médios de custo da produção eram os seguintes:

a) casos de conta-própria — 3.37/por quilograma.

b) casos de arrendamento — 3.43.

c) casos de parceria:

— para o proprietário — 1.40.

— para o cultivador — 4.45.

Os custos de produção apresentam-se bastante elevados, variando (à parte os casos de parceria) entre 2,50 e 4,00; correspondendo o preço de 3.50 a 75% da colheita. A causa principal deste elevado custo unitário é, aqui não o custo total ser muito elevado, mas sim as produções por hectares serem bastante reduzidas.

Estas são, num esquematismo evidentemente bastante grosseiro, as características dominantes desta importante região no que diz respeito à produção de trigo.

Na região onde o primeiro lugar entre os cereais panificáveis cabe ao milho, a estrutura agrária é bastante diferente. De modo geral, os solos não têm maior fertilidade natural, mas as chuvas, sendo muito mais copiosas e muito melhor distribuídas, permitem não só uma cultura mais intensiva, mas uma técnica muito mais melhoradora do solo, de tal modo que a fertilidade adquirida se tornou considerável.

A cultura regada tem, por toda a parte, grande importância. Nas rotações mais correntes, o trigo não figura; onde, porém, aparece, fá-lo sempre nas melhores terras e como parte integrante de afofamentos altamente intensivos. Um exemplo apenas, entre muitos que poderiam ser dados: 1.º ano — Batata, seguida de azevem ou outra forrageira, seguida, por sua vês, de nabo; 2.º ano — Trigo, seguido de milho; ou sejam, no espaço de 2 anos, 5 culturas na mesma terra. Outra rotação bastante frequente é a que consiste na alternância do milho com o trigo, seguindo-se a este muitas vezes uma nova seara de milho destinada à produção de verde.

As produtividades por hectare são sempre muito elevadas: raramente menos de 1.500 kg., em geral 2.000 e 2.500, por vezes 3.000 kg. e até mais.

A técnica cultural é esmeradíssima, porém baseada exclusivamente no trabalho do homem; quando muito, usam-se arados e grades de tracção animal, e uma que outra vês recorre-se a pequenas ceifeiras simples, também de tracção animal.

A base da fertilização é a orgânica, em-

pregando-se principalmente o estrume de curral em doses de 20 a 50 toneladas por hectare, e nas regiões litorais grande quantidade de plantas marinhas, carangueijo, farinha de peixe, etc. Os adubos minerais são universalmente conhecidos e empregados, mas os mais aplicados são os azotados de rápida assimilação.

A trilha é predominantemente feita à máquina, em geral com debulhadoras pequenas que se deslocam de eira em eira, com pouca permanência em cada; ainda, porém, se lança mão da debulha com trilho de tracção animal, a pés de gado e até como tradicionalíssimo mangual.

Quanto a formas de exploração e no que diz respeito à cultura cerealífera, a parceria é muito rara, mas o arrendamento bastante vulgar, chegando a predominar em certas zonas. Em regra as rendas são pesadíssimas, ultrapassando por larga margem o simples juro do capital fundiário à taxa normal, de tal modo que os empresários-rendeiros registram custos unitários de produção consideravelmente superiores aos dos empresários-proprietários.

De resto, tais preços de custo são quasi sempre muito elevados, muito mais do que deixaria supôr a circunstância de serem habitualmente bastante altas as produções unitárias.

O fato tem duas explicações: em primeiro lugar, o valor venal exageradíssimo das terras, excedendo em geral os 50 contos por hectare e indo frequentemente além dos 100 contos, e o não menos exagerado preço das rendas; em segundo lugar, as consideráveis despesas culturais, atingindo facilmente 3 contos por hectares, devido sobretudo aos avultados gastos na preparação da terra e na fertilização. Em certos casos mesmo, é sómente o fato das empresas, por serem ali predominantes e caracteristicamente do tipo familiar, não pagarem o muito trabalho exigido pela cultura — é sómente tal fato que permite a manutenção da cultura do trigo paga oficialmente a preço bastante inferior ao respectivo custo.

Digamos, por último, breves palavras acerca da terceira região, aquela em que o mais importante cereal panificável é o centeio; ou seja a região do Leste e Nordeste, compreendendo principalmente as províncias de Traz-os-Montes, parte de Beira Alta e Beira Baixa. De modo geral os terrenos são os mais pobres do país, quer provenham dos granitos, quer dos xistos do arcaico, sambrico ou silurico, e o clima extremamente quente e sêco.

E' uma zona mais propria para a floresta, a olivicultura e a vinha (nele se inclui a famosa região do Vinho do Porto) do que para a cerealicultura. No entanto, por toda a parte, aparece a cultura do centeio, cereal por essência modesto nas suas exigências e adaptável aos meios mais hostis, explorado num regime muito extensivo, em que à seara de centeio se seguem uns tantos anos de pouso, de 1 até ao máximo de 3.

Quanto à cultura do trigo, pratica-se sómente nos solos mais férteis, nos vales que sulcam o vasto cenário de serranias que ocupa quasi toda a região, e também nas meias en-

costas, onde os depósitos coluviais originaram terrenos de média produtividade.

Nas terras fundas dos vales, quer de formação aluvial, quer coluviais, o trigo cultivase bienalmente, alternando com batata estrumada; as produções normais orçam entre 1.000 a 1.500 kg. por hectare; nas encostas, a cultura também, como regra, bienal, porém alternando com pousio; a produtividade média anda pelos 700 a 800 kg. por hectare. Nos terrenos mais elevados e pobres, acontece por vezes, o trigo tomar o lugar do centeio nas rotações com longo período de pousio; as produções descem, então, bastante, ficando nos 500 a 600 kgs.

A técnica cultural é rudimentar; agricolamente, e com honrosas excepções, a região é das mais atrasadas do país. A única máquina empregada é o arado chamado de "volta-aiveca", e uma que outra vês ainda o arado de pau, do tempo dos romanos, puxado por junta de bois ou parelha de muares. Todo o restante grangeio é manual, incluindo a própria debulha, feita mais vezes a trilha de tracção animal ou com mangual do que em pequenos debulhadores de aluguel. A fertilização orgânica mais corrente é a praticada directamente pelos rebanhos de ovinos que permanecem durante a noite sobre o terreno metidos em redis ou cancelas, que vão sendo mudados sucessivamente; considera-se que uma ovelha durante uma noite estrume 1 m. quadrado. A fertilização mineral não está generalizada, mas, no caso do trigo já se estão usando bastante os adubos fosfatados, principalmente o superfosfato.

A forma de exploração nitidamente predominante, é a conta própria. O arrendamento praticamente não existe. Quanto à parceria, celebram-se ainda contractos tradicionais muito equitativos, em que a partilha do produto se faz "a meias", mas em que o proprietário, além da terra e bemfeitorias, fornece o gado de trabalho, o adubo e metade da semente. A empresa familiar é a mais frequente, coincidindo sempre com a pequena exploração, e resultando esta, por sua vês, da reunião dum elevado número de pequenos prédios rusticos; a empresa patonal, todavia, tão-pouco é rara, ajustando-se mais geralmente à média exploração e por vezes também à grande exploração que, aliás, só em raros casos, ultrapassa os 100 hectares.

Quanto aos custos de produção, é talvez esta a zona onde o trigo sai mais barato, por quanto a uma produtividade razoável, se allam despêsas algo módicas, designadamente quanto aos salarios, e ainda porque os valores venais de propriedade estão mais subtraídos à acção altista duma concorrência desregrada.

Estas são, descritas nos seus traços mais salientes, com idéias apenas de dar uma visão de conjunto, as três principais regiões económico-fisio-gráficas de Portugal onde se cultiva o precioso cereal. Muitos aspectos deixaram de ser mencionados, e designadamente os que respeitam às zonas de transição.

Isto posto, e para cumprimento do tema de hoje, digamos breves palavras sobre o consumo e o commercio do trigo.

Consumo — Ha já anos calculei em 50

quilligramas a capitação média mundial de trigo por unidade de consumo. Considerando apenas os povos de raça branca encontrei a cifra de 104 quillogramas.

Feita a determinação para países isolados, apurei, entre outras, as cifras seguintes

| | |
|----------------------|---------|
| França | 165 kg. |
| Dinamarca | 158 kg. |
| Italia | 153 kg. |
| Hungria | 122 kg. |
| U. R. S. S. | 114 kg. |
| Espanha | 113 kg. |
| Inglaterra | 110 kg. |
| E. U. A. | 104 kg. |
| Portugal | 68 kg. |
| Alemanha | 68 kg. |
| Japão | 16 kg. |
| México | 14 kg. |

Convem declarar, desde já, que as capitações verificadas em certos países nada de especial significam, por si sós, quanto a ser melhor ou pior a respectiva alimentação. Em primeiro lugar, porque um elevado gasto de hidrocarbonados não é sinónimo duma boa, completa e equilibrada dieta alimentar, antes muitas vezes significa o contrário, traduzindo uma alimentação pobre, que procura a energia nas fontes mais baratas. Em segundo lugar, porque ha muitas nações onde é avultado o consumo de outros cereais que não trigo, como succede no México, com o milho, no Japão com o arrós, na Alemanha com o centeio, etc. E até, como é o caso aqui no vosso Brasil, outras origens de alimentos farinaceos existem diferentes dos cereais, e algumas (ao que ouço dizer) na verdade preciosas.

Regressemos, porém, ao caso português. As capitações de consumo do trigo (referidas sempre à "unidade de consumo"), têm apresentando tendencia a subir. De 37 kgs. que era até 1920, subiram a 68 na média do decenio 1930-39, para, na actualidade, tornarem a descer ligeiramente.

Aqui, porém, volta a ser preciso considerar as três regiões. No Sul, o consumo de trigo é elevadissimo e atinge valores parecidos com os verificados para a França, Dinamarca e Italia. Quasi não se conhece outro pão que não seja o de trigo, e é ainda muito vulgar, designadamente, nas próprias explorações agrícolas, comer-se um pão muito saboroso e altamente alimentar, fabricado com farinha de trigos rijos sujeita apenas a uma grosseira peneiração e bastante rica, portanto, em gluten.

Nas regiões do milho (Noroeste e Centro Litoral), é este o cereal que serve para o fabrico do pão — a saborosa brôa. O trigo é pouco consumido, em capitações que atingem, quando muito, os 10 kgs. e, para muita gente, é considerado como artigo de luxo que se gasta em dias de festa. Por isso mesmo, a farinha de trigo costuma ser de fraca extração, muito branca e quasi exclusivamente amilácea. Frequentemente, usa-se o pão misturado de trigo e milho — o chamado "triga-milho" — muito agradável à vista e ao paladar.

Nas regiões do centeio, toda a gente do campo come o negro, mas alimentar, pão feito com este prestável mas desprezado cereal.

e também só em períodos festivos recorre ao trigo, cuja capitação é ínfima.

Nos centros urbanos, por fim, o pão correntemente consumido é de mistura de cereais num lote devidamente estudado nos laboratórios do Instituto Nacional do Pão, cuja exacta composição não tenho presente, mas em que, obviamente, o trigo predomina muito.

Digamos, agora, alguma cousa acerca do

Comercio — Segundo já tive ocasião de dizer, o comercio do trigo português — isto é, a sua compra aos produtores e a sua venda às moagens — está integralmente confiada a uma organização de âmbito nacional intitulada — “Federação Nacional dos Produtores de Trigo”, cuja direcção se compõe de representantes do Estado, da Caixa Nacional de Crédito, e dos agricultores.

Eis, resumido ao essencial, o modo como funcionam os serviços da Federação Nacional dos Produtores de Trigo.

Colhido e debulhado o trigo, os agricultores transportam-no ao celeiro da Federação mais próximo, e aí terminam a sua função de produtores. O pessoal do celeiro recebe o trigo, pesa-o e procede ao seu pagamento imediato, de acordo com o estipulado na tabela quanto à qualidade do grão e ao peso por hectolitro, e quanto aos descontos legais que dizem respeito à taxa de armazenagem, à taxa de transporte ao caminho de ferro, à quota social e à previdencia rural. A Federação dispõe, em todo o país, de 490 celeiros, com capacidade total de 208.000 toneladas; como a colheita se escalona por algumas semanas, e como o movimento de saída começa imediatamente, aquela capacidade é considerada suficiente. Para facilidade de cargas e descargas, foram montados em diversos celeiros ramais privativos de caminhos de ferro.

Sómente na compra de trigos nacionais a F. N. P. T., em 15 anos de actividade, dispendeu 6.375.453 contos. Em 1948, por exemplo, adquiriu trigo no montante de 421.000 contos. O movimento de compra inicia-se mediante a concessão dum crédito à F. N. P. T. por parte da Caixa Nacional de Crédito (cerca de 100.000 contos anuais) e prossegue depois, em ritmo regular, com os pagamentos realizados pela Federação Nacional dos Industriais de Moagem, à medida que o cereal vai saindo dos celeiros para os moinhos. Terminadas as operações de compra e venda, a F. N. P. T. procede à liquidação do seu débito para com a Caixa Nacional do Crédito.

A conservação do cereal nos celeiros corre por conta e à responsabilidade dos serviços técnicos da Federação, os quais se encarregam da beneficiação dos trigos que de tal careçam para precaver a conservação ou obstar ao desenvolvimento de focos destruidores. De 1939 a 1949 beneficiaram-se anualmente partidas do cereal variando desde um mínimo de 26.000 toneladas até a um máximo de 131.000 toneladas.

Além desta sua estrita função de comprar, vender, e assegurar entretanto a conservação do cereal, a F. N. P. T. tem desempenhado outros papeis, e tomado outras ini-

ciativas, do maior interesse para a lavoura do trigo. Assim:

1.º) — dá o seu aval à concessão de créditos para despesas de exploração, feitos pela Caixa Nacional do Crédito aos produtores de trigo — créditos estes a cuja liquidação procedem os próprios serviços da Federação, no ato do pagamento do cereal; o total de financiamentos obtidos pela lavoura do trigo, através ou com intervenção da F. N. P. T., atingiu a média anual de 142.000 contos, assim distribuídos:

Por warrantagem de trigo nos celeiros dos produtores, 31.000 contos.

Ídem do trigo nos celeiros da Federação, 42.500 contos.

Empréstimos pelas Caixas de Crédito Cooperativo, 34.500 contos.

Empréstimos directamente feitos pela Caixa Nacional do Crédito, 34.000 contos.

2.º) — A Federação concede aos produtores bônus para compra de adubos e de sementes seleccionados.

3.º) — Toma a seu cargo a importação de sementes exóticas, principalmente da Italia, com o fim de revigorar a produção nacional de sementes.

4.º) — Fornece à lavoura trigo nacional de semente, com garantia oficial, ou, na falta d'este, trigo de sua reserva devidamente calibrado.

Os trigos de semente, quer os de garantia oficial, quer os de reserva, são trabalhados em 20 seleccionadores, 30 tararas e 52 crivos pertencentes à Federação.

Dos seleccionadores, 4 têm o rendimento horario de 2.000 quilogramas, 9 de 700 kgs. e 7 de 400 kgs. Em 1948, por exemplo, foram seleccionados 7.862 toneladas e calibradas 3.889 toneladas. Com garantia oficial, entregaram-se à lavoura 5.651 toneladas de semente, ou sejam um pouco mais de 10% do trigo semeado.

Para análise dos trigos para semente, a F. N. P. T. possui um laboratório que, desde 1940, analisou 31.000 toneladas.

Além destas funções exercidas com regularidade e continuidade, a Federação conta no seu ativo duas grandes iniciativas, merecedoras dos maiores encómios.

A primeira é a contribuição financeira decisiva que deu à Estação de Melhoramento de Plantas localizada na cidade de Elvas, estação esta cujas possibilidades seriam sempre muito diminutas se contasse apenas com as verbas do orçamento oficial, algo exiguas. Graças principalmente aos subsídios da Federação dos Trigos, a Estação de Elvas é já hoje um grande centro de melhoramento de plantas, dedicando-se especialmente aos cereais (trigo, centeio, aveia, cevada e milho) e às forragens de sequeiro, e contando já no seu ativo com algumas valiosas realizações. A sua coleção de variedades de trigo é vastíssima, compreendendo quasi 2.000 tipos diferentes, provindos do Mundo inteiro. Ao visitar, ha poucas semanas, o vosso Instituto Agronómico do Sul, tive a grata satisfação de saber que, nas respectivas coleções, havia trigos remetidos de Elvas e que um deles, o

Tremês Preto, se estava a comportar bem quanto à precocidade e à produtividade.

Quanto à outra das duas realizações a que a Federação está ligada, trata-se dum inquerito, à data prestes a concluir-se, acerca do custo de produção do trigo em todo o país. A respeito deste mesmo inquerito, da sua técnica e dos seus resultados, tive ensêjo de realizar uma palestra especial no Ministério da Agricultura. Por hoje informarei apenas que o seu objectivo é o de habilitar a Federação ao propor ao Governo a tabela anual do preço do trigo com aquela segurança e aquêl conhecimento de causa que sómente uma análise lise completa da zona de custas permite obter. O inquerito tornou-se tanto mais necessário, quanto tudo indicava, e indica, que a tabela actual deixara de ser compensadora, ao contrário do que sucedia até 1939 pelo menos.

Vou, senhor presidente e meus senhores, terminar, não sem algum temôr de ter abusado da voôsa benevolente atenção. O meu intento ficou claro, assim o espero; e só lamentarei se a maneira como o realizei não correspondeu ao que eu pretendia e vossas excelencias esperariam.

Tive em vista tão sómente contribuir

para o preconizado intercâmbio agrônomico dos nossos dois países, ligados por indissolúveis laços de amizade, e para tal outra coisa não pretendi que não fosse prestar aos técnicos brasileiros uma simples informação sobre um dos ramos mais importantes da agricultura lusitana. Se tal informação tiver sido capaz de dar aos meus auditores uma idéia clara do que a economia do trigo, no meu país distante, em que a pequenês do território se conjuga com o mais variegado mosaico de solos e climas, de técnicas culturais e usos sociais; se assim tiver acontecido, julgarei bem cumprida a minha missão de hoje.

Tenho dito”.

Terminada a palestra, ouve-se prolongada salva de palmas; usando a seguir da palavra o Sr. Luiz Simões Lopes, que enalteceu os trabalhos no campo agrônomico, que vem sendo realizados em Portugal. Agradeceu a mensagem da Sociedade de Ciências Agrônomicas e ofereceu a esta por intermêdio do Sr. Henrique de Barros, a medalha de prata comemorativa do cinquentenário da Sociedade, “em demonstração do apreço da Sociedade pela classe dos agrônomos portugueses”.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhêtos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO - AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226

3.º andar — RIO DE JANEIRO — AV. SANTOS DUMONT, 226 — BELO HORIZONTE

Sisal (Agave Sisalana) Nova Riqueza Agrícola

(Paracer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior pelo Conselheiro Arthur Torres Filho)

Procurando estar sempre atento quanto aos problemas de nossa economia rural, tive ha tempos a atenção despertada em face das informações que chegaram ao meu conhecimento relativamente ao surto do plantio do sinal, na região do nordeste.

Já por diversas vezes tiver oportunidade de relatar perante o Conselho Federal do Comércio Exterior assuntos relacionados com as fibras nacionais e exóticas e o papel que lhes cabe, não só como fornecedora de celulose, mas, principalmente, pelo que representam para a indústria de cordoária e, em especial, para a embalagem de nossos produtos.

Em 20 de Setembro do ano próximo pasado tive ensejo para chamar a atenção deste Conselho, através do Conselho de Produção, para o papel que poderia assumir o sinal na economia nacional.

Houve por bem este Conselho aprovar minha indicação e solicitar as necessárias informações ao Ministério da Agricultura.

Pelo SP/1384 de 2 de Julho do corrente, me foi enviada para relatar, a pasta SP/16, co mos dados coligidos por este Conselho, o que faço, baseado não só nos referidos dados, como também, em outros, por mim coligidos:

"O sisal, *Agrave sisalana*, Perrine, é uma Amarilidácea cuja cultura vem tomando grande impulso nos últimos anos e que apresenta, sem dúvida, perspectivas as mais auspicias no quadro da economia nacional.

Originário da Península de Yucateca, encontrou o sinal em nosso país, especialmente nos Estados de Paraíba, Bahia, Pernambuco, Sergipe e outros, condições ecológicas convenientes.

Dado o êxito da cultura do sinal entre nós, verifica-se atualmente certo declínio na produção de outros texteis, como por exemplo, o algodão na Paraíba, o coroa em Pernambuco, etc.

A Paraíba, por exemplo, produziu em 1946, 12.725.657 quilos de sisal; em 1947, 20.466.629 e em 1948, 25.000.000 quilos; Pernambuco, que em 1946 produziu apenas 10.000 quilos, passou em 1947 para 50.000 e, em 1948, para 100.000.000, para só citarmos dados referentes a dois Estados produtores.

Em a nossa balança de exportação vem, igualmente o sisal figurando com cifras cada vez mais elevadas, não só quanto a quantidade, como também quanto ao valor em cruzeiros.

A Paraíba, por exemplo, que em 1947 exportou 13.340.648 quilos no valor de Cr\$ 86.891.907,00, em 1948 exportou 16.617.871 quilos, no valor de Cr\$ 107.202.795,00.

Comparando-se a exportação de caroa e de sinal nos ano de 1946 e 1947, verifica-se o quanto esta última fibra vem sobrepujado o caroa

Exportação em toneladas

| | 1946 | 1947 |
|-------|-------|--------|
| caroa | 5.328 | 3.324 |
| sisal | 2.758 | 14.850 |

Conforme se verifica, houve, em 1946, uma diferença para menos em sinal e mrelação ao caroa, de 2.570 toneladas, enquanto que e 1947, essa diferença foi para mais em 11.526 toneladas, o que dá um do, para o sinal, entre os dois anos, de 8.956 toneladas.

Exportação (valor Cr\$ 1.000,00)

| | 1946 | 1947 |
|-------|--------|--------|
| caroa | 20.169 | 14.396 |
| sisal | 19.290 | 95.687 |

Em 1946, houve, para menos, um diferença de Cr\$ 879.000,00 quanto ao sinal em relação ao caroa e, já em 1947, constatou-se um superavit de Cr\$ 81.291.000,00 o que dá um saldo favorável para o sinal de Cr\$ 81.412.000,00, entre os dois anos.

Os dados acima justificam bem a atenção que devemos dispensar a esta Amarilidácea cujas perspectivas são, naturalmente, as mais auspiciosas.

Convém aliás, acentuar, já terem sido tomadas medidas de incentivo á produção.

Na Bahia, para só citarmos um exemplo, em 1939, no Governo do Dr. Landolfo Alves, foi iniciada a campanha de fomento com a instalação de dois campos de produção de mudas em Feira de Sant'Ana e em Alagoinhas, e, em 1946, pelo Decreto-lei 789 de 11-6, foram concedidos prêmios para o cultivo e beneficiamento do sinal.

Sob o ponto de vista econômico, a cultura do sisal parece ser um adas mais compensadoras.

Cálculos feitos na Bahia, por exemplo, dão para a cultura do sinal, um lucro líquido de Cr\$ 1.800,00 por hectares e por ano.

Inicia-se o primeiro corte depois do terceiro ano, e sucedem-se os mesmos de oito em oito meses, dando uma média de 30 a 40 e um peso de 300 a 400 gramas cada uma. folhas de 1,00 a 1,50 metros de comprimento.

Tratamento do tronco das arvores

Como o ciclo econômico da planta é de sete a oito anos, obtem-se, ao todo, cinco a seis cortes, o que representa uma produção de 800 a 1.200 quilos de fibras secas por corte (por ano).

Precisamos olhar, também, com especial atenção, para o problema do beneficiamento do sisal.

O beneficiamento manual, embora ao alcance do pequeno produtor, não convém, não só porque não retira convenientemente a mucilagem que precisa ser eliminada, como também, porque dilacera a fibra, o que deprecia acentuadamente o produto.

O beneficiamento mecânico, por meio de desfibradeiras, é o mais conveniente e precisa ser incentivado.

O Estado da Paraíba, por exemplo, para o beneficiamento do sisal já conta com 311 motores, 562 desfibradeiras e 44 prensas; o Estado da Bahia, possui 38 motores, 104 desfibradeiras e 28 prensas; o Estado de Pernambuco, etc.

Para o Estado do Rio Grande do Norte, 8 motores, 13 desfibradeiras e 5

Conclusões

Em face dos estudos feitos, somos de opinião que, visando o aperfeiçoamento dos métodos culturais, de beneficiamento e de classificação do sinal tendo em vista a sua situação presente e as perspectivas futuras no panorama da economia rural brasileira, apresentamos a consideração dos Senhores Conselheiros, as seguintes conclusões:

1 — deve o sinal merecer toda a atenção das autoridades governamentais por tratar-se de uma fibra de real valor econômico que tem encontrado condições fáceis de adaptação, especialmente nos Estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e outros, e concorrido para a formação de novas riquezas para as populações dos Estados nordestinos;

2 — faz-se mister sejam tomadas providências não só de caráter técnico, como de caráter econômico, a fim de que o desenvolvimento observado na cultura e beneficiamento do sinal não seja interrompido nem sujeito ao insucesso, como tantas vezes já tem acontecido com outras culturas;

3 — entre as providências a serem tomadas podemos lembrar:

a — instalação de hortos ou viveiros mantidos pelo Ministério da Agricultura em colaboração com os Estados interessados, visando a produção de mudas selecionadas para a distribuição aos produtores;

b — orientação para o cultivo racional do sinal através de Postos de Fomento e de Assistência Técnica aos lavradores convenientemente aparelhados não só tecnicamente (pessoal especializados), como também materialmente (providos de ferramentas, máquinas, etc.);

c — facilidades de venda de lotes de terra

Cesar Seára

Eng. Agrônomo, do
Serviço de Informação
Agrícola

Tanto as fruteiras, como as árvores ornamentais, em geral, são sujeitas, por vezes, a ataques de pragas e doenças, que lhes produzem feridas, podridões, buracos, rachaduras, etc. nos troncos e galhos, sendo conveniente tratá-los — melhor preventivamente — por meio de limpezas e caiações anuais, no período em que os vegetais costumam descansar, ou seja, nos meses frios do ano.

O lavrador cuidadoso, pois, antes de começar a brotação de suas árvores, deve revisita-las para limpar-lhes os troncos e galhos, eliminando os que estiverem secos ou atacados de algum mal e escovando-as, ademais, com uma escóva de piassava. Isto posto, fazer então uma aplicação nos troncos, pelo menos até a altura de 1 metro, ou mais, se necessário, de Pasta Bordaleza ou Pasta Sulfo-Cálcica, parecendo mais aconselhável, esta última, por agir melhor contra determinados insetos.

A Pasta Sulfo-Cálcica é preparada fazendo-se dissolver 3 quilos de cal viva em 10 litros d'água fervente, na qual depois se derrama uma pasta preparada com 3 quilos de enxofre e um pouco d'água. Mexe-se bem com um objeto de madeira e acrescenta-se mais água até completar 30 litros desta, enquanto ferver a mistura a fogo brando, durante uma hora.

A Pasta Bordaleza é feita com Sulfato de Cobre, do qual se dissolvem 2 quilos em 6 litros d'água. Em separado, dissolve-se, também em 6 litros d'água, 1 quilo de cal e, na hora de aplicar, misturar as duas soluções.

Quando se verificar que partes da árvore se apresentam com brocas, eliminar, serrando, se possível, os galhos atacados. Sendo no tronco a broca, aplicar, com uma seringa pequena, bissulfureto de carbono (formicida líquida) nos orifícios que forem observados e tapá-los bem com barro ou mesmo cera.

aos pequenos produtores, concorrendo assim para a fixação do homem á terra;

d — facilidade de escoamento da produção pela ampliação da rede de rodovias;

e — facilidades para a compra do material necessário (máquinas, ferramentas, etc), pelo preço de custo e a prazo razoável;

f — levar ao produtor o auxílio financeiro de que ele careça, através do crédito agrícola distribuído na época oportuna, a juros módicos e a prazo razoável;

g — incentivar e auxiliar a formação de

(Conclui na página 22)

Como tornar efetiva a assistência

TÉCNICA, SOCIAL E SANITÁRIA AO PESSOAL DOS SERINGAIS ATRAVÉS DE
“MISSÕES DE ASSISTÊNCIA AOS SERINGUEIROS”

Prof. Geraldo Goulart da Silveira
(da Sociedade Nacional de
Agricultura)

I — Generalidades

E' preciso levar aos seringueiros, — brasileiros que labutam, anonimamente no meio inhóspito da amazônia —, a assistência técnica, social e sanitária que eles necessitam.

E' bem verdade que, dadas as condições peculiares da exploração de seringais nativos, torna-se difícil efetivar tais medidas de assistência, uma vez que, nas regiões onde eles se encontram, não existe aglomerações humanas.

Os seringueiros vivem dispersos no seringal.

Enormes são as distâncias entre suas toscas cabanas.

Em áreas imensas, a densidade da população é extremamente reduzida, o que constitui, sem dúvida, uma condição que torna difícil qualquer empreendimento visando uma assistência efetiva ao seringueiro e sua família.

Entretanto, não é justo, não é humano, e nem se justifica, que dificuldades de tal ordem constituam motivos para que se relegue para um plano secundário, problema de tal relevância.

Eles bem merecem tudo quanto por eles se possa fazer para que vivam com um pouco mais de conforto, para que recebam um pouco daquilo que a civilização pode dar ao homem.

E' necessário, imprescindível mesmo, que quanto antes, com idealismo e patriotismo, se empreenda uma campanha de grande envergadura, visando levar aos seringueiros e suas famílias, a assistência que eles necessitam para que fiquem integrados na civilização, e, não, como vem acontecendo, infelizmente, até agora, isolados e entregues ao próprio destino.

E' um trabalho que urge, seja efetivado no menor tempo possível.

Valorizar o homem para que se valorize, realmente, a região, eis o problema em sua equação mais simples.

De nada adiantam regiões ricas, sem o homem para explorá-las.

Não é outro o nosso objetivo ao apresentarmos a presente contribuição ao estudo dos delegados da III Conferência Econômica da Borracha que, em bôa hora se realiza, e de cujos trabalhos advirão, sem dúvida, medidas oportunas eficientes e objetivas.

Constitue o presente trabalho um subsídio que, conjuntamente com outros que provavelmente serão apresentados abordando o item 5 do temário, fornecerão elementos para que se possa resolver, quanto antes, de uma ma-

neira viável e objetiva, problema de tamanha relevância.

II — Objetivos das “Missões de Assistência aos Seringueiros”

Como uma das medidas que, parece-nos, possa ser adotada na região amazônica para melhorar as condições de vida e de capacidade dos seringueiros, as “Missões de Assistência aos Seringueiros”, extensivas á todas as atividades agro-extrativas, devem merecer, sem dúvida, lugar de destaque.

Si para as zonas agrícolas e pastoris propriamente ditas elas têm dado resultados tão satisfatórios como provam os trabalhos realizados em outros países, porque não tentá-las nas regiões onde se pratica a indústria extrativa vegetal?

Tais Missões, no caso especial dos seringueiros visam:

a) — levar aos seringueiros a assistência técnica, ensinando-lhes como trabalhar melhor e com maior rendimento; proporcionando-lhes ensinamentos e elementos materiais para que eles possam manter lavouras de subsistência; enfim, proporcionando-lhes elementos para que eles trabalhem mais racionalmente e obtenham da terra, em clareiras no seio da floresta, aquilo que necessitam para satisfazer as necessidades mínimas de uma alimentação sadia e suficiente;

b) — prestar aos seringueiros e aos seus, a assistência médico sanitária que eles necessitam, esclarecendo-os sobre as enfermidades mais frequentes da região; como preveni-las e combater-las; ministrar-lhes os mais elementares preceitos da higiene que eles desconhecem; fornecer-lhes medicamentos, etc., enfim, conseguindo com que eles melhor esclarecidos e orientados saibam lutar contra as adversidades do meio;

c) — prestar aos seringueiros a assistência educacional de que suas famílias tanto carecem, ensinando-lhes os mais rudimentares conhecimentos de puericultura, de orientação educacional dos adolescentes, promovendo a alfabetização, enfim, levar até eles um pouco daquilo que existe nas cidades, e que constitui necessidade mínima de todo individuo;

d) — integrar o homem ao meio, ajustando-o ás condições peculiares da região, fazendo com que ele possa viver mais contente e feliz, embora mais afastado da civilização, com um pouco mais de conforto.

O programa será, sem dúvida, vasto, vastíssimo mesmo, mas o que foi dito acima já é o esboço de um programa mínimo que deve ser levado a efeito para satisfazer às necessidades mais prementes no sentido de fazer chegar aos seringueiros um pouco de assistência técnica, social e sanitária de que tanto eles carecem.

III — Componentes das “Missões de Assistência aos Seringueiros”

Visando sejam atingidos os elevados objetivos das “Missões de Assistência aos Seringueiros” que preconizamos para a amazônia, devem elas ser constituídas de:

- a — um médico
- b — um agrônomo
- c — um professor-assistente social
- d — um enfermeiro

Ao médico caberá fazer estudos sobre as

endemias da região, examinar e medicar os seringueiros e suas famílias, fornecer-lhes os medicamentos indicados, fazer observações sobre problemas de higiene sanitária propondo as medidas que se fizerem necessárias, enfim, zelar pela saúde daqueles que vivem no seringal.

Ao agrônomo caberá: instruir tecnicamente os seringueiros sobre como explorar a seringueira sem exauri-la, ensinar-lhes como trabalhar racionalmente e com maior rendimento, instruí-los sobre como aproveitar as áreas em torno das cabanas instalando nelas lavcura de subsistência, praticando a criação de pequenos animais domésticos, etc.

Ao professor-assistente social caberá: dar assistência educacional ao seringueiro, orientando-o e instruindo-o sobre como melhorar o seu padrão de vida através da observação da higiene do corpo e do espírito, proporcionando-lhes palestras instrutivas e educativas, promovendo a organização social da família,

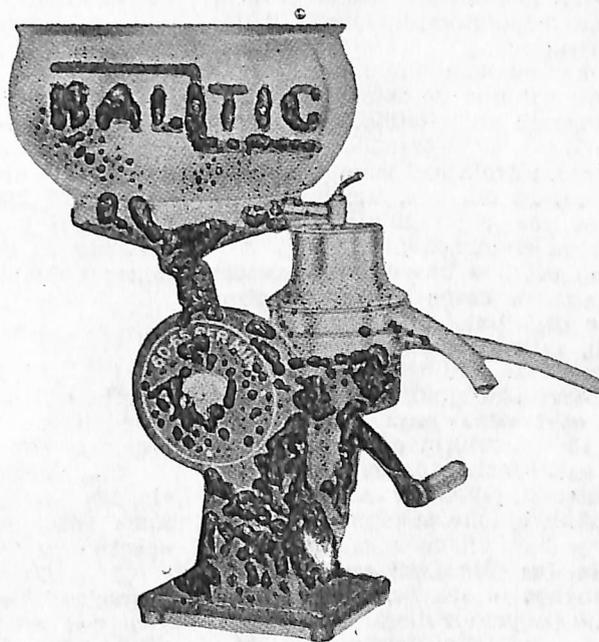
Alfa Laval

DESNATADEIRA
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HCRA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gazes para Refrigeração ;
Amonea — Freon 12
— Metila e Sulfuroso

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
350
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suíça Ltda.

ENGENHEIROS :
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA Nº 12
End. Electr. "Sisla"



IMPORTADORES :
Caixa Postal 1404
RIO DE JANEIRO

orientando o ensino nas escolas rurais da região, etc.

d — Ao enfermeiro caberá: ajudar ao médico em tudo quanto se fizer necessário, instruir o seringueiro e sua família sobre como gir em casos de socorros de urgência, ensinar-lhes sobre como tratar os doentes, etc.

IV — Equipamento das "Missões de Assistência aos Seringueiros"

De nada adiantam as "Missões" que sugerimos para a amazônia, si elas não estiverem convenientemente aparelhadas para que seus componentes possam, realmente, levar a assistência de que necessitam os seringueiros.

Tais "Missões", instaladas em navios (condução mais adequada ao meio), devem ser equiparadas de tal maneira que os missionários possam, não somente orientar os seringueiros e suas famílias, mas, sobretudo, prestar-lhes uma assistência real.

Para isso torna-se necessário que as "Missões" estejam equipadas:

a — com aparelhamento indispensável para pequenas intervenções cirúrgicas de emergência que se fizerem necessárias;

b — com uma pequena farmácia provida de medicamentos a serem aplicados e distribuídos aos seringueiros;

c — com uma pequena biblioteca;

d — com um estoque de sementes e ferramentas para serem distribuídas aos seringueiros;

e — com rádio, vitrola e cinema para proporcionar, de quando em vez, um pouco de distração áqueles que, em regiões tão ermas, vivem afastados da civilização;

f — com um estoque de certos alimentos em conservas para os casos em que se fizer necessário a sua distribuição como por exemplo leite em pó, farinha para mingáus, etc. destinados ás crianças, enfermos, etc.

Enfim, instalar tanto quanto possível convenientemente os navios para que aqueles incumbidos de tão meritória e abnegada incumbência de assistência aos seringueiros e suas famílias, possam, realmente, proporcionar aos mesmos, uma assistência efetiva.

V — Articulação das "Missões" com os "Centros de Assistências aos Seringueiros"

Instalados no próprio seringal, nas regiões que se fizerem mais convenientes para que possam beneficiar o maior número de pessoas, devem ser instalados "Centros de Assistência aos Seringueiros" que funcionarão em perfeito entrosamento com as "Missões de Assistência aos seringueiros", afim de que o pessoal dos seringais receba, realmente, uma assistência efetiva e eficiente.

Os "Centros de Assistência" a que nos referimos devem possuir:

a — um pequeno hospital aparelhado para intervenções cirúrgica, internação de enfermos, etc;

b — uma pequena farmácia convenientemente aparelhada para atender ao avisamento de receitas, distribuição de medicamentos, etc;

c — um pequeno laboratório de análises para os exames necessários aos tratamentos médicos;

d — uma escola aparelhada com museu, biblioteca, etc;

e — um Serviço de Assistência Social;

f — um Posto Agrícola.

A assistência médico-hospitalar far-se-á através do hospital, da farmácia e do laboratório de análises.

A assistência educacional far-se-á através da escola que, adaptada ás condições peculiares do meio, procurará instruir e orientar os adolescentes, seguindo os preceitos da pedagogia moderna.

A assistência social far-se-á através do Serviço de Assistência Social que, a par dos conselhos e ensinamentos que prestará aos seringueiros, promoverá estudos no sentido de:

a — melhorar as condições da habitação dos seringueiros, tornando-as mais confortáveis e higiênicas;

b — melhorar as condições de higiene individual e coletiva;

c — promover a organização social dos seringueiros, fomentando e facilitando a instalação de Cooperativas, Grêmios, Associações, etc;

d — promover os registros de nascimento, de casamento, etc.

e — proporcionar aos seringueiros audições radiofônicas, sessões cinematográficas, etc.

A assistência técnica far-se-á através do Posto Agrícola que orientará os seringueiros sobre os processos mais econômicos e racionais de extração do latex e o preparo da borracha, promoverá cursos e demonstrações práticas, fomentará e orientará o estabelecimento de lavouras de subsistência, criação de pequenos animais domésticos, etc.

VI — Conclusões

1 — É imprescindível que se promova, quanto antes, em bases eficientes e efetivas, a assistência técnica, social e sanitária do pessoal que vive nos seringais.

2 — A instalação de "Centros de Assistência aos Seringueiros" nos lugares onde forem mais recomendáveis, constitue uma medida oportuna e objetiva.

3 — Os "Centros de Assistência aos Seringueiros" devem proporcionar ao pessoal que vive nos seringais, assistência médico-hospitalar, educacional, social e técnica que eles necessitam.

4 — A organização de "Missões de Assistência aos Seringueiros" constitue, sem dúvida, uma medida de grande alcance social e educacional.

5 — Tais "Missões de Assistência aos Seringueiros", que serão ambulantes, devem estar entrosadas e articuladas com os "Centros de Assistência aos Seringueiros" e convenientemente aparelhadas para que possam prestar ao pessoal dos seringais uma assistência real e em bases eficientes.

Obs) O presente trabalho constituiu a tese que o Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, à III Conferência Econômica da Borracha, que se reuniu em Setembro, em Belem, Estado do Pará.

FIXAÇÃO DO HOMEM À TERRA

Decreto-lei n.º 6.669 de 19-10-44, e o regime do colonato na região de Campos

RUY T. DA SILVA PINTO

Eng. Agrônomo

Per. Ass. Socaul do I.A.A. e

Secretário da Ass. Rural de Campos

Devo de início deixar bem claro, como demonstra o título desta tese, que só me referirei aqui às questões relacionadas com o colonato na região canavieira campista. Única e exclusivamente à região canavieira campista, pois na realidade desconheço as condições que prevalecem em outras regiões do País.

A — considerações gerais

O colonato ou parceria agrícola na lavoura de canas existe em Campos há muitos anos, talvez há séculos, possivelmente desde os primórdios da civilização campista. E essa instituição atravessou galhardamente os séculos; resistiu a terríveis calamidades naturais, como as famosas cheias do Rio Paraíba e a infestação dos canaviais pelo mosaico; sobreveio as profundas transformações econômico-sociais, como a abolição da escravatura, a proclamação da independência e da república, a construção das linhas férreas, a transformação dos engenhos em usinas, o advento do arado e do trator.

Uma instituição que prova ser capaz de suportar tão fortes e inesperados entre-choques, que vive e prolifera em condições tão várias e antagônicas, deve ter em seu alicerce algum elemento de ponderável valor, deve de alguma forma satisfazer anseios permanentes do homem. Os que vivem em Campos sabem quão forte é ali a tradição do colonato e quão profundas raízes ele criou nos hábitos de lavradores e operários.

É estranho, pois, que só agora o colonato tenha entrado em crise, que o número de colonos na região campista esteja diminuindo sensivelmente, quase posso dizer alarmantemente, que por toda parte só se ouça referências desfavoráveis à parceria, que haja colonos queixosos por verem suas lavouras indenizadas e tomadas, e proprietários que se referem à parceria como uma fonte a mais de risco e instabilidade de sua fundação agrícola. O mais curioso ao observador desse fenômeno é que ele ouve queixas de ambas as partes em parceria: — uns por verem suas lavouras tomadas, outros por acharem de seu interesse tomar aquelas lavouras.

Qual a causa dessa transformação? Há ou não há conveniência social em que o colonato perdure e caso o colonato seja uma instituição

socialmente útil, o que é necessário fazer-se para que ele não desapareça de todo ou, se possível, que volte a ter extensão que teve outrora? E' a essas perguntas, que peço venia para responder, como modesto subsídio ao estudo das condições econômico-sociais da lavoura canavieira.

B — Diminuição do número de colonos e sua causa

É fato positivo, concreto, que não pode ser contestado, que o número de colonos tem diminuído enormemente em Campos. Lamentamos apenas a exiguidade do tempo que nos foi concedido para escrever esta tese, pois não seria difícil conseguir dados exatos sobre o número de colonos existentes antes do Decreto-lei n.º 6.969 e o número atual. Mas reconhecendo embora a falta que faz a este trabalho a apresentação de uma estatística completa e exata, estamos certos de que a diminuição do número de colonos seja um fato tão evidente que ninguém poderá contestá-lo. Ouve-se com frequência referências a colonos que foram indenizados; jamais se sabe de pessoa alguma, usineiro ou fornecedor, que pretenda admitir novos colonos, temos conhecimento de usinas que tinham centenas de colonos e que hoje possuem dois ou três.

A diminuição do número de colonos coincidiu com a promulgação do Dec.-lei n.º 6.969. É o observador levado a ver nessa coincidência uma relação de causa e efeito. Aliás as referências àquele texto legal são por demais claras e reiteradas para que se possa nutrir qualquer dúvida sobre os seus efeitos nesse sentido.

Poder-se-á, talvez, explicar a diminuição do número de colonos pela melhoria das condições econômicas da lavoura canavieira, o que levaria os proprietários a não desejarem repartir os seus lucros com parceiros. Não devemos, porém, nos esquecer de que já houve no passado épocas favoráveis à agro-indústria do açúcar, que sobre essa agro-indústria se fundou próspera e elegante aristocracia rural, sem que ao que nos consta, houvesse por isso restrições ao colonato. Todavia é provável que a melhoria das condições econômicas da lavoura de cana seja

em parte responsável pela atual restrição ao colonato; mas isso não significa que a legislação vigente também não haja contribuído apreciavelmente para o enfraquecimento dessa velha instituição.

C — Natureza do colonato em Campos

Torna-se difícil fazer-se a sistemática do colonato em Campos, dada a grande variedade de tipos existentes de acordo com as condições locais, com os recursos de que dispunham o colono e o proprietário, com a área a cultivar, etc. Há uma longa série de pequenas diferenças, de nuances, que tornam difícil a apresentação de um esquema. Mas como é de todo necessário fazer-se uma classificação, ainda que não se ajuste perfeitamente à realidade, afim de que possamos atingir o fim colimado por esta tese, apresentamos abaixo um esquema que nos parece melhor satisfazer às exigências deste estudo.

Dividimos, assim, os colonos em dois tipos: *Colonos empregadores*, que pagam a assalariados para fazerem os trabalhos de sua lavoura e que geralmente possuem instrumentos de trabalho (carros, bois, arados e até tratores); b) *Colonos operários*, que normalmente trabalham em outras lavouras que não a sua como operários rurais, lavouras estas em regra pertencentes ao proprietário das terras em que eles têm suas roças, e que se dedicam às suas lavouras nos dias de folga ou quando falta serviço a jornal ou por tarefa, sem que possuam instrumentos de trabalho além de sua enxada e seu facão.

No primeiro caso (colonos empregadores) os encargos são assim divididos entre os parceiros: a) o proprietário dá: a terra, a casa, curral, etc., e paga os impostos; b) o colono faz todos os serviços, desde o preparo do terreno ao transporte, inclusive as limpas dos pastos, a conservação dos caminhos e tapumes. O colono dá ao proprietário uma percentagem variável de sua produção, que vai de 15 a 33 por cento (colono de terço), de acordo com a maior ou menor liberalidade do proprietário, de acordo com a qualidade e topografia do terreno, etc. O mais comum nesses casos é o colono dar de 20 a 25 por cento. Com este tipo de parceria existem ou existiam em Campos, grandes colonos, com milhares de toneladas de fornecimento.

No segundo tipo de parceria (colonos operários) os encargos são divididos da seguinte forma: a) o proprietário dá a terra, o preparo da terra inclusive sulcação, a cana de planta (semente) posta no local da plantação, empresta boi e cultivador, conserva cercas e valas, faz o transporte das canas, dá casa e sua con-

servação e paga os impostos; b) o colono faz: o plantio, as limpas e o corte das canas, ficando com o direito de fazer pequenas lavouras (feijão, milho, abobora, aipim, etc.) nas entrelinhas e aceiros pertencendo os frutos dessas pequenas lavouras, exclusivamente ao colono. Neste tipo de parceria o colono dá ao proprietário 50 por cento de sua produção (colonato a meia).

Quanto ao financiamento, as condições são variáveis: há colonos que não recebem financiamento algum dos proprietários, outros que recebem financiamento sem juros (pequenos colonos) e outros ainda que pagam os juros normais na região. O Decreto-lei n.º 6.969 estabelece como taxa máxima nessas operações 4 por cento ao ano; esta exigência é por todos considerada singularmente estranha, já que não há estabelecimento de crédito algum nem mesmo os oficiais, que emprestem a menos de 6 por cento; todos consideram bastante original que a lei exija que os particulares façam o que o próprio Estado se mostra incapaz de fazer.

B — Base econômica do colonato em Campos

O custo médio das várias operações da lavoura de canas na baixada campista é aproximadamente o seguinte:

CANAS PLANTA

| | | |
|------------------------------|-------------|-----|
| Preparo do terreno | Cr\$ 700,00 | Ha |
| Semente | Cr\$ 500,00 | Ha |
| Plantação | Cr\$ 400,00 | Ha |
| Limpas | Cr\$ 800,00 | Ha |
| Corte | Cr\$ 10,00 | Ton |
| Transporte | Cr\$ 10,00 | Ton |

Rendimento médio: 60 Tons. por Ha.

SOCAS

| | | |
|----------------------|-------------|-----|
| Limpas | Cr\$ 350,00 | Ha |
| Corte | 15,00 | Ton |
| Transporte | Cr\$ 10,00 | Ton |

Rendimento médio: 30 Tons. por Ha.

O custo das operações agrícolas propriamente ditas é, assim, aproximadamente de Cr\$ 55,00 por Ton.; devemos ainda acrescentar Cr\$ 5,00 por Ton. para outras pequenas despesas, tais como conservação de carros, limpas de pasto, etc. Como já ficou esclarecido a conservação de casas, impostos, etc., ficam à conta do proprietário.

Partindo desses dados verificamos que a base da divisão dos encargos exposta na letra c deste estudo, os colonos empregadores (desconto de 25 por cento) ainda lucram cerca de Cr\$

27,00 por Ton. e o colono operário cêrca de Cr\$ 25,00 por Ton. Lembro aqui, mais uma vez, que os colonos operários geralmente só trabalham em sua roça quando falta serviço em lavouras de terceiros e que além disso, têm o direito de fazer pequenas culturas nas entrelinhas e aceiros.

Pode-se considerar extorsivo o regime de colonato acima exposto? A verdade é que o colono em Campos lucra com sua lavoura.

Aliás a experiência de cada dia comprova que os colonos se consideram beneficiados por possuírem lavouras. Sobretudo os operários rurais desejam lavouras, pedem lavouras os que já as têm pedem para aumentá-las todos ficam profundamente contristados quando vêm suas lavouras indenizadas e tomadas. Afinal, por muito pouco esclarecidos que eles sejam, devemos reconhecer que eles sabem perfeitamente quando um negócio lhes é lucrativo ou não.

É evidente que se os colonos pudessem continuar em sua parceria nas bases do Decreto-lei n.º 6.969 seria para eles muito melhor. Mas a prática quotidiana tem demonstrado que ao se aplicar as limitações daquele decreto eles simplesmente perdem suas roças passando a maioria a ser apenas modestos operários rurais. Afinal é preferível que eles ganhem menos ou que nada ganhem?

D — Utilidade social do colonato

Salta aos olhos do observador a utilidade social do colonato. Todos sentimos que a evolução econômica do mundo se fez no sentido da divisão, da pluralização, das fontes de renda; e o colonato é um passo, é meio caminho andado nesse sentido, pois ainda que não haja divisão da propriedade rural na realidade há divisão de seus frutos e de sua renda.

As vantagens do colonato são sobretudo sensíveis para o pequeno colono, para o colono operário, pois dada a modesta e por vezes insuficiente paga que recebe de seu trabalho como operário, a lavoura em parceria constitui para eles preciosa fonte de renda; é como uma economia forçada de que ele lança mão ao fim de cada safra para adquirir as utilidades que durante o ano não teve recursos para conseguir; e não são para ele desprezíveis os frutos das pequenas lavouras feitas em consociação com a cana.

São manifestamente benéficos os efeitos psicológicos da parceria. O operário, que de seu nada possui, que não tem casa nem terra, nem coisa alguma que o fixe ao local onde trabalha, sente-se naturalmente como que à superfície do mundo em que vive; para ele é mais ou menos

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES
FILHO

Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE
ARRUDA CAMARA

Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOU-
LART DA SILVEIRA

Consultor-Técnico

LUIZ MARQUEZ POLIANO
Redator - Secretário e Gerente

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115
(6.º and.)

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

indiferente viver aqui ou ali, trabalhar para este ou para aquele patrão; e nessas condições é perfeitamente natural que ele se sinta atraído pelas luzes das cidades.

O desejo de posse o anseio de ser dono, de ser proprietário, é um anelo natural do espírito humano. Constitue, por isso, motivo de satisfação observar-se que o colono, quando em palestra com o proprietário da terra se refere à sua lavoura em parceria, jamais diz “a nossa” lavoura, “as nossas” canas; ele diz “a minha” lavoura, as “minhas” canas. Nessa simples palavras não está expressa a satisfação de seu incontento desejo de ser dono? Não é evidente que o homem que considere sua, de sua propriedade, alguma coisa que se encontre fixada à terra, que ele mesmo esteja muito mais radicado a essa terra?

Sim, não há dúvida de que o colonato apresenta reais vantagens de ordem econômica e psicológica e de que é, realmente, um freio eficaz ao tão debatido exodo rural, que sempre foi, através da história, a causa ou talvez a consequência do enfraquecimento das civilizações.

F — *Garantias dadas aos colonos*

O direito brasileiro, já antes da promulgação do Decreto-lei n.º 6.969, garantia aos colonos a indenização de suas benfeitorias em caso de ruptura do contrato de parceria. Essa garantia era eficaz; não havia ou só rarissimamente havia casos de proprietários que afastassem seus parceiros sem a devida indenização; o montante dessa indenização era arbitrado por avaliadores locais, geralmente três, um de cada parte e um desempatador.

Aliás a tradição do colonato campista impunha ao proprietário o dever de indenizar seu parceiro em caso de despedida. Agir de outra maneira era por todos considerado furto; raríssimos eram os casos dos que tinham coragem de enfrentar o julgamento unânime de seus vizinhos. E quando se tratava de colonos mais esclarecidos e mais combativos, nem mesmo se o proprietário fosse suficientemente inescrupuloso para usurpar os direitos de seu parceiro poderia fazê-lo, pois já então nossas leis davam garantias aos proprietários de benfeitorias.

C — *Conclusões*

Considerando que o colonato na região de Campos em regra proporciona reais benefícios econômicos aos colonos;

Considerando que o colonato leva aos colonos agradável satisfação psicológica;

Considerando que o colonato é um meio eficaz de fixação do homem à terra.

Considerando que a legislação atual tem contribuído para a diminuição do número de colonos;

Proponho :

1) — Que a legislação sobre o colonato na lavoura de canas tenha caráter regional e não nacional isto é que sejam levadas em conta as condições e tradições locais de cada região do País.

2) Que a lei faça diferença entre o pequeno colono operário e o grande colono capitalista e empregador.

3) Que se estabeleça como limite entre o pequeno e o grande colono o fornecimento médio anual de 300 toneladas de canas “ao todo”, somadas as partes de ambos os parceiros.

4) Que no caso dos grandes colonos seja facultado descontar de 10 a 20 por cento pelo aluguel da terra e de 3 a 5 por cento pelo aluguel de casas.

5) Que no caso dos pequenos colonos se deixe ao critério das partes demarcar as condições da parceria.

6) Que se estabeleça como juros de financiamento a taxa de 1 por cento acima da taxa dos estabelecimentos bancários oficiais para operações de crédito agrícola.

SISAL (AGAVE SISALANA) NOVA RIQUEZA AGRÍCOLA

(*Conclusão da página 15*)

cooperativas, principalmente de pequenos produtores, afim de que, através delas, cheguem até eles, o crédito e a maquinária indispensáveis ao beneficiamento da produção;

IV — para assegurar a boa colocação do produto nos mercados internos e externos, estabelecer, por intermédio do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, não só a padronização, como também a fiscalização.

V — estudar as possibilidades tecnológicas da fibra do sisal e os seus vários aproveitamentos, a exemplo do que ocorre em outros países, onde as Agaves representam real valor na economia nacional.

Está o sisal, sem dúvida, destinado a ocupar papel importante papel e mnossa economia rural, já tendo sido mesmo considerado pelos norte americanos produto de valor estratégico.

Acautelemo nos enquanto é tempo!

Arthur Torres Filho
Presidente da SNA

A Alimentação do Trabalhador Rural

Honorato de Freitas
Eng. - Agrônomo

Depois dos recentes estudos sobre a nutrição, evidenciou-se cada vez mais a necessidade de se racionalizar os hábitos alimentares, visto como bem alimentar-se significa adquirir boa saúde, pelo menos em termos generalizados.

Mas, boa alimentação não é apenas ingerir alimentos em grande quantidade ou de paladar variado. É, isso sim, saber escolher alimentos capazes de suprir o corpo de todas as suas necessidades, de acordo com um balanceamento racional. Isso quer dizer que, para bem alimentar-se, o homem rural — como de resto qualquer ente humano — precisará contar quatro ordens de alimentos, que são hoje conhecidos como os elementos protéicos; as féculas; as gorduras e os açúcares; os sais minerais, e finalmente as vitaminas, cujo conhecimento está se vulgarizando aceleradamente entre nós.

Se é verdade que os jovens consomem grande quantidade de alimentos proteínados no trabalho de crescimento, não menos certo é que os organismos envelhecidos têm também necessidade desses elementos para renovação de que vão consumindo pelos anos. Já as gorduras e os açúcares dão energia ao organismo e são por isso indispensáveis à vida.

Os minerais entram, também, no balanço dos alimentos necessários à vida com uma influência notável, assim como o cálcio e as vitaminas. Aliás, ninguém duvida do papel que os minerais exercem na circulação, pois a elaboração do sangue e a sua distribuição pelo corpo, exigem a presença de elementos minerais, assim como a formação de tecido ósseo não dispensa o cálcio e o fósforo.

A descoberta das vitaminas criou rumo novo ao problema da nutrição, pois, segundo estudos experimentais comprovados, está aceita de maneira absoluta a teoria da influência das vitaminas na vida humana e já se contam, devidamente, estudadas, certas moléstias decorrentes de falta de vitaminas, de que é o exemplo mais comum a cegueira por falta de vitamina A, que tem ainda grande influência no crescimento, enquanto que a vitamina C desempenha seu papel importante na proteção aos tecidos ósseos, principalmente os dentes, assim como defende o organismo contra as perdas de peso, etc.

A falta de vitamina C acarreta uma série de distúrbios no organismo de que ressalta a chamada complicação escorbútica, do mesmo passo com a falta de vitamina B poderá ocasionar o beriberi e outras complicações. Também a vitamina D protege contra o raquitismo e fortalece os membros, etc.

São estas, de um modo geral, as principais influências de rudimentos de nutrição, noções que desejamos passar para o conhecimento dos trabalhadores rurais brasileiros, a fim de

chamar a sua atenção para as principais normas de alimentação, cuja prática deve ser adotada largamente.

Não queremos ensinar ninguém a comer; o que desejamos é sugerir o que se deve comer, dentro de um ponto de vista racional, baseado em experiências feitas por técnicos no assunto.

Entre os alimentos que recomendamos para a alimentação de homem rural, podemos citar em primeiro lugar o leite, em quantidade que varia com o disponível e a forma de utilização. Considera-se uma boa orientação a ração mínima de 500 gramas para os adultos e um litro para as crianças, o qual poderá ser tomado de acordo com o gosto: ou simples ou em forma de mingaus, papas, etc.

A seguir entram os cereais: arroz, milho, aveia, trigo e as massas, elementos que devem ser distribuídos pelos cardápios em dias alternados e que são completados com as leguminosas usuais.

Nada mais salutar e agradável ao paladar que as saladas de verduras e as frutas para sobremesa. Mas tudo isso deverá ser planejado de maneira que a alimentação seja variada e que o balanceamento dos alimentos corresponda à índices concentâneos com as necessidades orgânicas.

As carnes, ovos, etc., são necessárias para a formação dos tecidos, como fonte de proteína que são. Isso não quer dizer, entretanto, que se deva abusar de carne, comendo-a em demasia. E quando dizemos carne, não excluímos as aves, os cabritos, carneiros e outros animais, assim como vísceras, etc.

Um bom plano alimentar para o homem rural poderia ser: de jejum pela manhã com leite, pão ou tapioca (bolos de milho, etc.) além de frutas; será fácil para qualquer fazenda e substancial para qualquer trabalhador.

Conservando a tradição rural brasileira, o almoço constitui a principal refeição da zona rural e como tal será baseada em carne, ovos, arroz, feijão, batatas, frutas e café. Uma boa dona de casa saberá organizar os cardápios e distribuí-los pelos dias da semana.

Nes fazendas brasileiras, não se dispensa em casa, queijo, bolos, manteiga e pão. Mas

Para o jantar teremos uma boa sopa, a "merenda" e para isso existem muitas sugestões, desde as frutas até os doces feitos será uma boa merenda não fechar com um cafésinho.

salada de legumes e verduras, frutas para a sobremesa ou um creme; um copo de leite e café. E aí está uma boa refeição para quem dorme cedo.

De um modo geral, o problema alimentar de homem rural brasileiro não oferece dificuldades serias. O que é necessário, em pri-

(Conclúe na pagina 25)

Síntese Histórica das Explorações Botânicas no Brasil

Arthur N. Seabra
Eng. Agr.

A flora brasileira, considerada uma das mais opulentas e exuberantes do mundo, deu sempre à configuração geral do Brasil, uma feição própria e inconfundível. É um patrimônio imenso e que tem merecido, da época do descobrimento até os nossos dias, um grande e permanente interesse. O valor industrial de suas essências, a multiplicidade de suas aplicações, e sobre tudo a originalidade e a vastidão do conjunto florístico, impressionaram de maneira incomum os cronistas do primeiro século do descobrimento. Em consequência, as maravilhas e prodígios encontrados, tiveram uma literatura mais rica e abundante. A notícia da existência de um imenso tesouro florestal na América repercutiu no Velho Mundo e empolgou os homens cultos, os cientistas, sempre prontos e decididos ao estudo das novas maravilhas da natureza. Assim, sucedendo aos cronistas, que com tanto entusiasmo exaltaram e perpetuaram a grandeza de nossa flora, aqui aportaram as primeiras expedições científicas, os primeiros exploradores. De então até hoje, não pequeno tem sido o número de naturalistas e botânicos, interessados no estudo da flora brasileira.

Ao fazer um esboço histórico das explorações botânicas no Brasil, devemos considerar, para melhor compreensão do assunto, as diferentes eras, as épocas distintas, em que certas explorações se realizaram. A divisão, portanto, em era antiga, era moderna e era contemporânea ou atual, vae nos permitir um melhor exame dos acontecimentos e de seus diferentes aspectos. A era antiga é considerada a era clássica, com St. Hilaire e Martius; depois tivemos a era moderna; e finalmente a era contemporânea, a era atual, a era dos botânicos ainda vivos.

Na era antiga há uma fase tipicamente noticiosa, em que certos autores e cronistas, como Thevet, Jean de Lery, Abbeville, Hans Staden, José de Anchieta, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Souza, fazem referências à varias plantas brasileiras, produtoras de frutos, perfumes e bálsamos maravilhosos. É o período quinhentista, em que a natureza brasileira se apresenta em todo o esplendor de sua grandeza e em toda originalidade de sua forma.

Os estudos verdadeiramente científicos da nossa flora, entretanto, somente em 1638 foram iniciados por Piso e Marcgrave, o primeiro, autor de um tratado de medicina tropical "De Medicina Brasiliensis", e o segundo, autor da "História Natural do Brasil", dividida em oito livros, dos quais três referentes às ervas, aos arbustos, às plantas frutíferas e às árvores do Brasil. Marcgrave, à frente de

uma expedição zoológica e botânica, explorou o interior do Nordeste brasileiro, primeira região a ser cientificamente estudada, em nosso país. Em seguida, tivemos cientistas brasileiros, de grande valor, como Frei Conceição Velloso, autor da "Flora Fluminensis", grande obra, que somente foi publicada em 1881, por iniciativa do Diretor do Museu Nacional, dr. Ladislau Netto; Manoel de Arruda Câmara, eminente botânico, estudou a flora pernambucana e publicou, entre outros, o trabalho intitulado "Memoria sobre a cultura do algodoeiro e sobre o metodo de o colher e ensacar"; Alexandre Rodrigues Ferreira, cientista baiano, durante dez anos, nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, organizou riquíssimas coleções botânicas; e Frei Leandro do Sacramento, mineiro, estudou algumas Euforbiáceas e muito se preocupou com a organização do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que muito deve ao seu esforço e dedicação.

Sem desejar obscurecer nomes de valor, Sellow, este, autor de grande número de memorias, e aqueles, dando à grande flora equatorial kmida, pela primeira vez, o nome de Híléia, passo a examinar a atuação dos sábios eminentes, dos grandes naturalistas, que profundamente estudaram a nossa flora. Augusto Saint-Hilaire, em 1816, Spik e Martius, em 1817, chegam ao Brasil para a realização de trabalhos que se tornaram famosos em todo o mundo.

Saint-Hilaire, além das riquíssimas coleções que deixou no Museu do Jardim das Plantas de Paris, publicou obras notáveis, como "Plantas Usuais dos Brasileiros", Paris, 1824; "História das Plantas mais Notáveis do Brasil e do Paraguai", Paris, 1824; e "Flora do Brasil Meridional", Paris, 1829-1832. De 1816 até meados de 1822, isto é, durante 6 anos, o grande naturalista francês percorreu os Estados de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, recolhendo "como infatigável herborizador que era", abundante e precioso material florístico. Augusto Saint-Hilaire foi um entusiasta da terra brasileira, um enamorado da nossa flora, que teve a virtude de fazer justiça e reconhecer o talento dos nossos botânicos mais ilustres, como Manuel de Arruda Câmara e Frei Conceição Velloso.

A Martius, entretanto, cientista eminente e genial, coube a gloria de uma realização mais ampla, que foi o enfeixamento, a reunião de todo o material botânico já coletado no Brasil, na "Flora Brasiliensis", obra imortal e grandiosa, hoje conhecida em todo o mundo.

Na companhia de Spix, Martius, durante

3 anos, ou seja, de 1817 a 1820, percorreu os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas colhendo seis mil e quinhentas espécies de plantas. Com este precioso material deu início a sua obra, publicando três monografias em que estuda as Amarilidáceas, as Anonáceas e as Palmáceas.

A "Flora Brasiliensis", edificação suntuosa e inconfundível do saber humano, foi realizada sob os auspícios dos governos do Brasil, Baviera e Austria, e com apoio e colaboração de varias academias, sociedades científicas e de cientistas particulares. Iniciada em 1840 e terminada em 1906, isto é, 66 anos depois, a monumental obra reúne 40 volumes *in folio*, nos quais estão descritas 206 famílias, distribuídas por 2253 generos, com 22.767 espécies. Sob a direção sucessiva de Martius, Endlicher, Eichler, e Urban, a grande obra coletiva foi elaborada, para tanto recebendo a colaboração de 65 botânico dos mais famosos em todo o mundo.

Entrando na era moderna encontramos, como figuras de maior destaque, Francisco Freire Alemão, que colheu e herborizou, no Ceará, cerca de vinte mil amostras de plantas, e publicou, depois, a sua magnifica "Flora Cearense"; Spencer Le Marchand Moore, que publicou em 1891 o catalogo dos Phanerógamos, onde descreve várias espécies novas eestuda as formações vegetais do extremo Oéste brasileiro; e João Barbosa Rodrigues, que em 1897 percorreu o Oéste de Mato Grosso e publica, logo no ano seguinte, as monografias "Plantae Matto-grossensis" e "Palmae matto-grossensis", duas valiosas contribuições ao conhecimento da flora de Mato Grosso. O talento, a abnegação e o esforço de João Barbosa Rodrigues lhe permitiram realizações, com que, nos tempos modernos, ele se fez projetar de maneira inconfundível. Botânico ilustre e de grande cultura, deixou trabalhos notáveis, como os referentes às orquideas e às palmeiras do Brasil.

Quanto à era contemporânea, a era atual, dos botânicos ainda vivos, podemos assegurar que é das mais promissoras e grandiosas. Seguindo diretrizes modernas e cultuando os melhores exemplos do passado, os cientistas de hoje poderão realizar uma obra sem par e digna da natureza ainda pujante da flora brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- Cruls, Gastão, *Hiléia Amazonica*. Rio, 1944.
Löfgren, Alberto. *Flora brasileira, não brasiliensis*. (In *Chacaras e quintais*, p. 350, Novembro de 1914)
Martius, Carlos Frederico Phelippe von. *Flora Brasiliensis*, 18. 1.^o volume.
Mello Leitão, C. de. *História das expedições científicas no Brasil*. Rio, 1941.
Sampaio, A. G. de. *Fitogeografia do Brasil*, 3.^a ed. Rio, 1945.

Alimentação do Trabalhador Rural

(Conclusão da pagina 23)

meiro lugar, é aprender a conhecer os alimentos, como prepará-los e como utilizá-los, para depois selecionar os elementos que entram ou devam entrar nos cardápios.

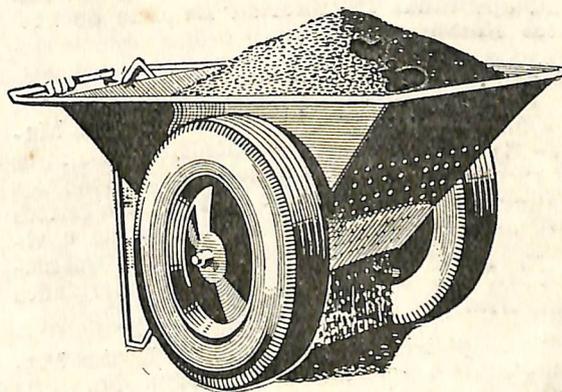
Uma das principais providências que se deve adotar é a organização de uma horta, plantar algumas fruteiras assim como a criação de aves e pequenos animais, para produzir a própria alimentação, só comprando fora da fazenda aquilo que não for possível produzir no local.

Está claro que a segunda medida a tomar, será contar com pessoa que conheça de cosinha o suficiente para saber preparar bem os alimentos.

Se o trabalhador rural contar com todos esses elementos, a sua alimentação será, por certo, mais sadia, mais saborosa e, consequentemente, a sua disposição para o trabalho será melhor.

O Serviço de Informação Agrícola muito poderá auxiliar — aconselhando — ao trabalhador rural sobre a sua alimentação.

Carrinhos MOCA PARA ESPALHAR CAFÉ EM TERREIROS



Fabricantes :

INDUSTRIAS GASTÃO PINATEL
RUA D. BOSCO, 156
São Paulo

Representantes :

G. GILBERT
RUA DA QUITANDA, 20-S. 407
Telefone : 22-9503
End. Telegr. : "Treblig"
Rio de Janeiro

Primeira reunião brasileira de florestas e produtos florestais

Alguns problemas de silvicultura e os Hortos Municipais, Conclusões sobre silvicultura contidas na trabalho: "Hortos Municipais; suas finalidades e importância para os Municípios Fluminenses"

Eng Agr Geraldo Goulart da Silveira (membro da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura)

A Sociedade Nacional de Agricultura apresentou á **Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos Fluminenses**, uma tese que mereceu aprovação do referido conclave, subordinada ao título: "**Hortos Municipais; suas finalidades e importância para os Municípios Fluminenses**".

No referido trabalho, que foi publicado na íntegra da revista "A Lavoura", em seu número de Maio - Junho de 1948, encontram-se várias conclusões que focalizam problemas relacionados com a silvicultura.

Como subsídio da Sociedade Nacional de Agricultura á **Primeira Reunião Brasileira de Florestas e Produtos Florestais**, transcrevemos abaixo, para conhecimento dos seus dignos delegados, as conclusões referentes á silvicultura, aprovadas na referida **Reunião de Prefeitos Fluminenses**.

Tais conclusões são as seguintes:

a) — distribuição, através dos Hortos Municipais, de mudas de essências florestais mais indicadas para as regiões sob a jurisdição dos mesmos, devendo para isso, os referidos Hortos serem dotados de grandes sementeiras e viveiros para a produção de mudas em quantidade suficiente para suprir as necessidades constantes dos interessados;

b) — distribuição, através dos Hortos Municipais, de sementes de essências florestais mais convenientes para o florestamento ou reflorestamento das regiões sob sua jurisdição;

c) — os Hortos Municipais devem fazer, em cooperação com particulares, trabalhos de reflorestamento, prestando-lhes assistência técnica, fornecendo-lhes mudas e sementes de essências florestais etc;

d) — as áreas devolutas pertencentes ao Município, ao Estado e ao Governo Federal, poderão ser reflorestadas pelos Hortos Municipais;

e) — deve constituir incumbência dos Hortos Municipais a arborização de estradas, praças, parques e jardins do Município sob sua jurisdição, em cooperação com o Governo Federal, o Estado, etc;

f) — os Hortos Municipais devem constituir-se em delegados do Serviço Florestal, divulgando sob todas as formas e meios possíveis os preceitos estabelecidos no Código Florestal, e fiscalizando a sua observância no Município sob sua jurisdição;

g) — os Hortos Municipais devem constituir-se em centros de estudos dos problemas florestais tais como estudos sobre as essências florestais da região, suas características e importância econômica; experimentações para a determinação das essências florestais mais indicadas para a região; estudos sobre doenças e pragas das essências florestais da região, etc, trabalhos esses em colaboração com Centros de Pesquisas, Estações Experimentais e outros estabelecimentos Federais ou Estaduais;

h) — nos Hortos Municipais devem ser ministrados Cursos Práticos de Reflorestamento, de Exploração Racional de Florestas, etc;

i) — nos Municípios de maiores recursos poderão ser mantidas, anexas aos Hortos Municipais, Escolas Práticas de Silvicultura (ensino médio).

Tendo em vista a importância dos assuntos acima enumerados é que julgamos oportuno transcreve-los, para que a **Primeira Reunião Brasileira de Florestas e Produtos Florestais**, deles tomando conhecimento, possa formular recomendações sobre aqueles que julgar devam ser, quanto antes, postos em prática.

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do médico-Veterinário
DR. JORGE VAISTMAN

Cr\$ 25,000, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

Rio

O conceito clássico de retôrno

Por FÁBIO LUZ FILHO

O Conceito clássico de retôrno não sofreu alteração alguma até hoje. A tendência até, em determinadas cooperativas, é abolí-lo. Nas caixas rurais êle não existe: é uma de suas maiores garantias e uma de suas mais belas características morais, como espirito de solidariedade humana e visão prática das coisas.

Como minha argumentação, certo, como praxa da casa, pôde não ter a necessária força de convicção, peço vênia para reproduzir trechos de vários e conceituadíssimos escritores estrangeiros antigos e modernos, que caracterizam o retôrno de maneira precisa e lúcida.

Eis o que diz *Albert Thomas*:

"...os excedentes anuais — si existirem — que não estão afetos às reservas ou às obras de interesse geral, serão divididos entre os associados na proporção das operações que cada um efetuou com a entidade, isto é segundo uma regra prática que manda restituir a cada associado a diferença entre os descontos que sofrem durante o exercício pelos serviços recebidos e o montante das despesas que a execução desses serviços acarretaram .

Eis o que diz *Victor Serwy*, o mestre *"A sociedade é aquela que devolve a seus associados o que foi cobrado a mais na proporção das compras, e que concede um direito igual a cada um de formar parte na administração e no controle"*.

Eis as palavras de *Nast*, o prestigioso jurista francês acatado pelo seu saber jurídico e sua sinceridade cooperativista:

"O fenômeno do "retôrno" se explica de maneira absolutamente semelhante (refere-se á regra acima citada por Serwy) para as cooperativas de crédito, que fazem reverter aos que pedem dinheiro emprestado as somas que êles pagaram a título de juro".

Pela lei brasileira o retôrno deverá ser dado na proporção dos juros que o associado pagou pelos empréstimos que contraiu na cooperativa.

Como todos os escritores do mundo, considera *Leiserson* o princípio do retôrno, tal como está caracterizado linhas acima, *"el carácter por el cual económica y jurídica-*

mente se reconoce la verdadera asociación cooperativa."

Vivante e Haller percutem a mesma tecla.

Vejam agora escritores moderníssimos: um argentino e outro italiano.

Diz *Frederico Rodrigues Gómez* ao comentar a lei argentina, a qual, seguindo o exemplo italiano, manda dar retôrno na proporção do capital social integrado, nas cooperativas de crédito:

"Por el contrario, la ley há querido que la distribución de utilidades — dejando de lado el principio cooperativista referido, a los intereses pagados por cada sócio, se opere de acuerdo al principio capitalista".

Prosseguindo em sua cerrada argumentação, o Tribunal diz que o regime social das cooperativas de consumo demonstra que, na fixação do preço da venda dos artigos, base obrigatória do resultado que apresenta cada liquidação periódica, somente influe, dada sua natureza (não considerando o custo dos artigos no mercado e o coeficiente de despesas gerais) o respectivo coeficiente de excesso que se calcula possa ser exigido do consumidor para atender às despesas de administração da cooperativa, o qual coeficiente supõe que tal preço de venda se deve elevar conscientemente em relação ao preço de custo, não com intuítos lucrativos, vedados ao cooperativismo, mas por imperiosa necessidade de fazer frente às oscilações constantes do mercado, que obrigam a uma disponibilidade de numerário para a qual devem concorrer todos os cooperados. O fato de constar dos balanços sociais tal excesso não tira à cooperativa a natureza doutrinária e jurídica que lhe é própria. É uma operação análoga, em última análise, a um crédito aberto à cooperativa e constantemente utilizado e reembolsado ao outorgante. Assim sendo, o excesso de percepção, o retôrno do que foi dado a mais pelos associados não passa da outorga de um valor fictício atribuído ao seu consumo com fins de previsão, não se podendo, com base em bons princípios econômicos, considerar essa reintegração como produto obtido por um capital, mas, sim, como parte do mesmo que se exigiu quando fez êle falta ou na previsão de que fosse necessário, devolvido quando se torne desnecessário à cooperativa.

CONSULTAS E INFORMAÇÕES

GERALDO GOULART DA SIVEIRA
Consultor técnico de |A Lavoura”

ENXERTIA DA FRUTA DE CONDE

Respondendo ao Sr. L. C., nosso consórcio do Estado de Goiás tenho a informar que, pela sua rusticidade e resistência, o araticum tem merecido a preferência como porta-enxerto para a fruta de conde.

Contudo, ela enxerta-se bem sobre o próprio pé franco, a condessa, o beribá, etc. Os processos de enxertia mais empregados são a borbuhia e a garfagem, sendo o primeiro o que melhores resultados tem apresentado.

CULTURA DA ALCACHOFRA

Esclarecendo ao Sr. A.A. do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que:

- a) — realmente, a cultura da alcachofra só é viável em regiões de clima temperado;
- b) — depois de realizada a plantação, ela fica durante vários anos produzindo;

organização cooperativa de consumo se conseguir ela uma reserva disponível (por exemplo: de um ano não-concedido). Com esse adjutório poderá ela vender os artigos ao preço de custo pelo coeficiente de despesas gerais, levado o retorno àquela reserva. As sobras não podem, pois, considerar-se lucro nem são riqueza produzida pela associação de capitais e trabalho pessoal, faltando ao devedor dois requisitos essenciais para a tributação: a entidade que obtém lucro e a matéria gravada, que é a riqueza produzida, ficando patente que as sobras não constituem lucro nem procedem do capital, nem podem confundir-se com juros ou dividendos, uma vez que a sua verdadeira natureza é a diferença entre o custo real e o custo nominal dos artigos distribuídos ao consumidor, no fim de cada exercício social.

Toda essa argumentação acima é conclusiva e irretorquível.

- c) — o ciclo vegetativo da alcachofra varia de 12 a 18 meses.

PLANTAS ORNAMENTAIS QUE S\$ REPRODUZEM POR RAIZES E TUBÉRCULOS.

Respondendo à D. G. R., nossa leitora do Distrito Federal, tenho a informar:

- a) — são muito interessantes nos jardins as plantas que se reproduzem por meio de “batatas”, isto é, plantas que se reproduzem por tubérculos.
- b) — entre as plantas ornamentais que se multiplicaram por esse processo podemos citar a palma de Santa Rita, a açucena, a angélica, o copo de leite, a dália, o gladiolo, a iris o lírio, o tinhorão, etc.

SULFATO DE MAGNÉSIO COMO ADUBO

Esclarecendo ao Sr. V. C., do Distrito Federal tenho a informar que, realmente, o sulfato de magnésio é empregado para favorecer a floração das plantas ornamentais especialmente roseiras. Quanto ao emprego desse adubo, aconselhamos:

- a) — usá-lo na proporção de, apenas uma grama por metro quadrado;
- b) — aplicá-lo na época em que surgem os botões florais

VARIETADES DE BATATA-DOCE.

Respondendo ao Sr. P. R. do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que as variedades de batata-doce mais recomendáveis para cultura são: Rainha, Gaulista Amarela Roxa, etc. Os solos mais indicados para a cultura da batatadoce são o sílico-argiloso e o silicoso, pois são justamente, os que mais facilitam o desenvolvimento das raízes.

Torna-se, assim, evidente que tal excesso e sua devolução não são essenciais à vida de uma

Ora, Agrônômos e Veterinários . . .

LINCOLN G. DE MORAES

Advogado e Veterinário

A 9 de setembro de 1933, o então Ministro da Agricultura, Juarez Távora, levou à assinatura do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, o decreto que tomou o número 23.133, destinado a regular o exercício da profissão veterinária no Brasil.

Ao comemorar-se o primeiro decênio desse ato, um dos oradores da sessão inaugural do II Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária o qualificou, com razão, de "carta de alforria" da veterinária brasileira.

Aquele Ministro bem compreendeu a necessidade de ser atribuída, no Ministério da Agricultura, aos veterinários e agrônomos a situação a que tinham e têm direito, por definição, assim como pela sua atuação cada vez mais imprescindível e relevante na maioria dos setores da economia brasileira. Póde-se, mesmo, assegurar que somente depois daquela reforma é que as duas tão nobilitantes profissões, antes desconhecidas do grande público e algo menosprezadas, conseguiram, no Brasil fóros de cidadania passando a ombrear-se de direito e quase de fato com as demais profissões liberais, já laureadas pelo reconhecimento oficial e pela popularidade.

Entretanto, se, na verdade, já grangearam tão apreciável projeção no conceito social, é, todavia forçoso reconhecermos que, nos últimos tempos, vêm sendo desmerecidas pelos próprios poderes oficiais, de tal maneira que, mesmo nos quadros funcionais daquele ministério, isto é, na própria casa do agrônomo e do veterinário, estão em condição subalterna a outras classes ou carreiras no que diz respeito aos vencimentos, que é a forma pela qual o Governo póde objetivar a consideração que dispensa a determinada classe, carreira ou profissão.

Como é notório, os profissionais da agronomia e da veterinária não encontram, ainda, em nosso meio rural, uma compreensão justa capaz de determinar uma satisfatória remuneração para o seu trabalho especializado. E suas possibilidades, nesse âmbito, serão cada vez menores, em face da atuação do Estado que, dia a dia, amplia sua ação em benefício da produção agropecuária, fornecendo ao produtor rurícola, gratuitamente ou em condições liberalíssimas, toda

a assistência técnica de que necessita. No Distrito Federal, por exemplo, a Prefeitura está desenvolvendo um notável programa de auxílio à lavoura e à pecuária, através de uma assistência técnica completa e inteiramente gratuita, mas que, por isso mesmo, não permite aos agrônomos e veterinários o exercício de suas atividades como profissionais liberais.

É, de fato, indisfarçável a nítida tendência dos poderes públicos para a socialização da agronomia e da veterinária. Não é nosso propósito aplaudir ou, mesmo, criticar, aqui, essa orientação.

Cumpre-nos, porém, dentro do mais patriótico espírito de cooperação, conclamar aqueles poderes a que considerem devidamente a situação que a socialização progressiva poderá criar para as duas nobres profissões irmãs, se não procurarem, concomitantemente, ampará-las de modo conveniente, dando-lhes um padrão de vida consentâneo com os esforços dispendidos para a sua formação cultural e técnica e com a dignidade da sua inestimável função social e econômica e que compense o "deficit" resultante da diminuição gradativa e mesmo imediata — como já está ocorrendo no Distrito Federal — das possibilidades de um vantajoso exercício como profissões liberais.

É necessário prever que uma tal situação poderá agravar o lamentável mas justificado pessimismo que vai avassalando, na razão direta das injustiças e ingratidões sofridas, os profissionais encarregados do planejamento e da execução das medidas destinadas a aumentar e melhorar a produção agrícola e pastoral brasileira, que ainda não pode competir vantajosamente, com grande parte dos seus produtos, nos mercados internacionais, em virtude justamente, dos nossos processos rotineiros de amanho da terra e de exploração dos animais domésticos.

É preciso meditar sobre a repercussão desfavorável, voluntária ou não, desse pessimismo, na eficiência dos próprios deveres funcionais de veterinários e agrônomos, assim como sobre a boa parte da nossa mocidade, que contrariando, muita vez, suas verdadeiras vocações, escolhe outras profissões mais bem situadas no seio da

opinião das ruas, hoje mal orientada pela antipatia — revelada em fatos, se bem que não em palavras — que os mesmos poderes públicos votam às duas classes em causa.

É indispensável que os responsáveis pelos destinos de nossa Pátria compreendam que a iniquidade da remuneração oficial concedida aos veterinários e agrônomos, assim como as barreiras opostas ao aproveitamento dos recém-diplomados, ou seja, a falta de “futuro” dessas profissões constitui a principal causa da impressionante redução do número de matrículas nas escolas superiores de veterinária e de agronomia, a despeito do chamariz de vantajosas bolsas de estudo e outras facilidades com que se procura atrair alunos para a Universidade Rural e alguns estabelecimentos estaduais.

Confrontando a situação privilegiada de outras carreiras, nos serviços públicos, resultante quanto a das mais profissões liberais, como, também, em atenção à relevância do seu papel no cenário econômico nacional.

A Constituição Federal dispõe, no parágrafo único do artigo 157:

“Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios”.

Ninguém, de boa fé, poderá argumentar que este preceito constitucional, por estar capitulado na parte referente à legislação trabalhista e não dos últimos reajustamentos, com a de veterinários e agrônomos, não pretendemos, evidentemente, desmerecer outras classes ou profissões. *“Omni soit qui mal y pense”.* O contraste terá apenas o sentido de facilitar a argumentação e melhor justificar as reivindicações de duas classes que, no Brasil, ainda lutam por sua completa emancipação e pela consideração a que fazem jús, não somente em vista da dificuldade de sua formação técnico-científica, tão grande no título relativo aos funcionários públicos, não deverá ser aplicado ao caso em apreço. De fato, diz respeito, essencialmente, às relações entre empregadores e empregados das empresas da esfera privada. Mas é claro que o legislador constituinte não teria desejado dar àqueles que trabalham para o Estado um tratamento diferente. Seria uma exceção iníqua, anti-social e paradoxal, pois não é crível que o Estado, como empregador, possa estabelecer, entre seus servidores, distinções e privilégios que não permite sejam estabelecidos pelos demais empregadores, no que respeita ao benefício primacial, que é a justa e equitativa remuneração do trabalho de cada

um, de acôrdo, naturalmente, com as habilitações respectivas e com a soma de esforços físicos ou intelectuais dispendida na sua execução. E o caso de se dizer, com absoluta justeza, que o exemplo deveria começar por casa.

Entretanto, aquele preceito não tem sido observado inexplicavelmente, por uma parte dos próprios legisladores (a maioria dos quais assinou a nossa atual Carta Magna), em relação às carreiras técnicas do serviço público — aquelas para cujo exercício é dispensável um diploma de curso superior, sendo, pelo contrário chocante a distinção entre os *benefícios* concedidos a umas e recusados a outras, embora sejam todas de idêntica importância e igualmente necessárias nos diversos setores da administração pública e dependam daquela condição comum: a posse do título que representa a igualdade de esforços empregados nos respectivos currículos acadêmicos. São por isso, carreiras que devem ser niveladas nos órgãos oficiais, como já o foram no julgamento da opinião pública, que as consagrou com o designativo unívoco de “*doutores*”.

Nos quadros funcionais do Serviço Público Federal, assim como nos da Prefeitura do Distrito Federal e de alguns Estados, os agrônomos, veterinários e químicos foram colocados em situação de inferioridade aos médicos, engenheiros e advogados, nas últimas reestruturações de carreiras e reajustamentos de vencimentos. A maioria do Senado preferiu, mais de uma vez, aplicar o dispositivo contrário à equivalência de carreiras, hoje manifestamente inconstitucional, do Estatuto dos Funcionários Públicos, elaborado de conformidade com a casuística da Carta Constitucional de 1937, embora com evidente desprezo pelo princípio, acima transcrito, da democrática Constituição de 1946.

A Lei Federal n.º 488, de 15-XI-48, em seu artigo 13, assegurou

“vencimentos e salários iniciais e finais correspondentes, respectivamente, aos vencimentos das classes K e O, para os cargos e funções médicas de qualquer natureza e especialização”.
(O grifo é nosso).

Não obstante, por incrível que pareça, uma emenda, que a muitos se afigurava supérflua, destinada a tornar mais expreso ainda o direito dos veterinários ou *médicos-veterinários* de serem beneficiados por esse artigo, caiu, no Senado, sob os fundamentos principais da necessidade de compressão de despesas e da menor duração dos cursos de veterinária: *Mutatis mutandi*, para os *engenheiros-agrônomos* ou agrô-

nomos, também não beneficiados pelo dispositivo idêntico que favoreceu a todos os outros engenheiros...

Sem quebra do respeito que nos merecem as opiniões em contrário, é, positivamente, difícil admitir possa, hoje em dia alguém, possuidor de mediana cultura e devidamente integrado na vida social e econômica moderna, desconhecer a *natureza* e a *especialização* preponderantemente médicas do veterinário, maximé do que exerce função pública, por isso mesmo ainda denominado, aliás desnecessariamente, de médico-veterinário; e negar a equivalência que existe, de fato, entre as atribuições, nos serviços oficiais, do médico-humano e do médico-veterinário, entre a importância social e econômica da medicina humana e da medicina veterinária hodierna, pois tão longe vai o tempo dos alveitares como o dos barbeiros que aplicavam ventosas, faziam sangrias ou extraíam dentes... Tanto o médico como o veterinário inspecionam produtos alimentícios de origem animal; o médico sanitaria e o veterinário sanitaria se equivalem no desempenho das respectivas funções públicas. cuidando o último, além da defesa sanitária dos rebanhos, ainda de grande parte da medicina preventiva, pois a êle é confiado o combate às muitas zoonoses transmissíveis ao homem, entre as quais merecem citação especial a raiva, a brucelose, a tuberculose e várias parasitoses. A êle incumbe, também, zelar pelo desenvolvimento da pecuária, cooperando de maneira decisiva para a solução do angustioso problema alimentar do povo brasileiro e para minorar a crise mundial do abastecimento de produtos da indústria animal, com o que contribue, ainda, para normalizar a nossa deficitária balança comercial.

É claro que argumentos semelhantes se aplicam ao confronto entre as atribuições públicas do engenheiro e do agrônomo ou engenheiro-agrônomo.

Na Prefeitura do Distrito Federal há carreiras que independem de diploma de curso superior ou, mesmo de certificados de curso ginasial, mas que não obstante, foram reestruturadas nos padrões de L a P, semelhantemente aos engenheiros. Também foram criados muitos cargos isolados, classificados nas letras O, P, Q e até R, nas mesmas condições de ingresso, isto é, sem exigência alguma de ordem cultural ou técnica. A Câmara dos Vereadores equiparou os padrões (aliás, manteve a equiparação) de médico, advogado, veterinário, agrônomo e químico e conservou a diferença de uma letra a mais (L), como início da carreira de engenheiro. O Prefeito, como medida de ordem geral, tudo vetou, então. Somente foram mantidos, pelo Se-

nado, os véto referentes aos veterinários, agrônomos e químicos!...

Em quase todos os Estados é encontrada a mesma situação, sendo que em alguns existem cargos de chefia de serviço ou de direção de estabelecimentos confiados a leigos, com acintoso desrespeito aos decretos que regulam o exercício das profissões de agrônomo e de veterinário.

O argumento de que o veterinário e o agrônomo cursam apenas quatro anos, ao passo que o médico cursa seis, o engenheiro cinco e o advogado também cinco, pôde ser sincero. Mas é absolutamente falso, como facilmente se demonstrará. Aliás, entre os engenheiros beneficiados (só não o foram os engenheiros agrônomo), tanto nos quadros federais como no municipal, há os eléto-técnicos, cujo curso é de quatro anos e os topógrafos ou geógrafos que cursam apenas três anos, como os químicos, se não nos enganamos. E quanto às outras carreiras, de função simplesmente administrativa ou burocrática, ou fiscal, tão bem aquinhoadas e que não necessitaram, para tanto, de curso algum?

Se esses fatos não bastassem para invalidar tão grave equívoco, subsistiriam outros meios hábeis e insofismáveis.

O curso de veterinária é intensivo, demasiadamente sobrecarregado de matérias e de quatro anos somente, porque se fosse de seis ou, mesmo, cinco, não atrairia alunos. Possui, em geral 20 ou 22 cadeiras, abrangendo muito maior número de disciplinas, sendo que dezesseis cadeiras são absolutamente semelhantes (anatomia, histologia, embriologia, fisiologia higiene, etc., etc.) às das faculdades de medicina, que possuem, comumente, 25 cadeiras e, relativamente menor número de disciplinas. O leitor se certificará melhor, comparando, no quadro seguinte, o programa de uma escola superior de veterinária com o de uma faculdade de medicina, devendo ter em mente que essa comparação e, bem assim, a que depois faremos em relação ao curso de agronomia no que concerne aos horários de aula, se aplicam com exatidão aos estabelecimentos congêneres, oficiais ou oficializados, por força de lei, visto que as únicas diferenças permitidas referem-se ao arranjo ou disposição das cadeiras e disciplinas de conformidade com a natureza do respectivo estabelecimento de ensino.

ESCOLA FLUMINENSE DE MEDICINA VETERINÁRIA (Oficializada)

- 1 Química orgânica e biológica.
- 2 Anatomia descritiva e comparada dos animais domésticos (1.ª parte).
- 3 Fisiologia dos animais domésticos.

- 4 Histologia e embriologia .
- 5 Anatomia descritiva e comparada dos animais domésticos (2.^a parte).
- 6 Patologia geral e comparada.
- 7 Anatomia patológica e técnica de necrópsias.
- 8 Microbiologia e imunologia.
- 9 Parasitologia e doenças parasitárias.
- 10 Higiene e alimentação dos animais domésticos.
- 11 Propedêutica patológica e clínica médica dos pe-
quenos animais domésticos.
- 12 Terapêutica, farmacodinâmica, toxicologia e arte
de formular.
- 13 Propedêutica patológica e clínica cirúrgicas.
Obstetrícia.
- 14 Propedêutica, patologia e clínica médicas dos
grandes animais domésticos.
- 15 Doenças infecto-contagiosas. Polícia sanitária
animal.
- 16 Direito veterinário e medicina legal veterinária.
Legislação rural.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNI-
VERSIDADE DE SÃO PAULO

- Química fisiológica e fisico-química.
Anatomia descritiva.
Fisiologia.
Histologia e embriologia.
Anatomia descritiva e topográfica.
Clínica médica (medicina geral e patologia mé-
dica).
Anatomia patológica (patologia geral e especial).
Microbiologia e imunologia.
Parasitologia.
Higiene.
Clínica médica (propedêutica, laboratório clínico
e patologia médica).
Terapêutica clínica.
Técnica cirúrgica e cirurgia experimental.
Clínica obstétrica e puericultura.
Clínica médica (propedêutica).
Clínica de doenças tropicais e infectuosas.
Medicina legal.

(CATEDRAS SEM CORRÊSPONDÊNCIA)

- 17 Zoologia aplicada.
- 18 Zootécnica geral, genética animal e exterior dos
animais domésticos.
- 19 Agricultura aplicada. Economia rural.
- 20 Tecnologia e indústrias dos produtos de origem
animal.
- 21 Inspeção dos produtos de origem animal.
Clínica dermatológica e sifiligráfica.
Clínica urológica.
Clínica oftalmológica.
Clínica pediátrica.
Clínica neurológica.

22 Zootecnia especial.

Clínica ortopédica e traumatológica.
Clínica ginecológica.
Clínica otorrinolaringológica.

Como se verifica, há uma quase perfeita afinidade das disciplinas estudadas nos dois cursos, uma correlação lógica do "currículum" e bastante semelhança de objetivos didáticos.

O curso de agronomia sofre, igualmente, da mesma pletora de matérias. A respeito da dificuldade do curso agrônomo, merece transcrição o seguinte trecho do magnífico discurso do deputado Valentim do Amaral, a 30-XII-48, na Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, ao comparar, com o mesmo objetivo — ali alcançado — os cursos de duas escolas da Universidade daquele Estado:

"...o curso de advogado é feito em 180 semanas; o de agrônomo é feito em 144 semanas. A média de horas de aula, por semana, no curso de advogado, é de 16,2; enquanto que no de engenheiro agrônomo é de 36,0. O curso de advogado, em cinco anos, será feito em 180 x 16,2 igual a 2.916 horas; o de agrônomo, em quatro anos, será feito em 144 x 36,0 igual a 5.184 horas"... "de aulas dadas fóra da voragem da Capital, cheia de solicitações e encantos".

Nas escolas de veterinária, o total de 4.320 horas de aula, além dos necessários estágios em laboratórios oficiais e particulares e nos estabelecimentos industriais, é, ainda, muito superior ao das faculdades de Direito.

Também não pôde ser levado em alta conta o argumento da necessidade de compressão de despesas, tão insustentavelmente invocado nos debates, visto que as carreiras técnicas injustiçadas situam-se, por sinal, entre as que possuem os menores quadros nos serviços públicos, sobretudo quando comparados aos de médico e engenheiro. A proporção é, no mínimo, de um veterinário para vinte médicos e de um agrônomo para dez engenheiros. Serve de exemplo conclusivo a situação no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal: Médico (K a O), 1.130; Veterinário (J a N), 60; Engenheiro (L a P), 200; Agrônomo (J a N), 25; Químico (J a N), 25.

Conclue-se, pois, que as despesas, isto é, também as vantagens, são maiores justamente para os quadros mais numerosos.

Por outro lado, é sabido que uma simples e sincera providência no sentido de comprimir as despesas pôde converter-se em medida altamente anti-econômica e, portanto, contraproducente. E' o, que já está ocorrendo, lamentavelmente, em virtude do tratamento iníquo dispensado aos ve-

Vet
e
dir

terinários, lamentavelmente, em virtude do tratamento iníquo dispensado aos veterinários e agrônomos, colocados, inadvertidamente, em situação secundária, nos quadros funcionais pelos próprios poderes públicos que, desse modo, remunerando-os mal, além de contribuírem para a revivescência do falso, injusto e ridículo conceito social em que antigamente eram tidos, principalmente os veterinários, e forçando-os, também por isso, ao exercício de atividades fora de suas profissões, inutilizam profissionais que lhes custam uma fortuna. O deputado Valentim do Amaral demonstrou, em seu impressionante discurso, que um agrônomo formado pela Escolas estão submetidos a um regime de vencimento pensar que os veterinários da imponente e suntuosa Universidade Rural, do Quilômetro 47, saiam por muito menos ao erário federal...

Devemos atentar também para o fato de que não apenas os veterinários e agrônomos oficiais de São Paulo por Cr\$ 750.000,00! Não vá o Luiz de Queiroz, de Piracicaba ficar aos Elementos escassos. Igualmente, os práticos rurais, a laboriosa classe que com aqueles seus superiores hierárquicos, curte as agruras do sol nas caatingas nordestinas ou tiritada ao frio do sertão do Chapecó, nos altiplanos santacatarinenses, além de mal pagos, ainda são obrigados, em virtude do seu nomadismo necessário, a empregar boa parte de seus magros vencimentos, com sacrifício da própria família, para atenderem às despesas da hospedagem, visto que as diárias que percebem, com atraso de muitos meses, invariavelmente, são bastante inferiores às cobradas pelos hotéis mais modestos do interior do País.

Os horizontes para o veterinário e o agrônomo brasileiros estão, atualmente, mais limitados ainda, em consequência de outra medida de compressão de despesas. É que cerca de três centenas de diplomados nos últimos quatro anos não conseguiram nomeação e, não encontrando possibilidades outras que não nos serviços públicos, pelos motivos já expendidos, andam por aí, desiludidos, desempregados ou ocupados em mistérios estranhos à profissão que esperançosamente escolheram, como verdadeiros desajustados sociais e, portanto, sem preencherem o papel que lhes estava reservado no soerguimento da nossa economia agrária.

É tudo isso está acontecendo numa nação que precisa, como nenhuma outra, de agrônomos e veterinários em número suficiente para a exploração racional de suas incalculáveis potencialidades agrícolas e para a preservação e o melhoramento de um rebanho de, aproximadamente, cem milhões de cabeças das várias espécies domésticas, com exclusão das aves.

Os Estados Unidos da América do Norte dispõem de um veterinário para cada 20.000 animais, ao passo que, no Brasil, essa proporção é de um para 180.000, incluindo-se os profissionais empregados nos serviços estaduais e municipais segundo cálculos otimistas. Nosso Ministério da Agricultura não chega a possuir 300 veterinários em seu quadro permanente, mesmo contando-se os que estão nas carreiras especializadas, como sanitaristas, biólogos, zootecnistas, etc. É possível que somados os extranumerários ocupe uns 500, total irrisório em face das nossas reais necessidades. Os Estados Unidos, em 1936, empregaram, somente na campanha contra a tuberculose bovina, cerca de 1.300 veterinários, número equivalente ao total desses técnicos diplomados no Brasil até 1947. A Argentina, segundo o testemunho recente do nosso operoso Ministro da Agricultura, Senhor Daniel de Carvalho, mantém, unicamente para o combate a uma zoonose — a febre aftosa, num rebanho bovino numericamente bem inferior ao nosso, um corpo de veterinários (300) que é quase o triplo de todo o quadro técnico do nosso serviço federal de defesa sanitária animal (109), ao qual compete a profilaxia de todas as doenças infecto-contagiosas e parasitárias de todas as espécies domésticas, na imensa vastidão dos campos deste nosso caro Brasil.

E enquanto isto, a despeito do dinamismo e da sábia orientação do atual Ministro da Agricultura, que é comprovadamente, um grande amigo dos veterinários e agrônomos, nossos grandes problemas agrícolas se eternizam ou caminham em ritmo mui vagaroso, em contraste com a sôfrega atividade dos nossos concorrentes; a peste suína, depois de eliminar milhões de animais, instalou-se de tal modo no País que já se considera mui problemática a sua erradicação, e passamos a importar banha norte-americana; a brucelose, que há apenas vinte anos, na França, foi cognominada de “doença do futuro”, atualizou-se entre nós, difundiu-se de maneira indisfarçavelmente alarmante em nosso rebanho bovino, comprometendo-lhe seriamente a reprodução, e passou a ser inscrita nos mapas estatísticos do obituário humano; a febre aftosa, apesar da eficácia da vacina, que é uma vitória da veterinária brasileira, continua zombando dos nossos meios de defesa sanitária animal, ceifando centenas de milhares e desvalorizando milhões de bovinos; a raiva bovina... Para que prolongar esta relação? Basta para se concluir quão perigosas, por contraproducentes e anti-econômicas, são as medidas de compressão das despesas destinadas ao fomento e defesa da produção agro-pecuária, entre as quais as que desprestigiam os veterinários e

agrônomos, muito embora reconheçamos os intuitos altamente patrióticos e as circunstâncias que as determinaram. Não teremos, mesmo, coragem de atirar a pécha de demagôgos àqueles que, com objetivo construtivo, advertirem que, como política econômica, essa é uma política, positivamente, suicida.

Nossos homens de Governô precisam saber que agrônomo algum vive de consultas e que são, também, cada vez mais raros os veterinários que o possam fazer, em virtude da socialização progressiva de suas profissões, ao passo que, como ninguém ignora, o médico, o engenheiro e o advogado, além das suas outras muitas possibilidades, mesmo quando funcionários públicos, possuem, quase sem exceção, o seu consultório, o seu escritório ou a sua banca, onde, em geral, auferem rendimentos superiores aos dos respectivos cargos oficiais.

Não deixa de ser curioso esclarecer que o Tesouro Nacional, as recebedorias estaduais e as prefeituras municipais equiparam os agrônomos e veterinários aos demais profissionais, na hora de lhes cobrarem o sêlo por verba nos diplomas e o registo destes, assim como os impostos de indústrias e profissões e de localização, embora o mesmo não aconteça, também com fundamento em lei, quando lhes pagam os respectivos vencimentos.

Uma outra particularidade que os nossos legisladores certamente ainda desconhecem a respeito da vida funcional dos veterinários e agrônomos, no Serviço Público Federal, é a seguinte: ao fim da respectiva carreira geral (J a K), são forçados a realizar um curso de aperfeiçoamento e especialização na Universidade Rural, durante ano e meio, sem o qual não podem ingressar numa carreira especializada que levará alguns poucos, ao cabo de muitos anos, ao cume de uma pirâmide de difícil acesso, representado pela letra final N (vencimentos de Cr\$ 7.230,00), inferior às reservadas para os demais profissionais, que não são obrigados aos cursos em questão. É fácil de avaliar o sacrifício de um veterinário ou agrônomo, sobretudo quando lotado nos Estados distantes, ao ter de separar-se, se casado, de sua família, por tão longo tempo, sujeito a despesas extraordinárias, de vez que seus parcos vencimentos de então, impossibilitam uma mudança provisória. Si, de fato, a exigência desse curso constitui um penhor da atenção que o Ministério da Agricultura vem dando ao aprimoramento técnico dos seus veterinários e agrônomos, de indiscutível vantagem para o desenvolvimento das atividades dos seus serviços especializados, por outro lado, deve ser consignado que nenhum outro funcionário civil está sujeito a tão grave contratempo, imposto oficialmente, em sua vida funcional.

O que os veterinários e agrônomos desejam, não é, porém, uma remuneração superior à dos médicos, engenheiros e advogados, muito embora uma tal pretensão encontre plena justificativa no que vem de ser exposto. É, simplesmente, a equiparação ou o nivelamento de seus padrões de vencimentos com o dessas carreiras técnicas, um tratamento equânime, como medida de justiça e de equidade, aliás, de conformidade com o preceito constitucional transcrito inicialmente.

Na Câmara dos Deputados está em estudo

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS

GERENTE: O. ASSUMÇÃO

SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

| | |
|----------------------|------------|
| Brasil — Ano | Cr\$ 36,00 |
| Exterior — Ano | Cr\$ 70,00 |
| Número do mês | Cr\$ 3,00 |
| Atrazado | Cr\$ 5,00 |

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

uma emenda, com esse objetivo, da autoria do ilustre economista deputado Agostinho Monteiro, oferecida ao projeto de Estatuto do Funcionário Público. Os veterinários e agrônomos confiam em que os dignos representantes do povo considerarão que, num país ainda essencialmente agrícola e que terá de cimentar sua industrialização numa sôlica economia agrária, não podem ser impunemente desrespeitados os técnicos indispensáveis ao incomensurável trabalho de aceleração das reais forças vivas da Nação, no sentido de abreviar o mais possível o prazo para a sua verdadeira redenção econômica.

Ambos já deram suficientes provas — quer exterminando a lagarta rosada e outras pragas dos algodoads e valorizando nossas fibras, assegurando-nos ótima situação no mercado internacional desses produtos e no de tecidos; quer evitando, de maneira singularmente rápida, que as não menos devastadoras pragas dos canaviais nos impuzessem a condição de importadores de açúcar e álcool; quer recuperando, para a lavoura e para a felicidade de milhares de famílias, os extensos terrenos marginais dos grandes açudes nordestinos; quer desmentindo, brilhantemente, a crendice, arditosamente difundida, de que nosso País não se presta para a cultura do trigo; quer erradicando a peste bovina, memorável feito da nossa então incipiente veterinária (1921), que mereceu louvores entusiásticos dos grandes meios científicos europeus; quer nos excelentes resultados já obtidos no combate à raiva bovina, que ameaçou de extermínio grandes e valiosos plantéis, ou à peste suína, que não chegou a atingir, graças aos apreciáveis recursos prontamente concedidos pelo Congresso Nacional, os grandes centros criadores do Rio Grande do Sul; quer implantando, em apenas cinco anos, a inseminação artificial nos rebanhos ovinos da região fronteira gaúcha, propiciando àquele Estado, através de um vertiginoso melhoramento zootécnico, a possibilidade próxima de competir com os produtores platinos, no mercado mundial de lã; quer, finalmente, conceituando no comércio internacional, em consequência de uma inspeção veterinária eficiente, a marca SIF, que acompanha os produtos

da nossa indústria animal — ambos, agrônomos e veterinários, merecedores da gratidão nacional, pelo êxito desta e outras igualmente difíceis e honrosas campanhas em prol da economia pátria, já deram, assim, sobejas provas de que nossos homens públicos não devem e não podem receber suas justas aspirações com um simples dar de ombros e um muxôxo rispiciente: “*Ora, agrônomos e veterinários!...*”

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1949.

A LAVOURA

Circula ininterruptamente
desde 1897

E' publicação indispensável a
quantos se interessam pelos nos-
sos problemas agrícola e
econômicos

Distribuida GRATUITAMENTE
as sócios da Sociedade Nacional
de Agricultura

Preço da assinatura

Anual Cr\$ 60,00

Av. Franklin Roosevelt N.º 115 — 6.º

Caixa Postal: 1245 — Tel. 42-2981

RIO DE JANEIRO

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO
TEU MUNICÍPIO, SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS
MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTERÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A
RESPEITO.

A INDÚSTRIA DO AÇUCAR

Notas de interesse historico a respeito de suas associações e Congressos no Rio de Janeiro

LUIZ MARQUES POLIANO
Secretário-Geral da Sociedade
Nacional de Agricultura

Com a realização, recentemente, em Petrópolis, do 1.º Congresso Açucareiro do Brasil, parece-nos oportuno referir uma série de iniciativas anteriores, tendentes à defesa e melhoria da produção desse importante produto, alicerce de economia brasileira nos tempos coloniais e ainda hoje sustentáculo da economia de alguns Estados e regiões brasileiros.

Não iremos remontar aos largos períodos da colônia ou mesmo do Império. Ficaremos adstritos ao período republicano, utilizando da fase monárquica apenas um pequeno espaço de tempo — o necessário para estabelecer a ligação com a República, em cujos primórdios, nesta Capital e com reflexos em diversos Estados do Brasil, fecundas iniciativas e realizações cercaram a nossa indústria açucareira.

A 18 de fevereiro de 1887 se reuniram no salão do Banco Industrial e Mercantil, desta Capital, os comendadores Angelo Eloy da Camara, Malvino da Silva Reis, Hermano Joppert, Pedro Gracie, Antonio Ferreira da Silva e Bernardo Belisario Soares de Souza — reunião da qual resultou fundado o Centro da Indústria e do Comércio do Açúcar.

Foram convidados para o ato negociantes e agricultores, que ouviram uma exposição do Comendador Eloy da Camara, que ali estavam para fundarem “uma associação com o fim de congregar os trabalhos isolados das classes mais proximamente ligadas aos resultados da produção da cana de açúcar; produção que, sendo outrora a principal, e por muitos anos, o mais importante fator da riqueza nacional, terá ainda, pelas condições especiais de sua cultura, de utilizar vantajosamente na grande questão econômica da evolução do trabalho que começa a desenvolver-se com a extinção do elemento servil”.

Na mesma data foi instalada a Associação, ficando a sua Diretoria assim constituída:

Presidente — Comendador Angelo Eloy da Camara

Diretores — Comendador Hermano Joppert, Malvino da Silva Reis, Bernardo Belisario Soares de Souza e Comendador Antonio Ferreira da Silva.

Vogais — Pedro Gracie, Dr. Honorio Augusto Ribeiro, Barão do Rio Bonito, Eugenio M. Torres, João José dos Reis Junior,

Dr. Januario C. Oliveira, Dr. Pedro D. Gordilho Paes Leme, Dr. José Arthur de Murinelly, A. C. Chaves Faria.

“A associação que acaba de ser fundada — escreve o *Jornal do Comércio* do dia seguinte — pode prestar bons serviços à importantíssima indústria açucareira que, como na reunião de ontem se disse, já foi e pode ainda tornar a ser um dos mais poderosos fatores da riqueza nacional. Todos, pois, somos mais ou menos diretamente interessados no seu desenvolvimento...”

Eram as seguintes, as bases para os trabalhos da Associação:

1.º — Promover de parte dos poderes públicos a extinção ou consideravel redução dos direitos de exportação gerais e provinciais.

2.º — Solicitar a redução das tarifas de transporte nas estradas de ferro do Estado, nas que tem garantias de juro, e mesmo nas de propriedade particular, não só para os produtos da cana como a própria matéria prima.

3.º — Criar prêmios para a produção e exportação.

4.º — Diligenciar que os poderes públicos obtenham tratados das nações em que o nosso açúcar é sobrecarregado de direitos, principalmente daqueles em que o consumo deste gênero é superior ao que elas podem produzir de lavoura própria.

5.º — Promover especialmente um tratado recíproco com os Estados Unidos, pelo qual se possa alargar ali o consumo do nosso açúcar, pois aquela república está nas condições de poder tornar-se o primeiro mercado deste gênero.

6.º — Promover exposição destes produtos na capital do Império e nas praças estrangeiras, onde convenha introduzir e alargar o consumo, obtendo-se, também por esta forma o confronto dos produtos e dos melhoramentos sucessivamente realizados.

7.º — Impetrar do governo imperial as providências precisas para que os cônsules semestralmente mandem relatórios indicando o juízo formado nas diversas praças consumidoras sobre o nosso açúcar, e quais os meios mais acertados para aumentar-lhe a aceitação.

8.º — Obter favores especiais para os engenheiros centrais montados sem garantia de juros e que pela falta de rendas e consequente depreciação dos capitais neles empregados

estiverem em dificuldade de se poderem manter.

9.º — Alcançar dos poderes públicos a criação de um laboratório ao alcance de todos os interessados, onde se estudem os progressos realizados no estrangeiro e se façam experiências químicas sobre os meios de obter a maior quantidade de matéria sacarina.

10.º — Criar em centros agrícolas escolas práticas para o preparo de pessoal destinado à fabricação de açúcar e ao aperfeiçoamento da cultura da cana.

11.º — Diligenciar que as fábricas onde só se empregarem trabalhadores livres obtenham diminuição de impostos de toda a natureza.

12.º — Reunir todos os dados estatísticos sobre a produção nacional deste gênero, com indicações sobre preços, qualidades e origens, fazendo o confronto da exportação dos anos anteriores com o atual.

13.º — Colecionar em um depósito tecnológico os tipos de produções de açúcar dos diversos países, com informações sobre os processos do fabrico, quantidades produzidas, preços nos mercados exportadores e nos de consumo. Esta coleção será franqueada aos associados e servirá de base aos melhoramentos da indústria sacarina do país e às transações do comércio que se dedicar à exportação deste gênero”.

A ação do “Centro” se fez sentir junto aos governos, associações de classe, etc., tendo logrado o restabelecimento, no orçamento, do aditivo para derrogação dos direitos de exportação do açúcar, o qual foi aprovado e logo sancionado para se tornar efetivo oito dias depois. Era, então, Ministro da Fazenda o Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza, graças a cuja boa vontade foi o assunto solucionado.

Pretendia o “Centro” fazer inaugurar em agosto de 1888 uma “Exposição de Açúcar e Indústrias Anexas”, tendo, a propósito, organizado o respectivo programa e entabulado as negociações que se tornavam necessárias. Contudo, escreve o Sr. Henri Raffard, “a 13 de maio sobreveio a lei da abolição incondicional, que exaltou em extremo a bom número de lavradores, não cabendo aqui considerações de nenhuma ordem sobre essa medida, sem dúvida necessária, porém adotada com certa precipitação, direi apenas que houve certa hesitação em tudo e que forçosamente se tornou preciso adiar a “Exposição de Açúcar e Vinho”, organizada pelo Centro...”

O local para a Exposição seria a Associação Comercial, logo abandonado pela excessiva despesa da adaptação; solicitada, a Princesa Regente cedeu ao Centro a parte do edifício da Ucharia, contígua ao paço da Cidade”, mas a diretoria do Centro, “que preferia sem dúvida poder dispensar os salões atapetados tão bondosamente concedidos pela Sereníssima Senhora Regente, a fim de não sofrer o desgosto de vê-los estragados”, obteve do Ministro Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior os salões da Escola Politécnica.

Auxiliou o Governo Imperial o Centro, para a realização, as seguintes medidas:

“Recomendação aos Presidentes de Província para promover a remessa de amostras de açúcar e vinhos de uva nacional, e da resposta dos inqueritos, até 15 de outubro.

Idem aos inspetores das alfândegas e administradores de mesas de rendas para despacho isento de direitos e pronta expedição dos produtos remetidos ao Centro.

Idem às companhias de navegação e estradas de ferro subvencionadas para o transporte gratuito dos volumes.

Autorização à Tipografia Nacional para impressão gratuita das Memórias remetidas pelo Centro.

Idem ao Diário Oficial para inserção de todos os boletins do Centro e notícias respectiva à Exposição.

Coadjuvação para se obter um edifício em particular para a Exposição, que seja bem colocado, ao alcance do comércio, e que ofereça as acomodações necessárias às exposições especiais”.

A 5 de janeiro de 1888 instalou-se, finalmente a “Primeira Exposição Especial Brasileira de Açúcares e Vinhos”, nos salões da Escola Politécnica a qual foi visitada por SS. MM. o Imperador e a Imperatriz e por SS. AA. D. Izabel e Conde d’Eu, pelo Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, Ministros, alguns Senadores, Deputados Gerais e Provinciais, Magistrados, Oficiais Superiores do Exército e da Armada, etc..

Os juris da Exposição classificaram 258 amostras de açúcar, 61 de vinhos, 8 de aguardente e 67 de bebidas alcoólicas, tudo de produção nacional.

A 12 de junho desse mesmo ano, na sede do Centro, à Rua General Camara, 38, reuniram-se, em “Congresso Agrícola”, numerosos agricultores e comerciantes, para deliberarem sobre “as necessidades da lavoura de cana e de engenhos centrais”.

Uma das principais deliberações desse “Congresso”, de que nos dá notícia o trabalho do já citado Sr. Henri Raffard — “O Centro da Indústria de Açúcar no Rio de Janeiro”; Rio, 1892 — foi a da subscrição do capital de Rs. 10.000:000\$000 para o Banco Agrícola do Brasil, organizado por membros da Diretoria do “Centro”, e destinado a emprestar à lavoura, com o auxílio do Tesouro, até RS: 20:000\$000 a juro módico e largos prazos.

O Centro funcionou também à Rua Frei Caneca, 223, mas parece que teve curta existência após o ano de 1892, conforme se depreende da informação do autor que estamos bosquejando: “A Diretoria, a cujo cargo esteve exclusivamente o Centro da Indústria e Comércio de Açúcar, e que durante um período de quase 3 anos de rara dedicação e desinteresse não poupou diligências e sacrifícios para a consecução das providências traçadas no respectivo programa, poderia, após o en-

cerramento da Exposição, ter dado por concluída a sua tão árdua missão; resolveu, porém conservar o Centro, não só para a organização dos Relatórios concernentes à mesma Exposição, e outros trabalhos de propaganda, como ainda para os serviços que posteriormente pudessem vir a prestar em prol das indústrias que se propuzera auxiliar. Com efeito, desde aquela época, deixaram de aparecer notícias do Centro, a despeito da sua existência e da atenção com que acompanha o desenvolvimento daquelas indústrias".

Fundada em 1897, quando o Governo Republicano não dispunha de um Ministério da Agricultura, a Sociedade Nacional de Agricultura retomou o problema do açúcar — e do vinho — e os debateu e estudou, diretamente ou através de conferências e reuniões especiais.

E' assim que, já em 1898 (3 a 6 de março) fez realizar no Palácio da Prefeitura, a 1.ª Exposição de Uvas Europeias.

No 1.º Congresso Nacional de Agricultura, os assuntos do açúcar ocupam lugar destacado. São, então, aprovadas as seguintes conclusões a respeito da "Lavoura e comércio da cana e de seus produtos":

"50.ª Parece de utilidade um convênio ou associação dos fabricantes de açúcar e álcool, para regular a venda e colocação de seus produtos por meio de casas especiais suas nas respectivas praças.

51.ª Solicitar do Congresso Federal a decretação do sistema de alcoometria ponderável em substituição da volumétrica.

Isentar de direitos de importação as lâmpadas, candieiros e material empregado na iluminação ou produção de força motriz por meio do álcool.

Diminuir o imposto sobre a benzina importada ou outro agente que, associado ao álcool torne mais barata a luz e melhor.

52.ª O Congresso aconselha em relação à lavoura de cana:

1.º Que se recomende instantemente ao lavrador a prática e vulgarização dos seguintes preceitos aplicados com método e conforme os princípios agrônômicos:

a) ~~escolha da variedade de cana a plantar;~~
a) escolha da variedade de cana a plantar;

b) seleção da semente para o plantio;

c) estrumação e irrigação dos canaviais.

2.º Que se solicite dos engenhos centrais a adoção da seguinte medida:

O preço da cana será dado, não pelo peso bruto desta matéria prima, mas por seu título em sacarose.

Em relação à fabricação do açúcar:

1.º Que se recomende aos fabricantes de açúcar a introdução dos melhoramentos necessários em suas fábricas e o máximo cuidado na fabricação;

2.º O melhoramento da cultura da cana e a criação de fábricas de extração aperfeiçoadas, sob a direção de sindicatos agrícolas ou de uma comissão de agricultores de escolha de seus coelgas.

3.º O cultivo de árvores frutíferas para aproveitamento de seus produtos e do açúcar na fabricação de doces, confeitos e licores, organizando para esse fim cooperativas de produção.

53.ª Que se peçam:

Severas providências no sentido de reprimir os abusos das quebras de peso fraudulentas e outras tantas faltas de que se queixam produtores e exportadores;

Medidas no sentido de impedir que os materiais de importação permaneçam longo tempo nas alfândegas sem serem despachados, com grave prejuízo para os importadores e consumidores.

54.ª O imposto estadual sobre o açúcar deve recair exclusivamente sobre a produção, ficando dele isento absolutamente o açúcar que for exportado. Além do imposto estadual deve ser cobrado às respectivas fábricas a taxa de ... por quilo de açúcar. O produto desta taxa será depositada para ser distribuído ao exportador de açúcar, à razão de 6\$000 por cada saca exportada, até dois quintos da produção total. O saldo, depois de pagos os prêmios durante o ano, será entregue à associação dos representantes das fábricas.

Em 1902, dada a crise que assoberbava a indústria do açúcar, leva a Sociedade a efeito, na Bahia, em 25 de junho, a Conferência Açucareira dos Estados Açucareiros do Brasil, empreendimento memorável pelos seus benefícios àquela indústria, cuja direção foi pela Sociedade confiada à Sociedade Bahiana de Agricultura.

Eram fins da Conferência:

a) promover, entre os referidos Estados e a União, medidas de pronta execução, que habilitem a lavoura da cana e a indústria do açúcar e aguardente a resistir à crise que as assoberba no momento atual;

b) promover, entre os mesmos Estados, a União e os próprios produtores, medidas que previnam e evitem a repetição da situação anômala, ruínosa e acabrunhadora em que se acham aqueles ramos da produção nacional.

Por essa ocasião foram lançadas as bases do Sindicato Açucareiro da Bahia, criado logo depois, com a cooperação de 12 usinas importantes.

Em 1903 fez realizar, no Frontão Velocípico Fluminense, à Rua do Lavradio, a 1.ª Exposição Internacional de Aparelhos a Alcool e, simultaneamente, o Congresso das Aplicações Industriais do Alcool. Datam daí os principais impulsos à idéia do aproveitamento do álcool como combustível, idéia mais tarde plenamente vitoriosa.

Em 1905 cria, em seu seio, o "Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros", presidindo-o o Dr. Wenceslau Alves Leite de Oliveira Bello.

Ainda nesse ano, realizar em Pelotas, anexa à Exposição Agro-Pecuária promovida pela Sociedade Agrícola local, uma outra Exposição de Aparelhos a Alcool.

De 14 a 29 de março desse mesmo ano realizou-se no Recife a 2.ª Conferência Açucareira, em obediência a uma conclusão da 1.ª, realizada na Bahia. Foi essa Conferência secundada pela Sociedade Nacional de Agri-

CRIADORES

Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.

VACINAS, TONICOS, VERMÍ-
FUGOS, PRODUTOS PARA TO-
DAS AS DOENÇAS E PARA TO-
DAS AS ESPÉCIES ANIMAIS.

Na febre Aftosa — KUIROS E CO-
LOIDO-CALCIO

Para banheiros carrapaticidas —
GAVIÃO.

Nas bicheiras e bernas — CRESOS

Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.

Peçam folhetos e preços aos represen-
tantes nos Estados ou aos

LABORATORIOS

RAUL LEITE S. A.

RUA LEOPOLDO BASTOS, 130
RIO

cultura e auxiliada pelo Governo do Estado. Nesse Estado, como resultado da Conferência, funda-se a União local dos Sindicatos Agrícolas, com 8 regionais, abrangendo 18 municípios.

Em 1906 (25 de julho) reúnem-se na Sociedade Nacional de Agricultura fabricantes de açúcar e representantes das associações agrícolas dos Estados açucareiros, num pequeno Congresso, o qual confiou a uma Comissão constituída de representantes da indústria dos Estados açucareiros o trabalho de propor as medidas julgadas necessárias ao amparo e defesa dos interesses da indústria.

Essa Comissão, a 2 de agosto do mesmo ano, firmou seu parecer a respeito e se compunha dos seguintes nomes: L. Correia de Britto, Presidente da União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco; Cristino Cruz, representante do Sindicato de Caxias; Dr. Ferreira da Rocha Lorena, representante do Sindicato Açucareiro da Bahia; Augusto Ramos, representante da Sociedade Paulista de Agricultura; Curvello de Mendonça, representante do Sindicato e das associações agrícolas de Sergipe. Euzebio de Andrade, pelos Sindicatos Agrícolas de Alagoas e Sociedade Alagoana de Agricultura; Pereira Nunes, pelo Sindicato de Campos. De duas ordens foram as sugestões propostas, e aprovadas pela Sociedade Nacional de Agricultura: a organização comercial e as de incentivo ao aperfeiçoamento da indústria e redução do custo de produção.

Com a realização, a 9 de agosto de 2.º Congresso Nacional de Agricultura, voltam o açúcar e o álcool a ocupar boa parte dos trabalhos das suas comissões e sessões plenas. Ao fim, foram aprovadas as seguintes conclusões:

80º — O Congresso recomenda aos agricultores da cana o aperfeiçoamento dos atuais processos de cultura e fabricação, de maneira que possam os produtos encontrar a preferência nos mercados mundiais e lutar dentro do país com vantagem na concorrência estrangeira.

Entre as medidas mais urgentes para esse aperfeiçoamento devem ser adotadas pelos interessados as seguintes: algumas delas já indicadas pelo Congresso Nacional de Agricultura de 1901 e nas primeira e segunda Conferência Açucareira do Recife e da Bahia.

a) — A preparação e amanho das terras de plantio por meio de arados modernos e outros instrumentos aratórios que as boas práticas e a ciência aconselham, devem, por exemplo, logo após a colheita das socas ou ressocas, o terreno ser revolvido com os instrumentos apropriados e na primeira oportunidade, evitando a formação de capeiras, cuja ação, aliás benéfica, é mais demorada e muitas vezes incompleta;

b) — O estudo das variedades de cana que devem ser preferidas de acordo com os terrenos da propriedade rural e a devida seleção dos tóros ou pedaços de canas destinados ao platô para evitar a degeneração da planta ou seu empobrecimento em açúcar.

Enquanto não funcionarem as estações agronômicas ou instituições congêneres, seria da maior conveniência que os agricultores semeassem a flexa da cana para o fim de formar viveiros onde possam apreciar as inú-

meias variedades que se formam e fazem a preferência na seleção;

c) — Adubação dos terrenos e irrigação dos canaviais;

d) — O estabelecimento de estações agrônomicas administradas pelas associações e sindicatos agrícolas e pelas usinas de uma região dada, cumprindo aos Governos da União e dos Estados auxiliarem com recursos pecuniários esses institutos de ensino no intuito dos mesmos se manterem e cumprirem os seus utilitários fins;

e) — A instituição, nas usinas e nas distilações, de pequenos laboratórios;

f) — A montagem nas usinas de balanças automáticas que imprimam o peso;

g) — O emprego nas usinas de aparelhos modernos de dupla ou tríplex pressão no interesse de extrair-se maior quantidade de caldo;

h) — A instalação de geradores de grande superfície de aquecimento e de fornos especiais para o bagaço, os quais provados pela experiência, tragam a vantagem imediata de redução de combustível, no empenho de baratear a despesa de fabricação e de conservarem as matas e capoeirões;

i) — O uso dos mais aperfeiçoados aparelhos na filtração mecânica do caldo;

j) — A remoção dos resíduos de fabricação e cinzas das proximidades das fábricas e habitações para os terrenos de cultura no interesse do aproveitamento de agregados fertilizantes do solo;

k) — A instituição de uma bonificação por parte das associações agrícolas e dos proprietários de usinas aos agricultores fornecedores de canas que mais se distinguem em processos de cultura e de seleção das sementes, adquirindo as usinas por esse meio a matéria prima com maior grão de sacarose;

l) — A transformação dos banguês de primeira ordem em pequenas usinas, adotando-se neles os dessecadores, as turbinas e boas moendas de pressão e outros mecanismos aperfeiçoados, de modo que gradualmente desapareça a grande parte desses banguês ou fábricas de açúcar de cosimento a fogo nú;

m) — O emprego de outro qualquer meio de aperfeiçoamento da cultura e fabricação, segundo os preceitos da ciência e as práticas dos centros industriais mais adiantados e os recursos de cada interessado, cumprindo às associações agrícolas fazer a propaganda ativa nesse sentido".

Para a consecução dessas medidas, de aperfeiçoamento da cultura e da fabricação, recomendou ainda o Congresso uma série de providências.

Até 1909, dando desempenho à campanha que se impoz em prol do aproveitamento do álcool como combustível, havia a Sociedade realizado 8 exposições e 445 exibições de iluminação durante 3.058 noites, empregando 64.262 litros de álcool.

Em 1911, de 28 de março a 12 de junho reúne-se, na sede da Sociedade, o "Convênio Açucareiro do Brasil". Preside os trabalhos da primeira sessão, o Dr. Silvio Rangel, no impedimento do Presidente Wencesláu Bello, gravemente enfermo. Historiado os motivos que determinaram a convocação dos interes-

sados na crise açucareira, informa o Dr. Silvio Rangel que a Diretoria fora procurada pelo Drs. Alfredo Cabucú e José Bezerra, que pediram à Sociedade o seu concurso no sentido de promover a reunião de representantes dos Estados e associações interessadas para estudo de um projeto de amparo à indústria açucareira. Estiveram presentes a essa primeira reunião o Senador Araujo Góis, por Alagoas; Alfredo Cesar Cabucú, pela Bahia e pelo respectivo Sindicato Açucareiro; Deputado Prudêncio Milanez, pela Paraíba do Norte; Senador Tavares de Lyra e Ferreira Chaves, pelo Rio Grande do Norte; Dr. João A. de Oliveira Guimarães, pelo Rio de Janeiro; Senador Oliveira Valadão, por Sergipe; Dr. Gustavo Lebor Regis, por Santa Catarina e pela Sociedade Catarinense de Agricultura; Hans Meyer, pela Sociedade Alagoana de Agricultura; Dr. Curvelo de Mendonça, pela Sociedade Sergipana de Agricultura; Dr. Henrique Santos Dumont, pela Sociedade Paulista de Agricultura; Visconde de Quissamã e Dr. José Ribeiro de Castro, pela Usina Quissamã, de Campos; Drs. Enéias de Castro, Dr. Luiz Tinoco, Isidro Pamplona, Rafael Crisóstomo e Cel. Ernesto Lima, pela Reunião dos Fabricantes de Açúcar.

Por não ter podido comparecer o representante de Pernambuco, foi adiada a sessão preparatória, realizada a 4 de abril. O Visconde de Quissamã foi eleito Presidente e o Dr. José Bezerra expoz o seu plano. Foi designado o Dr. Augusto Ferreira Ramos para relatar a proposta, que é comunicada a todos os Estados interessados. Na última sessão, ficou nomeada uma comissão permanente para a realização das medidas aprovadas, e até a reunião da 4.^a Conferência Açucareira, a reunir-se em Campos, e projetada desde 1909. Era esta a comissão: Augusto Ramos, Cel. Ernesto Lima, Curvelo de Mendonça, Carlos Raulino e Prudêncio Milanez. O penúltimo funcionou até a chegada do Dr. Mendonça Guimarães.

Ainda nesse ano, a 29 de setembro, na Cidade de Campos, sob a influência da Sociedade Nacional de Agricultura, realiza-se a Conferência Açucareira, também em obediência a uma das conclusões aprovadas em idênticos certames ocorridos no Recife e Bahia.

Em 1918, a 14 de outubro, o então Diretor da Estação Experimental de Campos, faz, perante a Sociedade, uma conferência sobre "A Indústria Açucareira" naquele Município.

Em 1922, realiza-se o 3.^o Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária. Aí, como nos certames anteriores, a cultura da cana e a indústria açucareira ocuparam destacada posição no temário e nos resultados do conclave.

Foram estas as conclusões aprovadas:

"CULTURA — Épocas de plantio e de colheita — Processos de cultura — Melhoramentos recomendáveis para maior rendimento cultural e maior riqueza sacarina — Adubação artificial — Seleção das variedades — Serviço oficial.

O 3.^o Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, tendo em vista os estudos e quadros relativos à cana feitos no Instituto Agrônomico do Estado de São Paulo, em Campinas,

nestes 13 últimos anos, pelo seu Diretor J. Arthaud Berthet, em colaboração com R. Bolliger, 1.º Químico e J. Hermann, Chefe de cultura, sobre a escolha das melhores variedades, o ótimo de maturação e a adubação metódica, experimental, conclue:

1.º — Entre as 72 variedades estudadas, quanto à seleção, o rendimento de canas, por hectares, varia facilmente de um a dois e a riqueza sacarina de 9-10% a 15-16%; é, portanto, aconselhável que os plantadores de cana tenham, num campo especial, as melhores variedades que possam obter para escolher, entre elas, as mais ricas e mais adaptáveis às suas condições particulares; pelos mesmos motivos, os engenhos, que compram canas, têm interesse em distribuir e exigir canas ricas, por meio de prêmios a riqueza sacarina, até chegar, talvez, a comprar, segundo essa riqueza, como acontece em relação ao leite, pela matéria graxa, em certas fábricas ou cooperativas de manteiga;

2.º — Apresentando-se, para cada variedade de cana, um **optimum de maturação**, correspondente ao maximum de açúcar, com maior pureza do caldo, — geralmente entre 15 e 21 meses de idade, no Estado de São Paulo, — os engenhos devem, previamente, determinar este período para as diversas canas e as várias parcelas, mediante as necessárias análises, que exigem um laboratório e um químico, outrossim indispensáveis para o “contrôle” da fabricação.

Ha ainda vantagem em cultivar várias canas ricas, umas proceces, outras mais tardas ou intermediárias, podendo-se, assim, trabalhar, sempre, com canas maduras, não “passadas” e ganhar 5 a 10% de açúcar de fabricação mais fácil e melhor;

3.º — A adubação da cana, geralmente necessária, salvo raros casos de exceção, póde dar excelentes resultados, se for adequada ao terreno e à cana e, principalmente, quando determinada metódica e experimentalmente por ensaios locais ou por resultados obtidos em condições análogas; é, porém, indispensável a maior cautela, não sendo, de modo geral, suficientes os simples dados de “restituição”, bem como os de análises da terra; pelo menos, no princípio e até obter-se uma certa quantidade de bons resultados de adubações na mesma região, será necessário fazer ensaios metódicos em latas ou vasos e, paralelamente ou depois, no terreno de cultura, aplicando os melhores resultados das principais indicações em latas; assim, ter-se-á certeza de obter fórmulas seguras de adubações módicas, eficazes e frequentemente muito lucrativas.

O 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária sugere ainda:

a) — Que nas estações experimentais, mantidas pelo Ministério da Agricultura ou pelos Estados, se façam estudos sobre cultura e seleção de boas variedades de cana em escala suficiente para a distribuição por entre os lavradores, sobre o ótimo de maturação e adubação metódica de cada variedade aperfeiçoada.

b) — Que se inclua, na secção técnica que se venha a criar, no Ministério da Agricultura, para a borracha e a herva mate, o estudo de

todas as questões técnicas relativas à cultura, beneficiamento, indústria e comércio da cana de açúcar no Brasil.

INDÚSTRIA — O problema do combustível nas usinas de açúcar — Aproveitamento eficaz do bagaço para esse fim — Tipos de fornalhas próprias e econômicas — Economia do combustível — Centralização do fabrico — Eletrificação das usinas — Preparação de técnicos — Inferioridade da indústria brasileira.

Reconhecendo o Congresso que o problema do combustível nas usinas de açúcar é de importância capital para a indústria, o que, aliás, não tem merecido entre nós a atenção conveniente, verificando-se, ainda, que, em geral, nas nossas fábricas de açúcar é exagerado o consumo de lenha, do que resultam dois graves inconvenientes: — a elevação do custo de produção, por efeito de um elemento de despesa, que cresce dia a dia, pelo aumento do custo da lenha; e a devastação das matas, que vão desaparecendo em vastas superfícies, em torno ds usinas, sugere:

1.º — E' da mais alta importância limitar nas usinas de açúcar o consumo de vapor à quantidade que os pode obter, queimando somente o braço de cana.

2.º — A quantidade de outro combustível, que se torne necessário para começar a moagem a para pequenas interrupções, é tão pequena que não pode ser levada em conta.

3.º — Não sendo possível interromper o trabalho de fabricação, a regularidade de fornecimento de cana e a continuidade da moagem são condições indispensáveis para a produção econômica do vapor com a alimentação regular e automática das fornalhas somente com o bagaço.

4.º — Não servem para a completa combustão do bagaço as fornalhas apropriadas a outros combustíveis. Já são conhecidos diversos tipos de fornalhas, apropriados ao bagaço, com grandes câmaras de combustão e em que pela tiragem forçada se mantém o bagaço em movimento, para conseguir sua completa combustão.

5.º — E' nos aparelhos evaporadores que se póde fazer maior economia de combustível, convido para esse fim aproveitar o mais possível nesses aparelhos o vapor de escape produzido pelos motores.

6.º — O poder calorífico do bagaço, ainda que influenciado pela proporção de fibra existente na cana, depende, principalmente, da quantidade de humidade, que fica no bagaço, ao sair da moenda e da quantidade de agua, que lhe é adicionada para aumentar a extração da sacarose.

Cumpra, portanto, regular com muito critério a quantidade de agua a adicionar, por irrigação ou maceração do bagaço, para não aumentar sem proveito algum o trabalho de evaporação.

7.º — A força necessária em diferentes usinas é muito variável. Depende de competência do engenheiro que projeta a fábrica dispor os aparelhos de maneira que o con-

sumo do vapor seja o mínimo e neles se compe-

8.º — E' aconselhavel o uso dos preevaporadores, em que, pela injeção de quantidade suficiente de vapor seco, se consegue que o vapor de escape seja suficiente para todas as necessidades da fábrica.

9.º — A aplicação da electricidade como força motriz nas usinas de açúcar permite dispôr do modo mais eficiente os aparelhos evaporadores, que são precisamente aqueles em que se pode fazer maior economia de combustível.

E' esta a principal vantagem da electrificação das usinas de açúcar, aconselhada sempre que se possa obter a força eléctrica em condições económicas.

O Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária considera a centralização do fabrico, nas instalações de grande capacidade, uma das essenciais condições de barateamento da produção do açúcar:

a) pela economia de administração;
b) pelo aperfeiçoamento da aparelhagem, raramente accessível às pequenas instalações, e, entretanto, sempre desejavel, quer pela maior eficiência nas operações de prensagem, dessecação, filtração, cozedura e cristalização, como pela facilidade que oferece ao trabalho de asseio, e esterilização dos vasilhames, bombas, tubos, etc.;

c) pela uniformidade e embelezamento dos diferentes tipos de açucares;

Entende ainda o Congresso que a electrificação das usinas representa um dos mais apreciáveis factores da economia, na indústria açucareira, e deve ser recomendada:

a) pelo diminuto preço da força, quer seja a usina geradora do mesmo proprietário, quer seja comprada a outrem, desde que o seu custo obedeça à tabela comum nas grandes indústrias, em nosso país, que nunca excede a 50 réis por kilowatt;

b) pelo aproveitamento da grande riqueza hidráulica que possuímos e consequente economia de combustível madeira, tão necessária à conservação das florestas;

c) pelas conveniências de ordem técnica na montagem dos diferentes motores, no interior das usinas, sem perda de força, o que seria impraticável com a utilização do vapor;

d) pelas indiscutíveis vantagens da iluminação eléctricas;

e) pela economia de bagaço que pode ser aproveitado na indústria do papel, ou na adubação do solo, quando o vapor só tem aplicação no aquecimento.

As conveniências enumeradas justificam plenamente o emprego da electricidade nas usinas, ainda mesmo quando geradas pela força vapor, na falta absoluta da energia hidráulica.

O Congresso reconhece que a preparação de técnicos na parte mecânica e química da indústria açucareira constitue um largo passo no progresso industrial, que sofre os males de empirismo profissional, de ruinosas consequências, e considerando o que a tal respeito, diz Duarte Cruz, isto é, que "a ignorância de muitos dos pequenos lavradores, a despreocação e falta de zelo de outros, aliada à incom-

petência dos entendidos que, abusando da inexperience dos seus constituintes, fornecem e instalam mecanismos de resultados completamente duvidosos e ensinam as mais errôneas e grosseiras práticas para a fabricação, são as causas primordiais do desvirtuamento de sistema e da péssima qualidade de açúcar por eles produzido", propõe que a Sociedade Nacional de Agricultura, dirija um apelo ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio:

a) Para que forneça, por intermédio de profissionais competentes, aos interessados que o solicitem, plantas, orçamentos e quaisquer informações de que possam necessitar para montagem ou reforma de usinas de açúcar, tendo sempre em vista a adoção dos mais recentes melhoramentos conhecidos, na indústria.

o) Para que envide os maiores esforços em prol do preparo técnico de químicos, que deverão ter preferência para a direção de fabrico, nos estabelecimentos industriais.

O Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, baseado no inquérito realizado em 1917 pela Diretoria Geral de Estatística, julga que o Brasil está em situação de grande inferioridade, em relação aos países produtores de açúcar, e afirma que as causas dessa inferioridade resultam:

a) da existência de grande número de banguês, que sobem a mais de 3.000, cujo rendimento é muito baixo;

b) do aparelhamento, ainda imperfeito, da maioria das usinas de açúcar existentes no país, o que lhe não permite rendimento médio superior a 7%;

c) — da má qualidade da cana cultivada e dos processos rudimentares da cultura.

Pensa ainda o Congresso que o que contribue para esse estado de cousas é a falta de estabilidade nos preços de venda do açúcar, que sofrem variações bruscas, de um ano para outro, e até no curso da mesma safra, impedindo, dessarte, que se encaminhem capitais para a indústria açucareira, pela condição aleatória da sua exploração.

Dado, porém, o fracasso do sistema de garantia de juros concedidos aos engenhos centrais e do pagamento, em ápoles, do custo das usinas construídas, entende o Congresso que apenas resta uma providência, como, aliás, acaba de reconhecer a comissão nomeada pelo governo inglês em relação à Índia: — a fixação de preços mínimos como único meio eficaz de atrair capitais, que se empreguem no aperfeiçoamento da lavoura de cana e da indústria açucareira.

O Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária faz votos por que seja regulamentada dentro de curto prazo, a lei n.º 4.456, de 7 de janeiro de 1922, que estabelece preços mínimos para o açúcar, levando-se em consideração as sugestões das classes interessadas, procedentes de Pernambuco e Alagoas.

AICOOOL MOTOR — Liga Nacional para Defesa e Propaganda do Alcool Motor — A utilidade pública e o interesse nacional do

produto — Congresso — Transportes ferroviários — Ensino tecnológico — Auxílios — O ETER — Armazens e Tarifas — Impostos — Cooperação.

O 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, depois de estudar detidamente o problema da produção do álcool para fins industriais, indica, as seguintes medidas, que julga patrióticas, úteis e oportunas:

1.ª — Formação de uma "Liga Nacional para Defesa e Propaganda do Alcool Motor", para o que, desde já, pede ao Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, ou, posteriormente, à Sociedade Nacional de Agricultura, que se digne de nomear uma comissão que proceda à constituição da mesma.

2.ª — Solicitar-se, de quem de direito, seja considerado de utilidade pública e de interesse nacional, o emprego do álcool motor produzido no país.

3.ª — Convocar-se um Congresso especial de álcool, nomeado o atual Terceiro Congresso Nacional de Agricultura, ou a Sociedade Nacional de Agricultura, uma Comissão que o promove.

4.ª — Modificar-se o sistema de transporte ferroviário, aconselhando às companhias a adoção de vagons-tanques e dedicar ao transporte de álcool todo o material necessário.

5.ª — Desenvolver-se nos Institutos e Escolas, entre elas a Escola Superior de Agricultura, o ensino tecnológico da fabricação do álcool, facultando-o aos fiscais especiais dessa indústria, concedendo, para esse fim, créditos e subvenções, favores de impostos, isenção de direitos alfandegários e prêmios.

6.ª — Criar-se, no Ministério da Agricultura, uma seção de fermentações, destinada, com especialidade, ao estudo de todas as questões técnicas relativas à produção, indústria e comércio do álcool motor, inclusive o controle químico das destilarias existentes, fornecendo às mesmas o pessoal e material necessários, bem como subvencionar as seções especiais de fermentação já existentes nos institutos agrônômicos, não federais, e aparelhar, convenientemente, a da Escola Superior de Agricultura.

7.ª — Auxiliar-se, pecuniariamente, aos industriais, mediante empréstimos, ou fornecendo-lhes o material necessário à modificação e destilarias atuais.

8.ª — Aconselhar-se aos Podres Públicos o emprego de locomotivas, tratores e outros veículos construídos especialmente para o emprego do álcool.

9.ª — Solicitar-se a criação de leis que facilitem a livre circulação do álcool desnaturado ou carburetado, podendo a desnaturação ou carburetação ser feita pelos mesmos fabricantes de álcool, ou indistintamente, pelos compradores.

10.ª — Conceder-se favores à criação de fábricas de éter, de certa importância industrial, sendo o éter, como o reconhece o Congresso, o melhor carburetante nacional.

11.ª — Conceder-se favores equivalentes aos veículos, motores, aparelhos de iluminação e de fabricação de gás destinados a em-

pregar principalmente, como matéria prima, o álcool desnaturado ou carburetado.

12.ª — Instalar-se, nos grandes centros consumidores e de exportação, armazens alfandegados, ligados às estradas de ferro e providos de reservatórios adequados a receber o álcool transportado por vagons-tanques.

13.ª — Reduzir-se as tarifas ferro-viárias para o álcool desnaturado ou carburetado, ao menos até à taxa mínima aplicada ao combustível e frete mais barato, devendo as estradas de ferro considerar o álcool eterificado ou desnaturado, para todos os fins, como a gasolina ou o kerozene.

14.ª — Criar-se um prêmio aplicável a cada litro de álcool desnaturado ou carburetado, variando o "quatum" desse prêmio segundo o preço de venda da gasolina ou do kerozene, de maneira a poder-se pagar o álcool ao produtor, no lugar da produção por um preço conveniente de competição.

15.ª — Solicitar-se do Governo que o produto do imposto de \$240 que pagam o álcool e aguardente na atualidade seja, em parte, aplicado de preferência ao custeio dos favores mencionados.

16.ª — Criar-se um imposto ou taxa especial sobre todos os licores ou bebidas alcoólicas, (excetuando-se os vinhos naturais) importados ou fabricados no país, cuja importância será integralmente destinada ao custeio dos favores mencionados.

17.ª — Promover-se a fundação de uma cooperativa nacional que tome a si organizar a produção e o comércio do álcool destinado a fins industriais.

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

BORGHOFF S. A.

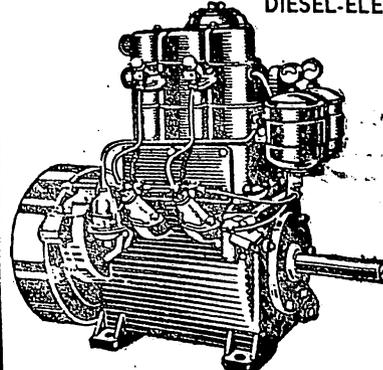
Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Pau'o

O motor DIESEL mais vendido no Brasil,

porque é um motor verdadeiramente **DIESEL**

MODELOS DIVERSOS ATÉ 20 HP

Oferecido nos tipos: INDUSTRIAL, MARÍTIMO, GRUPOS DIESEL-ELÉTRICOS e DIESEL-BOMBAS.



- ◆ Virabrequim apoiado em rolamentos.
- ◆ Lubrificação forçada.
- ◆ Controlado por regulador automático.
- ◆ Partida a frio.
- ◆ Vigiado por manômetro e por termômetro.
- ◆ ROBUSTO, DURÁVEL, ECONÔMICO E SIMPLES.

Assistência técnica, oficinas especializadas e sobressalentes em estoque.

Representamos outros motores e grupos-geradores, para qualquer potência.

Primeiro Congresso Estadual

da Industria de Laticínios e Derivados do Estado de M.Gerais

Foi Relator Geral do Congresso o Representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Aprovada a realização da 3.^a Conferência Nacional de Laticínios, sob os auspícios da mesma Sociedade.

Realizou-se de 10 a 12 de outubro p.p., em Belo Horizonte, o 1.^o Congresso Estadual de Laticínios, promovido pelo Sindicato da Indústria da Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais. A inauguração oficial dos trabalhos teve lugar na tarde do dia 10 de outubro p.p., sendo os mesmos presididos pelo representante do Sr. Secretário da Agricultura do Estado. Depois de instalado o Congresso por essa autoridade, pronunciou brilhante discurso o Sr. Rubens Palhares, Presidente do Sindicato, explanando as finalidades do Congresso e a importância dos trabalhos a serem realizados. Fizeram-se ouvir a seguir outros oradores, entre eles o Sr. Otto Frensel, representante da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, especialmente convidada para essa solenidade.

A seguir foram instaladas quatro comissões, afim de estudar e realizar os trabalhos, previstos no temário organizado pelo Sindicato. Da segunda Comissão — Estímulo à Produção — fez parte o Sr. Otto Frensel, representante e membro da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo sido eleito relator da mesma comissão.

Realizaram-se três reuniões diárias e na reunião em comum das quatro comissões, foi eleito Relator Geral dos Trabalhos o Sr. Otto Frensel, representante especial da Sociedade Nacional de Agricultura no referido Congresso.

Finalmente, na sessão noturna geral, em 12 de outubro p.p., o Relator Geral leu as conclusões finais do Congresso as quais consistem em 15 sugestões aos poderes públicos e 15 recomendações aos industriais. Estas conclusões foram precedidas da seguinte introdução:

“Entende esta Comissão que, uma vez atendidas as sugestões e recomendações apresentadas, conseguir-se-á uma redução substancial no custo da produção, o qual, refletindo no preço de venda, concorrerá para que não seja diminuído o poder aquisitivo do consumidor, evitando, ao mesmo tempo, a proliferação de sucedaneos nocivos a saúde do Povo”.

Fizeram parte da mesa dessa solenidade, além da Diretoria do Sindicato, o Representante da Inspeção Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura e o representante da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Otto Frensel o qual, como Relator Geral dos trabalhos do Congresso, leu as respectivas conclusões. Franqueada a palavra, fizeram-se

ouvir diversos oradores, encarecendo a importância da produção, transporte, industrialização, distribuição o consumo do leite e de seus derivados para o Estado de Minas Gerais e o Brasil. Além de vários industriais, destacaram-se, entre estes oradores, os Srs. Dr. José Claudio Moreira, representante do Inspetor Regional da D.I.P.O.A., em Minas Gerais, e o Sr. Otto Frensel, Diretor e representante especial da Sociedade Nacional de Agricultura.

As conclusões do 1.^o Congresso Estadual da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais, realizado em 10 a 12 de outubro p.p., foram as seguintes:

SUGESTÕES AOS PODERES PÚBLICOS

1.^o — Financiamento industrial pelas respectivas carteiras bancárias existentes ou a criação de um banco especializado, atendendo ao previsto no “PLANO SALTE”.

2.^o — A observância rigorosa do regulamento que restringe a matança de vvas leiteiras;

3.^o — Intensificar e premiar a seleção de gado leiteiro, construção de silos e banheiros carrapaticidas, etc., pratica de fenação, cultura de plantas forrageiras, uso de rações balanceadas, recomendando especialmente na sua fabricação e distribuição uma fiscalização rigorosa dessas rações.

4.^o — Assistência técnica aos produtores, notadamente para uso e aplicação de rações balanceadas, etc., inclusive estabelecimento de fazendas modelo, de orientação eminentemente pratica.

5.^o — Manutenção e desenvolvimento de estabelecimentos de ensino técnico especializado, tais como a FABRICA ESCOLA DE LATICÍNIOS CANDIDO TOSTES.

6.^o — Execução dentro do menor prazo possível dos projetos que dizem respeito à industria de laticínios e constantes do PLANO SALTE e do PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO.

7.^o — Realização anual da SEMANA DO LATICINISTA, na FABRICA ESCOLA DE LATICÍNIOS CANDIDO TOSTES, à semelhança da SEMANA DO FAZENDEIRO em Viçosa, com idênticos favores.

8.^o — Necessidade da presença de um representante da industria de laticínios, no Conselho de Administração da FABRICA ES-

COLA DE LATICÍNIOS CANDIDO TOSTES, membro esse, que deverá ser indicado pelos Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados.

9.º — Aumentar os trabalhos de extensão da FABRICA ESCOLA DE LATICÍNIOS CANDIDO TOSTES, afim de disseminar a orientação técnica às fábricas.

10.º — A localização e disciplinação de novas indústrias, seja autorizada pelos Conselhos Estaduais de Leite e Laticínios, previstos no PLANO SALTE.

11. — Encarecer a necessidade de CONVÊNIOS entre o Governo Federal e os Estaduais, no sentido de padronizar os regulamentos de fiscalização da produção da indústria e do comércio de laticínios.

12. — Alicação rigorosa das normas respectivas, na fiscalização eficiente e continua da matéria prima junto ao produtor.

13. — Fiscalização contra roubos e extravios nas Companhias de navegação e portos do País.

14. — Recomendar aos poderes públicos e órgãos legislativos federais, a reconsideração da decisão que isentou de Licença Prévia a importação do Leite em Pó.

15. — Recomendar a convocação da 3.ª Conferência Nacional de Leite e Laticínios, sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura e dos Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Brasil.

RECOMENDAÇÕES AOS INDUSTRIAIS

1.º — O fator principal para o bom êxito da indústria de laticínios é a obtenção de uma matéria prima de ótimas condições higiênicas e organolepticas.

2.º — Por isso mesmo, os industriais devem incentivar o fazendeiro no sentido de:

a) — Higienizar seus currais e varandas de ordenha, assim como os locais de desnatção;

b) — Coar e resfriar o leite, imediatamente após a ordenha;

c) — Providenciar o transporte rápido em vasilhame exclusivo;

d) — Aumentar a produção per-capita, pela melhoria dos rebanhos;

e) — Incentivar a cultura de plantas forrageiras, o uso de rações balanceadas, a aplicação do fêno, a construção de banheiros carrapaticidas, etc., e o uso intensivo de vacinas.

3.º — Distribuir propaganda intensiva e premios aos fazendeiros que melhor cooperarem para o fornecimento de matéria prima de boa qualidade.

4.º — Proceder a análises de rotina e exame organoleptico da matéria prima.

5.º — Melhorar do nível técnico das fábricas, inclusive o aproveitamento de técnicos especializados.

6.º — Cobrar uma taxa pelo transporte de peccas ou mercadorias nos caminhões dos industriais, cujo montante reverterá em beneficio da conservadas rodovias.

7.º — Influir junto às autoridades de suas respectivas zonas, no sentido de abertura de novas rodovias e conservação das existentes.

8.º — Sugere a organização de uma Cooperativa de Seguros.

9.º — Recomendar ao Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, no Estado de Minas Gerais, o estudo da Legislação Sindical e Trabalhista, por uma Comissão de especializados, para melhor orientação aos industriais.

10.º — Recomendar a extinção de intermediarios na compra da matéria prima, substituindo-os por empregados dos industriais, sob condições que deverão entrar em vigor em 1.º de janeiro do ano proximo futuro.

11. — Cessar o emprestimo de desnata-deiras e vasilhame, passando a vendê-los, se necessário, a prestações mensais.

12. — Extinção de adiantamentos e empréstimos a fornecedores.

13. — Recomendar a abolição da atual prática de aquisição da matéria prima, e substituindo-a por uma outra mais homogênea, de racionalização dos preços, possibilitando preços ao consumidor mais compatíveis com o seu poder aquisitivo.

14. — Recomendar ao Sindicato da Indústria de Laticínios e produtos Derivados, no Estado de Minas Gerais, que ele promova com o maximo de seus esforços, a arregimentação da totalidade da classe.

15. — Promover no próximo ano, juntamente com os demais Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Brasil e sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura, a realização da 3.ª Conferência Nacional de Leite e Laticínios.

José Bernardino de Moraes

Dr. Cezare Giusti

Agostinho Bossi

Mozart Nogueira Soares

Dr. Jacy Ribeiro

Marcos Evangelista de Rezende

Pautilha Guimarães

Pedro Boeck

Armando José Alves Massière

Frederico Darmstadt

Raul Fonseca

Rubens Palhares

Dr. Antonio Gonçalves de Matos

Otto Frensel

Alencar Braga Castro.

OS MUSEUS NAS ESCOLAS AGRÍCOLAS

Importância e objetivos dos Museus Escolares

Pelo Engenheiro Agrônomo

GERALDO GOULART DA SIVEIRA

Professor da E.H.W.B.

Nas Escolas Agrícolas, não devem faltar os museus escolares pois eles, quando bem organizados, constituem verdadeiros *centros de cultura geral*, muito instrutivos e educativos e de grande alcance pedagógico.

É preciso salientar, que os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; eles devem ser franqueados à toda a comunidade rural, pois, através, deles, consegue-se, não somente despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, como ainda, despertar a atenção para a própria escola.

Não é demais repetir que a própria escola agrícola deve constituir o centro das atividades da comunidade rural; dela devem partir os bons exemplos, as boas idéias, o estímulo, o incentivo, etc.

Através da organização e sempre crescente ampliação de bem organizados museus escolares, consegue-se:

- a) — incentivar a criação o gosto e o interesse pelo estudo dos seres vivos, dos minerais, das rochas, etc., enfim, estudos sobre os recursos naturais da região, e, quiçá, do próprio país. Uma criança que faz a colheita do material e ela mesma prepara os exemplares para o museu, tem oportunidade para fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquirir, sem dúvida, maior interesse e gosto pelo estudo da natureza que a cerca, o que constitui uma condição favorável ao processo de aprendizagem;
- b) — desenvolve, de uma maneira muito acentuada, os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de coleções cuidadosas e bem preparadas, o que representa sem dúvida, um trabalho de grande interesse na formação humana do educando;
- c) — desperta e desenvolve nos alunos a capacidade de observação, condição indispensável para estudo da natureza. De fato, são numerosas e de grande valia, as observações que os estudantes podem fazer através de grande

valia, as observações que os estudantes podem fazer através de estudos comparativos entre os exemplares por eles mesmo coligidos, preparados e arrumados;

- d) — desperta, na comunidade rural, o interesse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Visando tais objetivos, os museus escolares devem merecer toda a atenção dos professores e orientadores do ensino agrícola pois eles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Os museus escolares nas escolas que ministrem o ensino agrícola em todos os seus graus e modalidades devem:

- a) — apresentar coleções bem preparadas, racionalmente organizadas e dispostas de tal maneira que satisfaçam as necessidades pedagógicas sem prejuízo do fator estético e constituam, realmente valioso elemento de ensino;
- b) — deve ser um repositório, o mais completo e perfeito possível, de todos os recursos naturais da região. Nêles, devem estar representados a flora, a fauna, os minerais, as rochas, os solos, os produtos industrializados etc., enfim todos os elementos que caracterizem os recursos naturais da região e as atividades típicas da população rural;
- c) — se bem que, com predominância do caráter regional, deve apresentar também animais, plantas, etc. de outras regiões ou exóticos, para fins de estudos e de ilustração.

Apezar de uma certa campanha que se vêm movendo contra os museus de zoologia e de botânica nas escolas, sob a alegação de que devem ser estudados apenas, os seres vivos ao natural (o que nem sempre é possível), eles não perderam a sua oportunidade e utilidade e constituem, indiscutivelmente um recurso auxiliar de aprendizagem e um processo de integração profissional de grande valia.

Noticiário da Escola de Horticultura de Wenceslau Bello

O HORTICULTOR

Acaba de sair mais um número de "O Horticultor", jornal mimeografado, que é o documentário da Escola de Horticultura Wenceslau Bello e do Clube Agrícola Miguel Calmon. Colaboraram no presente número de "O Horticultor" os Engenheiros Agrônomos Arthur Torres Filho, Antonio de Arruda Câmara e Geraldo Goulart da Silveira e o Horticultor Agrícola Castelo Borges.

Visando difundir cada vez mais os museus escolares, é de toda conveniência sejam ministrados cursos de Organização e Preparo de Museus Escolares, destinados à formação de elementos conhecedores de todas as técnicas de preparo e apresentação de exemplares e coleções para exposições.

Neste sentido, já temos feito alguma coisa.

A Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional, da Quinta da Boa Vista, por exemplo, presta toda a assistência aos professores e interessados, orientando-os diretamente na formação de museus escolares, fornecendo folhetos e livros sobre o assunto, realizando demonstrações práticas etc.

A Sociedade Nacional de Agricultura, realizou, com grande sucesso; quatro cursos rápidos sobre "Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais" (em 1939, 1940, 1947 e 1948).

A Universidade Rural através da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, também tem trabalhado neste sentido (Cursos re Entomotaxia, por exemplo).

Organizar e ampliar cada vez mais os museus escolares, manter um intenso intercâmbio de permuta de exemplares com outras escolas e instituições, etc., é, não somente útil, mas sobretudo, uma necessidade, um recurso de aprendizagem.

Precisamos de museus, muitos museus; não somente museus para cientistas, mas ainda, e sobretudo, museus escolares, museus que constituam verdadeiros centros de cultura geral, museus educativos e ilustrativos.

SEGUNDA SEMANA DO HORTELÃO

Será realizada na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, no período de 21 de Novembro a 27 de Novembro, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, a Segunda Semana do Hortelão, que contará com a presença de 25 pequenos agricultores dos Estados que ficarão internos na Escola durante uma semana assistindo aulas e demonstrações práticas de horticultura, além de um número ilimitado de alunos externos.

NOVOS CURSOS PRÁTICOS

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslau Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, mais os seguintes Cursos Práticos: Economia e Administração Rural, Hestauração de Pomares, Organização de Museus Escolares, Melhoramento do Solo e Floricultura a cargo dos Professores Antonio de Arruda Camara Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva, Pedro Goulart da Silveira Filho e dos assistentes Agrícolas Castelo Borges e Severino Gonçalves Camara.

UMA HONROSA VISITA

Acompanhado do Reverendo Monsenhor Mariano da Rocha, dedicado amigo da Escola, visitou-nos, recentemente, o Reverendo Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira que percorreu todas as dependências da Escola de Horticultura Wenceslau Bello mostrando-se muito interessado por tudo quanto teve oportunidade de observar. Saudando o ilustre visitante falou o Dr. Antonio de Arruda Camara Diretor da Escola.

CURSO AVULSO DE CITRICULTURA

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslau Bello as aulas do Curso Avulso de Citricultura ministrado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira. O referido curso faz parte da série que a Universidade Rural ministra na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, através de sua Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Prosseguem, com grande animação as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, regis-

trado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, sob o número 1.098, e constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wencesláu Bello.

Sob os auspícios do C. A. Miguel Calmon, foi recentemente fundado na Escola primária Conde de Agrolongo, sita na Penha, um Clube Agrícola que recebeu o nome de "Conde de Agrolongo" e que já se encontra em plena atividade.

COUROS, PELES E CORTUME

Chacaras e Quintais acaba de lançar a terceira edição de "Couros, Peles e Cortume", um útil e oportuno livro escrito pelo Dr. Sampaio Fernandes sem dúvida um dos nossos mais abalizados técnicos no assunto.

Trata-se de um livro de 106 páginas com 45 ilustrações, escrito em linguagem clara e acessível, indispensável a todos os que se dedicam ao estudo das questões relacionadas com a indústria de cortume que apresenta as mais auspiciosas perspectivas no quadro da economia nacional.

Lançando mais uma edição de tão interessante livro, o Sr. Conde Amadeu A. Barbiellini, fundador e redator da grande e vitoriosa Editora "Chacaras e Quintais Ltda.", presta mais um valioso serviço à agricultura nacional.

De fato, todos os que conhecem os trabalhos do Dr. Sampaio Fernandes sabem bem que, a par de um economista dos mais brilhantes, é ele ainda um técnico que conhece a fundo as questões de tecnologia agrícola, e que, através de estudos e trabalhos de divulgação, muito tem concorrido para melhorar as nossas indústrias rurais.

Para que se tenha uma idéia da objetividade e oportunidade de tão oportuno livro, basta transcrever os títulos do índice, que são os seguintes: Matérias tanantes; Relação sistematisada sobre as principais substâncias usadas no cortume; Extração do tanino-Extratos-Caldeiras e geradores; Peles e couros, sua classificação; Tabela para a classificação das quatro classes; Variedade de couros; Pele-Retirada do couro-Conservação; Reverdecimento das peles; Depilação-Calagem-Sulfuretagem; Solubilidade da cal; Raspagem-Depilação; Retirada da cal; Serragem das peles; Curtimento ou tanagem com tanino vegetal; Processo rápido; Cortume lento, nas fossas, para solas; Couros para correia; Couros leves; Tanagem da face carne serrada; Tanagem com o quinona; Cortume da pele de cabra; Cortume da pele de carneiro; Cortume ao cromo; Tanagem em dois banhos; Processo de um banho

ao cromo; Cortume ao alumen; Couros húngaros; Couros para percussão; Couros finos (mégis); Cortume ao alumen, sumagre e sal; Couros para correias cortidos ao alumen; Cortume com os óleos; Cortume com o formol; Acabamento de couros-Tintura; Nutrição dos couros; Matérias empregadas na nutrição; Operações finais; Exemplos de acabamentos; Cortumes especiais; Cortume de peles com pelos-Cortume de peliças; Pergaminho; Cortume ao cromo, de bufalo para correias; Box-Calf; Couros ao cromo branco; Tintura de couro cortido ao tanino, para o negro; Tinturas de pelica ao negro; Lustrar em branco as peliças; Tintura em castanho das peliças; Impermeabilização dos couros; Furguramento das peliças; Análise das substâncias tanantes vegetais; Análise dos licores de tanagem; Análise das cascas, madeiras, folhas, excreções; Análise dos couros curtidos com tanino vegetal; Ensaios físicos do couro; Importância econômica dos couros e peles.

Estão, pois, de parabens, o Dr. Sampaio Fernandes, pelo magnífico livro que escreveu, e a Editora Chacaras e Quintais Ltda., pela iniciativa de lançar mais uma edição útil ao meio agrícola nacional.

Medicamentos antigos e modernos

Segundo as notícias nos jornais, a Holanda vai dedicar-se em mais larga escala à cultura de ervas, pois será uma fonte de cambrás. A indústria de vires, a indústria cosmética, as fábricas de lcores, são os maiores compradores de ervas. Ao lermos tais notícias, os nossos pensamentos vão involuntariamente aos tempos em que a herborigação foi uma das ocupações principais de erefitas e de excêntricos. Além disso, a preparação de ervas era uma arte, só conhecida de poucos. As ervas não eram um medicamento contra todas as espécies de doenças e males? Quanto mais amarga a pção, tanto melhor, foi a opinião daquele tempo. Bem que o uso de ervas deixasse de se aplicar em tão alta escala, esta terapêutica ainda não está abolida. Chá de macela ou de musgo perlado consideram-se ainda hoje um remédio contra a constipação. O homem mais moderno prefere porém outro medicamento e toma em tais casos uma combinação de quinino e da vitamina de fruta C, sendo uma combinação segura. O tônico tem uma influência estimulante na constituição e a vitamina C aumenta a resistência. Assim não seremos tão facilmente vítimas das complicações de uma constipação.

PRODUTOS NESTLÉ

A título de esclarecimento, a COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES, concessionária exclusiva no Brasil dos Produtos NESTLÉ, sente-se no dever de, mais uma vez, vir a público e informar:

- 1.º — que absolutamente não houve, não há e nunca haverá, de sua parte, retenção de stocks de Produtos NESTLÉ, de qualquer tipo, nem nas suas Fábricas, nem nos Depósitos das suas Filiais ou em quaisquer estabelecimentos que integram a sua organização
- 2.º — que quaisquer comentários ou indicações em contrário são falsos, divulgados por pessoas mal informadas ou por “interessados” tendenciosos
- 3.º — que até Setembro de 1949, as suas entregas de mercadorias ao comércio acusaram, no Distrito Federal, um aumento de 29,84% em confronto com as do ano passado
- 4.º — que é princípio da Companhia vender os seus produtos por preços os mais baratos que lhe fôr possível fixar, bastando dizer que, segundo estatísticas oficiais, o preço de dezesseis artigos considerados essenciais, subiu, desde 1936, de 325%, enquanto que, no mesmo período, o preço dos Produtos NESTLÉ, subiu de 32% apenas
- 5.º — que a sua produção atual é quatro vêses maior do que a de 1944, mas, por outro lado, a procura dos Produtos NESTLÉ, devido às suas excelentes qualidades, aumentou de maneira considerável
- 6.º — que aproximando-se a época das águas, estando prestes a terminar as obras de ampliação das suas Fábricas atuais, e em vias de ser iniciada a construção de uma quarta fábrica, a sua produção será, dentro em breve, grandemente elevada
- 7.º — que continua a ser feito todo o possível para acelerar e intensificar as entregas ao mercado varejista
- 8.º — que possui milhares e milhares de atestados emanados de autoridades, professores, médicos e de consumidores, reconhecendo que tem ela contribuído, numa larga escala, para o fornecimento adequado de seus produtos em todo o País.

Rio de Janeiro, Novembro de 1949.

COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES

A Diretoria

EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR

